



André Luís André é professor com Doutorado Direto, Licenciatura e Bacharelado em Geografia, todos os títulos obtidos na Universidade Estadual Paulista UNESP. Desde 2013 trabalha como Professor de Geografia Humana na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), no qual ministra uma série de disciplinas ligadas ao curso de Geografia e ao ciclo comum da Universidade, focado em um conjunto de temáticas sobre a América Latina. Atualmente exerce o cargo de Chefe do Departamento de Pesquisa da Instituição.

... O espaço geográfico não tem elementos que possam ser tratados como universais, os lugares, os cotidianos das gentes, segmentadas mesmo, em classe, raça, gênero, nacionalidades, individualidades e subjetividades, não tem instituições que possam ser tratadas fora de suas formações socioespaciais, não tem ações empresariais ou arranjos corporativos fora dos processos culturais de cada lugar, de cada meio ecológico e de seus sistemas de engenharia.

Os lugares, conectados violentamente com o mundo, continuam a ter algumas dinâmicas que, ainda que não sejam próprias, se combinam num espaço geográfico ou mesmo num território único...



Ensaíos - André Luís André



ANDRÉ LUÍS ANDRÉ

**ENSAIOS:
Geopolítica**

**Cidade
violência**



[...] estes trabalhos seguem uma perspectiva de método que para entender as cidades na América Latina é importante que elas sejam tratadas dentro das sucessivas ondas de urbanização a que foram submetidas em cada período geopolítico desde a colonização. E, neste sentido, os processos de divisão socioespacial nas cidades, as desigualdades e fragmentações urbanas, expressas, por exemplo, na civildade dos Estados com os grupos de alto poder e na brutalidade com os grupos em franco processo de marginalização e subordinação, geralmente de ascendência negra ou originária, quase sempre com sobreposições de violências sobre crianças, mulheres e homossexuais, não podem ser entendidos como o avesso de nossa experiência urbana, mas como sua trágica dinâmica. As favelas, las villas, los cantes, los barrios malos e las chacaritas, não são expressões contraditórias da experiência urbana latino-americana, elas são nossa própria condição urbana...

ANDRÉ LUÍS ANDRÉ

Ensaio

Geopolítica, Cidade e Violência

1º Edição

Brasil

2015

Copyright© 2016, André Luís André

Capa: Luciana Marques

2016

ANDRÉ, André Luís. 1978 -

Ensaio: Geopolítica, Cidade e Violência.

1ª Edição – Foz do Iguaçu - Brasil.

I – Geopolítica. II – Cidades. III – Violência.

Prefixo Editorial: 918995

Número ISBN: 978-85-918995-2-4

Apresentação

Desde que ingressei na vida acadêmica, já se vão alguns poucos anos, mantive certa ânsia por transformar os pensamentos ou reflexões em palavra escrita. Talvez seja esta uma das mais importantes tarefas dos intelectuais institucionalizados nas universidades e uma das tarefas mais urgentes para aqueles que aspiram à vida acadêmica.

A história deste livro é decorrente desta ânsia, aspiração e armadilha para os intelectuais neste princípio de século XXI. A produção acadêmica, perversamente, transformou-se numa *rat race* permanente, exaustiva e na qual seus pares exigem engajamento irrestrito, o arrastam para uma corrida maluca, às vezes com certa civilidade, às vezes sem civilidade alguma, à despeito de outras dimensões da vida acadêmica, como o ensino, a extensão universitária, as orientações, os campos (fundamentais para os geógrafos como eu), os debates, os encontros, os eventos e a pesquisa não utilitária, isto é, a pesquisa para entender e tornar a realidade legível e não aquela para formular uma peça da próxima revista da moda ou que vai ser abocanhada pelas empresas em também em competição.

Motivado pelos estímulos equivocados, como um reforço negativo behaviorista, chego a este livro que reúne ensaios mais ou menos perdidos e reflexões que ficaram latentes para ser reencontradas aqui, revelando a trajetória de minhas preocupações, meus limites, os horizontes aos quais fui descobrindo e aos quais fui sendo levado.

Estão reunidos aqui, na primeira parte, não necessariamente numa ordem cronológica, mas numa ordem de fluidez das reflexões que fui amadurecendo quando ingressei na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ainda como professor substituto de Geografia Humana, em 2013, os seguintes trabalhos: *Períodos Geopolíticos e a Fragmentação das Cidades Latino-Americanas*; *A Geopolítica das Transformações Metropolitanas e o Processo de Refavelização*; e *A questão Urbana na tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina: Globalização, fragmentação e militarização*.

Estes trabalhos certamente não esboçam tudo o que penso hoje sobre a correlação entre geopolítica, fragmentação, militarização da vida urbana e a vida nas cidades, sejam elas cidades pequenas e médias, sejam elas metrópoles, sejam elas cidades fronteiriças. No entanto, estes trabalhos seguem uma perspectiva de método que para entender as cidades na América Latina é importante que elas sejam tratadas dentro das sucessivas ondas de urbanização a que foram submetidas em cada período geopolítico desde a colonização. E, neste sentido, os processos de divisão socioespacial nas cidades, as desigualdades e fragmentações urbanas, expressas, por exemplo, na civilidade dos Estados com os grupos de alto poder e na brutalidade com os grupos em franco processo de marginalização e subordinação, geralmente de ascendência negra ou originária, quase sempre com sobreposições de violências sobre crianças, mulheres e homossexuais, não podem ser entendidos como o avesso de nossa experiência urbana, mas como sua trágica dinâmica. As

favelas, *las villas*, *los cantes*, *los barrios malos* e *las chacaritas*, não são expressões contraditórias da experiência urbana latino-americana, elas são nossa própria condição urbana, que teimamos em negar, ao negar ficamos impedidos de enxergar o centro de nossas feridas.

É assim que a geopolítica tem na cidade a condição privilegiada de tornar os interesses das elites, cada vez mais globalizadas, factíveis. É assim que na vida cotidiana das cidades há uma construção geopolítica entre seus grupos estabelecidos e seus antagonistas marginalizados. É assim que os *outsiders* das cidades, desta parte do mundo, se reinventam dia-a-dia para continuar existindo.

Na segunda parte, estão reunidos aqui reflexões que resultaram da minha pesquisa de doutorado: *Visíveis Pela Violência: A fragmentação subjetiva do espaço metropolitano*, defendida por mim no Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista, sob orientação da Prof. Eda Góes em 2009. Pesquisa que em 2015 sofreu adaptações para ser publicada em formato de livro em 2015, comigo já atuando na Universidade Federal da Integração Latino-Americana: *Visíveis Pela Violência: Identidade, Fraternidades do Crime e Espaço Metropolitano*.

Estas reflexões estão divididas em três ensaios: *Violência e Identidades coletivas no mundo global*; *Visíveis pela violência: Crise da Modernidade e Violência Urbano-Marginal*; e *Fraternidades no crime: Estranhos Cívicos*.

Estes três ensaios estiveram perdidos num limbo dos próprios percursos do meio editorial acadêmico e em minhas próprias lembranças. Ao recuperá-los, recuperei a importância das reflexões que construí ao

construí-los para o doutoramento e ao reconstruí-los, num primeiro momento, para ser publicados como artigos e, num segundo momento, para estarem presentes aqui.

Estes trabalhos em conjunto, trazem de volta para mim a necessidade da geografia, dos geógrafos e geógrafas, se esforçarem para retomar o casamento entre a teoria e a vida cotidiano dos sujeitos de nossas análises. Não é plausível que façamos infinitas discussões a respeito da ordem distante, da globalização, das relações internacionais, das estratégias geopolíticas, dos fluxos, dos atores hegemônicos, dos espaços da globalização, sem observar como a vida cotidiana, o espaço banal, a vida material, os corpos, as mentes, os lugares da existência, são verticalizados e submetidos, mas também como oferecem resistências, se sublevam, se tornam anômicos e produzem conscientemente ou inconscientemente inconformismo.

Estes trabalhos me fizeram pensar novamente como precisamos trazer de volta a empiria dos sujeitos e lugares para nossos conceitos e categorias. O espaço geográfico não tem elementos que possam ser tratados como universais, os lugares, os cotidianos das gentes, segmentadas mesmo, em classe, raça, gênero, nacionalidades, individualidades e subjetividades, não tem instituições que possam ser tratadas fora de suas formações socioespaciais, não tem ações empresariais ou arranjos corporativos fora dos processos culturais de cada lugar, de cada meio ecológico e de seus respectivos sistemas de engenharia. Os lugares, conectados violentamente com o mundo,

continuam a ter algumas dinâmicas que, ainda que não sejam próprias, se combinam num espaço geográfico ou mesmo num território único.

A globalização dos negócios, fase derradeira do sistema mundo moderno-colonial, liberou violências de toda ordem, legitimadoras, resistentes, anômicas e perversamente projetivas, que são o centro de discussão destes três trabalhos mencionados acima.

Ironicamente, a *rat race* do campus acadêmico me trouxe estas questões de volta e me levou à outras questões. Não é possível pensar a globalização dos negócios apartados dos processos de regionalização, urbanização, fragmentação e militarização, do contramercado até a vida cotidiana.

O reforço foi negativo, mas num duplipensar orwelliano, o resultado são ensaios sobre geopolítica, cidade e a violência...

“Oh, what a rat race”...

“O ar da cidade liberta”...

(Provérbio alemão)

Será?

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE: GEOPOLÍTICA, FRAGMENTAÇÃO E CIDADE

Períodos Geopolíticos e a Fragmentação das Cidades Latino-Americanas	11
A Questão Urbana na Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina: Globalização, fragmentação e militarização	45
A Geopolítica das Transformações Metropolitanas e o Processo de Refavelização	67

SEGUNDA PARTE: GLOBALIZAÇÃO, ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA

Violência e Identidades Coletivas no Mundo Global	106
Visíveis pela violência: Crise da Modernidade e Violência Urbano-Marginal	131
Fraternidades no Crime: Estranhos Cívicos	156

PRIMEIRA PARTE
GEPOLÍTICA, FRAGMENTAÇÃO E CIDADE

Períodos Geopolíticos e a Fragmentação das Cidades Latino-Americanas

Este trabalho traz reflexões sobre a correlação entre períodos geopolíticos, acumulação sistêmica, cidades e resistências urbanas na América Latina. Nosso objetivo central é demonstrar como o espaço urbano é produzido e reproduzido a partir de mecanismos oriundos de uma ordem distante, da camada superior do sistema interestatal, e, ao mesmo tempo, de mecanismos oriundos do cotidiano das cidades. As cidades latino-americanas apresentam formas de fragmentação vertical e horizontal que precisam ser entendidas dentro de seus respectivos períodos. Não obstante, advogamos que as contradições decorrentes destas formas de fragmentação podem assumir antagonismos, aparentes em levantes, revoltas e manifestações populares, que precipitam a crise do próprio período e da maneira como as sociedades aqui se organizam, em suas divisões e segmentações.

Períodos Geopolíticos e as Cidades latino-americanas

Este trabalho não pretende ir à direção de buscar as origens da geopolítica, nossa ambição é buscar as relações mais recentes da geopolítica com este conjunto de territórios que estamos habituados a chamar e a reconhecer como América Latina e suas principais cidades, delimitando períodos geopolíticos nesta parte do mundo, relacionando-

os aos ciclos sistêmicos de acumulação do capital e a dinâmica das principais cidades ou espaços urbanos que despontaram em cada período.

A produção do espaço urbano e as contradições de cidades como Potosí, Vila Rica e Recife no período geopolítico de colonização e como são hoje São Paulo, Buenos Aires, Lima e Cidade do México, cidades abertas à etapa ulterior da globalização, são o cerne das preocupações tratadas em parte neste trabalho. Não nos focaremos em uma ou outra cidade especificamente. A pretensão é tornar legível a força centrípeta das cidades, da perspectiva do poder, dos negócios e dos sistemas técnicos e de engenharia, bem como suas contradições socioespaciais e seus antagonismos urbanos.

Partimos do pressuposto de que há uma correlação entre as divisões territoriais do trabalho, definidas na geopolítica do sistema internacional, a produção do espaço urbano, evidente principalmente nas principais cidades da América Latina, e a vida cotidiana dos diferentes grupos, classes sociais e sujeitos que encontram na cidade seu lugar de existência. No entanto, essa correlação não é automática no tempo e no espaço, ela depende em grande medida dos recursos, dos sistemas técnicos, das normas, da governança e das gentes presentes em cada fração do território. O poder, os negócios, as gentes e as contradições socioespaciais não foram e não são as mesmas de período a período, de cidade a cidade.

Um dos nossos objetivos, que não se esgota neste trabalho, é compreender como, o que Fernand Braudel (1987) chamou de “o lar do capitalismo”, a camada do *antimercado* em que Estado e Corporações atuam para impor seus planos e interesses na escala mais globalizante possível, se relaciona, condiciona e por vezes é condicionado por dinâmicas que ocorrem nas cidades, construídas, selecionadas e dinamizadas por cada mudança na hegemonia global do capitalismo, e implicaram numa posição, para não escrever, função, para a América Latina e suas cidades. Para então revelar, em alguma medida, como o urbanismo e as cidades latino-americanas foram e são ainda hoje veículos das hegemonias mundiais, mas também foram portadoras de resistências, de esperanças, de utopias, capazes de impedir uma completa determinação, destinação e condenação dos territórios latino-americanos e de parte de seus habitantes, sobretudo os herdeiros do genocídio dos povos indígenas e da escravidão dos povos africanos, além de toda sorte, ou “azar”, de grupos sociais marginalizados que foram sendo subalternizados a cada período geopolítico e a cada mudança na hegemonia mundial dos negócios e da governança, nas cidades que conectaram, para o bem e para o mal, a América Latina com o mundo.

Desde que se estabeleceu uma relação triangular entre Europa, América e África, na esteira da colonização, as potências mundiais, terrestre ou marítimas (COSTA, 1992), as de ontem e as de hoje, fizeram e fazem das cidades latino-americanas territórios utilitários de suas hegemonias! Isso não quer dizer que há uma determinação da qual os

habitantes destas cidades ou aqueles que convergiram para cidade para buscar amplificar seus planos, interesses e lutas, simplesmente agiram e agem de acordo com o que foi e o que é definido numa ordem distante. A vida material, a vida cotidiana, a imediatez das relações sociais, são tão importantes para compreender a dinâmica das cidades quanto as verticais decisões das grandes estruturas de poder, daí o que Lefebvre chamou de crítica da vida cotidiana, isto é, a capacidade da vida cotidiana de ignorar e resistir ao que é concebido na ordem distante, hoje ordem da globalização.

Dentro desta perspectiva, nossa principal outra hipótese é de que o momento atual abriu possibilidades para uma integração geopolítica autônoma da América Latina face aos grandes centros de poder mundial (SORJ e FAUSTO, 2010; CAIRO, 2008). Todavia, a fragmentação das cidades, principalmente aquelas que servem de veículos para a acumulação de riqueza e poder, fazendo parte dos fluxos globais de negócios e governança, se converterão na principal dificuldade interna dos países da América Latina para plena realização de seus projetos de autonomia, além da óbvia resistência dos centros tradicionais de poder mundial e a emergência da China como carro-chefe da acumulação de poder e riqueza do século XXI.

Neste sentido, as rebeldias, organizadas, espontâneas, reacionárias ou transformadoras podem apontar estratégias diversas de refundação da sociedade e do Estado na América Latina. O que nos obriga a pensar as plataformas transformadoras na perspectiva de

“retaguarda” de que escreve Boaventura (2010), com a pretensão de aprender com as rebeldias que emergiram e emergem nas cidades, para renovar o pensamento crítico, exigindo de nós um pensamento alternativo de alternativas, o que inclui refletir sobre estratégias geopolíticas autônomas, que necessariamente devem conduzir e ser conduzidas por cidades que sejam para maior parte de seus habitantes o “reino da liberdade”, sob pena de tornar inconsistente a possível autonomia no sistema interestatal dos países latino-americanos, entre eles o Brasil, algo que as recentes manifestações de rua nas cidades brasileiras deixaram bem evidente.

Para além de debater os modelos geopolíticos, é necessário entender as operações geopolíticas capazes definir parte das dinâmico espaço-temporais, para os sujeitos e os territórios, não somente os territórios nacionais, espaços concebidos por excelência, mas também para os territórios produzidos nos cotidianos, espaços nos quais os sujeitos, ainda que segmentados e fragmentados, estão completamente mergulhados.

Debruçaremos-nos sobre os lugares onde a ordem distante, ordem da globalização nos dias de hoje, encontra e confronta, mecânica e organicamente, a ordem próxima, a vida cotidiana; onde o espaço de fluxos encontra, no limite, as identidades no que costumamos reconhecer como cidades; não a cidade conceitual, lugar de encontro dos cidadãos (BOOCHIN, 1999), mas a cidade real onde a ultraviolência dos poderes foi historicamente incorporada como forma de sociabilidade e

como substituto das formas mais rasas de cidadania que se esboçaram nesta parte do mundo. Na fratura e na violência, ainda que simbólica, está a origem, formação e trajetória das cidades latino-americanas, uma vez que a compartimentação dos territórios nesta parte do mundo foram, via de regra, produzindo processos de alienação do território, no sentido de impedir que seus habitantes pudessem definir politicamente os rumos dos territórios onde estão com os pés fincados (SANTOS, M. 2000).

Debater como a cidade foi e pode ser veículo das transformações geopolíticas e, simultaneamente, veículo das transformações da intimidade e das identidades das pessoas, a ponto de em momentos de catarse social emergirem insurreições e rebeldias capazes de fazer do espaço da cidade, cidade rebelde, é não somente uma ambição, mas uma necessidade (HARVEY, 2012).

Nossa perspectiva epistemológica nos faz crer, não com base na fé, mas com base nos acontecimentos, que se por um lado uma ordem vertical se impõe sucessivamente às cidades latino-americanas desde a colonização ibérica, produzindo identidades legitimadoras e espaços urbanos conformados, por outro lado, os sujeitos da vida cotidiana, segmentados de diversas maneiras: em classe, comunidades, gênero, etnia e faixa etária, por exemplo, são capazes de produzir identidades de resistência e, num nível superior, identidades com projetos de transformação, ainda que de forma fluída e temporária (BEY, 1999), quebrando a conformação do espaço urbano, possibilitando às cidades

viver seus instantes de resistência, ainda que tão logo as forças do mercado e do *contramercado* sejam capazes de incorporar as rebeldias e projetos e resignificá-los para manutenção do estado das coisas.

Nossa perspectiva é que se as cidades latino-americanas são por excelência lugar de realização dos planos e interesses dos decantados atores hegemônicos, os corporativos e os *Políticos*, e, por isso, ela é, sobretudo produzida pelos negócios e pelas práticas de governança, as cidades latino-americanas não deixam de serem lugares de seus habitantes e, neste sentido, não deixam de projetar seus anseios, angustias, medos, alegrias, prazeres e interesses, num metabolismo cotidiano que por vezes faz tremer a força dos grupos estabelecidos, colocando em suspensão a violência simbólica e a própria ultraviolência necessária para a hegemonia dos grupos estabelecidos, os imediatos e os de longe.

Nossa última hipótese é que a história das cidades desta parte do mundo é a história deste confronto! Sendo assim, para que se concretize o *soft power* da geopolítica latino-americana é necessário caminhar em direção ao direito à cidade. O período atual, período de fabula, perversidades e de possibilidades, período de crises permanentes, iluminará cada vez mais os antagonismos urbanos de nossas cidades. Cabe saber se estarão iluminados e visíveis pela violência dos poderosos, como historicamente vem ocorrendo desde as cidades em *damero* hispânicas ou as cidades barrocas da colonização portuguesa, ou iluminados pela experimentação radicalmente democrática, sob pena de

alienação do território transformar as cidades em campos de uma guerra civil molecular (SOUZA, 2000).

Geopolítica, hegemonia internacional e as cidades latino-americanas.

Entendemos que é necessário um esforço de grande monta do ponto de vista intelectual para estabelecer relações entre geopolítica, hegemonia mundial e as cidades latino-americanas. Neste sentido, estamos realizando um importante levantamento bibliográfico capaz de permitir um embasamento teórico para investigar esta relação.

Nossa estratégia caminha por reconhecer períodos geopolíticos, cuja base são os ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996), hegemonias correspondentes e cidades que se tornaram o “coração” político e econômico de cada período (SANTOS, M., 2000).

Conseqüentemente, uma parte do caminho metodológico se desdobra em entender o período geopolítico atual, em franca transição, numa relativa descendência do poder estadunidense e num relativo aumento da importância da China, bem como um grupo de países emergentes dos quais: Brasil, Argentina, México e Venezuela, no caso latino-americano, são os principais representantes.

Numa etapa seguinte, é necessário entender como as cidades são portadoras das lógicas de poder (LEFEBVRE, 1991) e como ao mesmo tempo elas criam as condições de resistência à ordem distante que busca

compartimentar e fragmentar os territórios (HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 1991).

Num momento ulterior é importante refletir como as rebeldias que emergem das cidades podem criar as condições para pensarmos em alternativas e ao mesmo tempo, pensarmos na estreita relação entre estratégia geopolítica e vida urbana, uma vez que a experiência contemporânea de Estado, Governo, Sociedade, Cidade e obviamente de cidadãos, tem no bem-estar social condição fundamental para as estratégias de inserção no que Wallestein (2001) chama de sistema mundo.

No âmbito teórico-metodológico para compreender as dinâmicas do território das cidades latino-americanas é imprescindível a adoção de periodizações no sentido exposto por Braudel e Milton Santos (1987; 2000) e estabelecer a correlação entre o período geopolítico, isto é, entre a organização política e econômica dos lugares de acordo com expansão produtiva, comercial e financeira de um número reduzido de potências internacionais, capazes de estabelecer processos de hegemonia no sistema interestatal, seja a partir de estratégias de territorialismo, seja a partir de estratégias puras de capitalismo (CASTELLS, 2003).

Não obstante, nosso entendimento se aproxima da contribuição feita por Braudel de que é necessário entender a realidade como uma totalidade composta por três dimensões: o contramercado, no qual atualmente atuam as corporações e os Estados, principalmente os Estados com capacidade de definir em alguma medida os rumos da

Economia Política do mundo e, portanto, dos territórios; o mercado, no qual estabelecemos um conjunto de trocas materiais e simbólicas, onde se concretizam o trabalho, consumo e a extração das mais variadas formas de mais-valor; e, por fim, o que Braudel chamou de vida material, lugar onde os sujeitos experimentam suas vidas, lugar da existência, da vivência e onde os sujeitos de fato formam suas consciências.

Esta perspectiva nos ajuda a pensar a formação socioespacial dos territórios latino-americanos e, portanto, suas cidades na medida em que esta parte do mundo responde com grande intensidade as mudanças no contramercado, isto que Braudel chamou de camada superior do capitalismo, uma vez que é aí que se alinham e se confrontam os Estados fortes e as grandes corporações capazes de condicionar os usos dos territórios. Em nossa compreensão as cidades latino-americanas ajudam a fornecer os mecanismos de operação utilitários para a realização dos planos políticos e econômicos lançados a partir do contramercado, o que via de regra definiu uma dada divisão territorial do trabalho na qual a América Latina e uma parte de seus povos tiveram que se acostumar a posições de subalternização. Assim, as cidades nesta parte do mundo tornaram-se veículos das decisões, planos e interesses vindos da camada superior do capitalismo, estabelecendo a compartimentação fragmentada dos territórios da América Latina, fazendo de suas cidades, não o lugar da cidadania, mas o lugar de formas radicais de opressão, exploração, violência, injustiça e desigualdade (ANDRÉ, 2015).

Outra questão teórico-metodológica imprescindível de expor, bastante explorada por David Harvey (2010; 2012), é a questão da acumulação de riqueza e a urbanização historicamente estarem associadas. O que no caso da urbanização latino-americana ser não apenas um fato, mas condição e condicionante de formação das cidades. Os primeiros núcleos urbanos, as primeiras cidades, as metrópoles que se formaram no século XX e a expansão das cidades médias por toda América Latina neste princípio do século XXI são demonstração deste processo, que não deve ser interpretado como automático. É papel do intelectual, neste caso, os geógrafos desvendarem as relações entre o metabolismo do capital, nas suas diferentes fases e as dinâmicas de produção do espaço urbano.

Entrementes, com base nas concepções do próprio Harvey e de intelectuais como Peter Hall (1999), Murray Boochin (1999) e Marcelo Lopes de Souza (2000), ambicionamos compreender como a vida cotidiana nas cidades impõem limites à utilização utilitária do espaço urbano, aos planos e intencionalidades concebidos de longe, dos centros de decisões políticas, geopolíticos e corporativas. As cidades, assim como podem facilitar os planos definidos numa ordem distante, podem também tornarem-se lócus de resistências, sejam organizadas ou programadas, sejam anômicas e desesperadas, sejam resultado de processos de mobilização social, sejam resultado do acúmulo de ações individuais.

Em nossa perspectiva, a sucessiva produção do espaço urbano latino-americano é rica em eventos de rebelião, insurreição, revoltas e rebeldias, algumas temporárias e desorganizadas, outras duradouras e fundamentais para a reprodução da cidade, não apenas como cidade dos poderes, mas também como cidades de seus habitantes, nas palavras de Harvey, cidades rebeldes. Em nossa concepção se a cidade pode fazer valer o poder do capital, das corporações e dos Estados, ela também pode fazer valer, ainda que de forma fluída e temporária, o poder da identidade de seus habitantes, ainda que fragmentados socioespacialmente.

Ainda na questão do método, embora nossa pretensão seja estabelecer algumas generalizações, reconhecemos as variações espaço-temporais de alguns dos processos políticos, geopolíticos, econômicos, sociais e culturais que entendemos ser fundamentais na dinâmica de produção dos territórios das cidades, o que nos obriga a tratar o conhecimento de campo como condição fundamental da consistência teórica. Não há técnica capaz de substituir o que nós geógrafos costumamos chamar de trabalho de campo. Obviamente que o campo aqui não é concebido como na geografia clássica, para nós o trabalho de campo senão é ponto de partida e de chegada das reflexões, ele é imprescindível para refutar, corroborar e aprimorar o arcabouço teórico-metodológico-epistemológico. Neste sentido, parte significativa das questões aqui apresentadas são decorrentes não somente de observações de atividades acadêmicas ou pesquisas anteriores, mas também da nossa

capacidade de *flâneur* em uma série de cidades, principalmente: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Montevideo, Santiago e mais recentemente Buenos Aires.

Após utilizar as periodizações como ferramentas, nossa perspectiva foi e continua sendo analisar como em cada período geopolítico as cidades latino-americanas foram capazes de ampliar a reprodução de diferentes formas de capital, diferentes sistemas de engenharia, novas formas de consumir e produzir, novas formas de explorar o trabalho e portanto novas formas de fraturar a produção do espaço urbano, sem jogar sombra no próprio cotidiano, nas estratégias de adaptação e resistência às exigências de cada nova etapa histórica colocadas aos diferentes sujeitos: grupos de interesses, comunidades, classes sociais e, no limite, os indivíduos.

A cidade: território da ordem distante e lugar da resistência.

A partir da obra de Geovane Arrighi, Fernand Braudel (1987) e Milton Santos (2000; 2003) foi possível reconhecer os principais períodos geopolíticos desde a conquista da América Latina, mediante as respectivas hegemonias. Assim, temos o período de conquista e colonização que se estende da chegada de Portugueses e Espanhóis no final do século XV e princípio do século XVI até a avalanche de independência no século XIX. As principais cidades neste período são Cidade do México, Potosí e Recife, nas quais se produziram as relações

originais de colonização, subordinação e aniquilamento dos nativos que sobreviveram a conquista e dos africanos que se destinaram sobretudo as *plantations* portuguesas e holandesas. Este período é marcado pela hegemonia mundial das cidades-estados italianas e pela hegemonia holandesa que vai ser gradativamente superada pela hegemonia Inglesa, configurando o período geopolítico de independência e formação dos Estados Nacionais na região durante todo o século XIX.

Neste segundo período geopolítico os territórios latino-americanos não se configuram mais como economias compulsoriamente dominadas pelas potências europeias. Neste período a América Latina passa a ser uma área de influência dos ingleses, fornecedora de produtos primários em virtude da opção inglesa pela industrialização. Opção que fez com que a geopolítica inglesa organizasse colônias e áreas de influência para abastecer o império de produtos minerais e agrícolas. Daí a formação de vários complexos agroexportadores no centro-sul brasileiro, na América Central, na costa peruana e na Argentina. O que elevou este último ao posto de principal país da região e Buenos Aires na principal cidade latino-americana, um centro de atração de capitais, sistemas de engenharia e força de trabalho.

Este período entra em crise com as crises de superprodução de 1890 e 1930 e deflagração das duas grandes guerras mundiais, o que abala a hegemonia inglesa e a configuração de Buenos Aires como a principal cidade da América Latina. A partir da segunda-guerra mundial temos claramente a demarcação de um novo período, de geopolítica

ideológica (CAIRO, 2008), no qual o desenvolvimentismo vai ser a principal ideologia dos Estados da região e cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Cidade do México vão despontar como centros dinâmicos, abaixo de um exercício hegemônico dos Estados Unidos. Exatamente neste cenário que os países latino-americanos vão enfrentar processos de urbanização e industrialização, sem interferir no colonialismo interno agora matizado também pelos camponeses refugiados do campo e pelos pobres residentes nas periferias urbanas (BOAVENTURA, 2010; CHONCHOL, 1996).

O fracasso do nacional-desenvolvimentismo, as políticas neoliberais dos anos de 1990 e o declínio do poder estadunidense expressos no ataque de 11 de setembro de 2001, nas trágicas invasões do Iraque e do Afeganistão, na passagem do Katrina em 2005 e na crise imobiliária de 2008; bem como a emergência da China, a revanche ao neoliberalismo e a projeção de Brasil, Argentina, Venezuela e México para toda a América Latina e a reestruturação de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do México e Caracas, como parte dos espaços da globalização (HARVEY, 2012), anunciam pela primeira vez nos últimos cinco séculos a possibilidade de uma inserção latino-americana que não seja pela via da dependência e subordinação (SORJ e FAUSTO, 2010; CAIRO, 2008), que pode ou não se confirmar pela estratégias geopolíticas presentes e futuras dos principais países desta parte do mundo, mesmo diante de um cenário em que os Estados Nacionais latino-americanos se vem alienados de parte do seu poder

sobre os territórios nacionais ou experimentam uma regulação delegada do território constrangidos pelas grandes corporações transnacionais. (SANTOS, M., 2003)

Outro resultado preliminar, que precisa ser aprofundado um pouco mais, é o papel que a China, pensando na hegemonia mundial, tem exercido no mundo e na América Latina. Primeiro, a centralidade da China supervalorizou o setor primário dos diferentes países latino-americanos que se comportam como exportadores de commodities, gerando o que alguns autores chamam de “doença holandesa”, isto é, a supervalorização do setor agroexportador a ponto de frear o desenvolvimento dos setores industriais.

Segundo, o implícito Consenso de Pequim embora não imponha um modelo de sociedade para seus parceiros econômicos como era de praxe no auge da hegemonia estadunidense do qual o Consenso de Washington foi a última expressão, o que implica numa menor ingerência na América Latina, uma vez que a imposição de valores políticos, econômicos e culturais aos parceiros econômicos que os Estados Unidos mantinham na região alimentaram ditaduras e golpes de Estados, as relações comerciais chinesas são feitas por operadores grandes e pequenos, legais e ilegais, criminosos e não-criminosos, estatais e privados, planejadores e liberalizantes (SORJ e FAUSTO, 2010) . Não que isso não acontecesse em outros períodos, mas o período atual é marcado pela quase indissociabilidade do que é legal e ilegal, do que dentro da lei e do que é criminoso. É exatamente aí que é possível uma

geopolítica autônoma para a região e exatamente aí que a região encontra também um dos seus grandes problemas, a conexão de parte dos sujeitos em processo de exclusão como mão-de-obra da expansão comercial comandada “lá de cima” pelos chineses, a formação de empresas criminosas, a corrupção sistêmicas do aparelho de Estado e uma nova fase de modernização conservadora; que se soma a cidades fragmentadas por antagonismos urbanos não resolvidos e colonialismos internos novamente atualizados (BOAVENTURA, 2010); evidentes em toda rede urbana latino-americana que tem nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Buenos Aires, Caracas, Lima, Bogotá e Cidade do México seus elementos mais dramáticos e mais trágicos.

O fato é que a brecha geopolítica aberta para a América Latina tornou as cidades desta parte do mundo ainda mais complexas e contraditórias, as cidades fazem valer os fluxos globais e simultaneamente apresentam as mais variadas experiências de resistência. Os espaços da globalização citadinos iluminam as rebeldias dos habitantes da cidade, as rebeldias sinalizam a necessidade de reformar a vida urbana, a experiência urbana aponta a necessidade superior de refundar o Estado, principalmente o latino-americano, para então projetar pela primeira vez na história desta parte do mundo estratégias não dependentes de civilização.

Dentro da pretensão de estabelecer uma correlação entre período geopolítico, cidades latino-americanas, acumulação sistêmica, hegemonia mundial, compartimentações, fragmentações e resistências,

entendemos que, a América Latina passou pelos seguintes períodos geopolíticos: Período da colonização; período de formação dos Estados Nacionais; período nacional-desenvolvimentista; e mais recentemente e ainda em curso, o período da inserção global.

Em cada um dos períodos as cidades que se tornaram centrais foram capazes de atrair poder, negócios, gentes e contradições que culminaram em revoltas, insurreições, rebeliões e num nível superior, revoluções. Nelas as decisões distantes e as necessidades imediatas estiveram e estão em confronto permanente, assim como seus habitantes, suas classes sociais, seus grupos de interesses, seus grupos identitários.

No período de colonização, a atual Cidade do México, Potosí, Recife e Salvador tiveram papel central para o capitalismo comercial com o poder de decisão centrado nas Cidades-Estados Italianas e depois Amsterdã, estabelecendo uma estranha rede urbana transatlântica e depois para o territorialismo dos Impérios de Portugal e Espanha, num momento de reforma do sistema internacional e hegemonia sistêmica dos holandeses.

As cidades colônias criadas ou reformadas para sustentar as *haciendas* hispânicas ou servir de nó das plantations portuguesas e holandesas, aniquilando a presença nativa e oprimindo no limite as populações sequestradas em território africano, ensejaram a fragmentação original do que é hoje o espaço urbano na América Latina, os nativos indígenas e os sequestrados sudaneses e bantus

principalmente se tornaram os primeiros marginalizados dos núcleos urbanos dos séculos XVI, XVII e XVIII, assim como os espanhóis e os portugueses tornaram-se os primeiros grupos estabelecidos destas cidades, transformando o espaço urbano em condição do seu establishment.

As revoltas de Tupac Amaru II que se arrastaram que varreram cidades como Lima, Potosí e La Paz, bem como a Conjuração Bahiana e a Revolta dos Malês em Salvador, e a chamada inconfidência mineira nas cidades que faziam parte dos caminhos do ouro e do diamante, são as expressões da luta colonial pelo direito à cidade de então.

Cada uma destas revoltas, ainda que abortadas, ainda que absorvidas pelas forças políticas e econômicas e pela própria Economia Política colonial, anunciaram o fim de um período, a crise ou subordinação de alguns dos negócios coloniais: as *haciendas*, as plantations, a mineração do ouro e da prata, e o tráfico negro; encerraram o mercantilismo, o territorialismo e o imperialismo de Portugal e Espanha, desnaturalizaram em parte a escravidão de nativos e africanos e fizeram nascer os Estados Nacionais.

O século XIX foi prodígio em cinco questões para a América Latina: a formação dos Estados Nacionais, a influência inglesa substituindo os impérios de Portugal e Espanha como centro de decisão político e geopolítico, e a consolidação de novas cidades como centros dinâmicos na região, com destaque para o Rio de Janeiro e principalmente Buenos Aires, a primeira metrópole ao sul do Rio Bravo.

As *haciendas* e plantations deram lugar aos complexos agroexportadores, a colonização deu lugar ao colonialismo interno, a circulação de pessoas e cargas foram mecanizados pelas ferrovias, barcos à vapor e bondes, os escravos foram largados a própria sorte, a imigração estrangeira fez crescer algumas das principais cidades e fomentou a distopia de embranquecimento, os territórios latino-americanos se tornaram formalmente independentes, mas não seguiram a via da insubordinação geopolítica, se mantiveram na parte de baixo da divisão territorial do trabalho, permanecendo como exportadores de produtos primários para dar suporte a opção inglesa pelo desenvolvimento industrial.

A revolta dos inquilinos, a revolta da vacina e a revolução mexicana, contribuíram, do ponto de vista dos habitantes das principais cidades de então: Buenos Aires, Rio de Janeiro e Cidade do México, a apontar as contradições de territórios que se modernizaram sem resolver suas contradições anteriores: a concentração de riqueza e dos meios de produção, particularmente a condição de latifúndio-minifúndio, os antagonismos étnicos-raciais e o colonialismo. Modernizações com faces conservadoras são “doenças” atávicas em nossos territórios e a formação dos Estados Nacionais, bem como de suas cidades como novos centros de poder ou centros de poder renovados, não foram capazes de romper.

Todavia, é mister indicar que o período de formação dos Estados Nacionais na América Latina coincide com um momento de

hegemonia inglesa no sistema internacional, com a sobreposição do capitalismo ao territorialismo, e, simultaneamente, com a formação das primeiras metrópoles latino-americanas, especialmente Buenos Aires e Rio de Janeiro. O que significou para os habitantes destas cidades a configuração de espaços urbanos aos moldes haussmanziano, com a formação de amplos bulevares, com a reestruturação dos centros das cidades e a remoção das classes populares destes espaços, num processo radical de gentrificação, ou melhor, aburguesamento, capaz de modernizar a circulação, a produção e parte dos sistemas de engenharia das cidades, sem romper as relações de contradição entre seus habitantes, ao contrário, elevando a um nível superior as condições de sociabilidade mecânica entre os estabelecidos, alguns novos, outros nem tanto, e os grupos e classes em processo de marginalização, alguns novos outros secularmente marginais.

O limite deste período, da perspectiva imediata foram a revolta da vacina e a revolta dos inquilinos, da perspectiva da ordem distante, o período entre guerras e a crise global do liberalismo em 1929, fizeram ascender um novo período geopolítico e uma nova dinâmica para as cidades que perduraram por todo século XX: o período nacional-desenvolvimentista e as metrópoles industriais.

Durante parte importante do século XX as principais cidades da América Latina foram conduzidas para se transformar no território por excelência das diretrizes do que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo, da luta entre capital e trabalho, do populismo, da

centralidade do trabalho e do trabalhador, da opção pela industrialização como modelo de desenvolvimento e do Estadismo como promotor da economia política dos territórios.

Isto significou uma centralização superior de capital, trabalho, sistemas técnicos e poder nas grandes cidades formadas que já eram importantes no período anterior, como Buenos Aires e Rio de Janeiro, e abriu espaço para a metropolização de São Paulo, Cidade do México e Lima, com todas as contradições que isso significa: êxodo rural, migrações de toda ordem, no caso brasileiro migrações interregionais, acirramento da questão da moradia, da pobreza urbana, da violência urbana, a consolidação de um proletariado latino-americano como sujeito político e a produção desigual de espaços urbanos numa forma radiocêntrica, sobre as formas do que já havia se consolidado. Daí a forma radiocêntrica da produção do espaço urbano impulsionado pelas intervenções do Estado e pelas operações das indústrias.

Este período para a América Latina tem uma dupla dinâmica, à princípio a centralidade de Buenos Aires e Rio de Janeiro, este último já numa posição inferior da perspectiva da centralidade econômica, o pós-segunda guerra. E a partir de então uma centralidade brutal de São Paulo e a metropolização de Lima, submetida à permanência do liberalismo econômico enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires respondiam a diferentes formas de Estadismo: Getulismo no caso das cidades brasileiras e o Peronismo no caso de Buenos Aires.

No pós-segunda guerra, com a bipolarização no sistema internacional, há um processo de bipolarização das forças políticas, dos grupos de interesses, das entidades de classe e das identidades urbanas e rurais, que tornam os golpes de Estado e as ditaduras civis e militares em uma constância na vida política das sociedades na região. O que implicou numa substituição da influência inglesa pela ingerência dos Estados Unidos e numa maior centralização de capital nas cidades metropolitanas, provocando processos de cornurbação, aglomeração, a formação de periferias distantes, expansão do processo de favelização e a completa marginalização dos grupos populares urbanos dos processos de decisão política.

Neste cenário se acirra algumas das contradições do aparelho de Estado no que tange ao espaço urbano e suas populações. Para parte dos grupos e classes estabelecidas nas cidades, o Estado age como bem-feitor, protetor, salvo a experiência do peronismo que procurou representar, a sua maneira, os novos setores populares do período, e para outros grupos e classes vivendo nas cidades, o Estado passou a agir como predador, utilizando de seu braço forte para remover assentamentos urbanos populares das áreas centrais e estratégicas das cidades, destas ações surgiram os grandes conjuntos habitacionais nas áreas metropolitanas, a criminalização da pobreza e dos pobres urbanos e as experiências contemporâneas de criminalização e encarceramento dos pobres e miseráveis das cidades. Aqui surgiram as primeiras políticas sistemáticas de aprisionamento dos grupos e classes subalternas, o que

contraditoriamente fez surgir as primeiras organizações criminosas formadas exclusivamente de pobres e miseráveis na América Latina, da qual o Comando Vermelho com origem na cidade do Rio de Janeiro é a organização mais emblemática (ANDRÉ, 2015), somada aos quartéis colombianos dos anos de 1980.

O esgotamento das metrópoles industriais e das contradições geradas por elas e através delas se deu com a ascensão da globalização e os vários movimentos e manifestações pró-redemocratização e contrários as ditaduras civis e militares que dominavam os diferentes governos nacionais nos anos 70 e 80 do século XX. Aqui vale citar o movimento *madres de la plaza de mayo* e as manifestações pelas eleições diretas que ocorreram em várias cidades brasileiras em meados dos anos 1980, precipitando o fim da ditadura militar no Brasil.

O período da globalização, período em que vivemos atualmente, demonstrou uma face ainda mais perversa, caótica e confusa das sociedades locais e das suas respectivas cidades, principalmente as metropolitanas. As políticas neoliberais implantadas pelos governos democrático-liberais dos anos 90 repercutiram principalmente naquelas cidades que tinham adotado a indústria como caminho para o desenvolvimento. Cidades industriais como São Paulo, Rio de Janeiro, Lima e Cidade do México foram as mais impactadas uma vez que sofreram com o processo de desindustrialização da economia nacional já que concentravam uma parte importante das industriais dos respectivos países. Ao tornar o território nacional em espaço econômico das

corporações transnacionais o processo de compartimentação do espaço metropolitano radicalizou os processos de fragmentação e de sociabilidade entre os grupos sociais.

Da perspectiva econômica do cotidiano, as redemocratizações significaram um horror econômico, criando a sensação de que saímos da ditadura política e passamos a viver sob a ditadura econômica. Uma estranha ditadura nos dizeres de Viviane Forrester (2001).

O período atual fragilizou a figura do operário urbano, fez recrudescer a centralidade do trabalho e os pactos sociais daí decorrentes, fez decair a figura das fábricas como símbolos de modernidade, de periferias e áreas sofisticadas, fez surgir hiperperiferias e áreas hipercentrais conectadas ao espaço de fluxos da globalização. A ultraviolência dos poderes tornaram-se mais constante, a ultraviolência dos desesperados das cidades também (ANDRÉ, 2015).

As cidades tornaram-se mais defensivas, as identidades urbanas passaram a se excluir ainda mais mutuamente, os espaços públicos foram esvaziados em nome dos espaços privados, gentrificados, aburguesados. Shoppings e condomínios fechados se tornaram símbolos da nova dinâmica de produção do espaço urbano, a centralidade do consumo e o ultraliberalismo fez a dinâmica de urbanização proliferar cidades por todo o território, particularmente dos grandes países da região: Brasil, Argentina, México, Colômbia e Venezuela, gerando um processo de interiorização da urbanização, sem, contudo, caminhar em direção ao direito à cidade, ao contrário, caminhando em direção à espaços urbanos

fragmentados objetiva e subjetivamente, radicalizando perspectivas de um urbanismo defensivo e militarizado das cidades, fazendo surgir subúrbios, *edges citys*, incapazes de resolver os antagonismo urbanos que já estão dados.

O período geopolítico atual é simultaneamente das cidades como lugar das maravilhas e das perversidades, lugar da globalização e da cidade como prisão, lugar da mais alta concentração de riqueza e da mais profunda miséria, lugar das identidades legitimadoras e das identidades que excluem os que excluem. Lugar das possibilidades e das crises, lugar da cidade como lugar dos negócios e como lugar das resistências. As manifestações pró-chavismo na Venezuela, concentradas nas grandes cidades, as manifestações recentes por todas as principais cidades mexicanas pela punição dos responsáveis pelo desaparecimentos dos jovens, as manifestações contra os fundos abutres em Buenos Aires e as manifestações de 2013 que levaram milhões de pessoas as ruas em todo Brasil, desencadeadas pela proposta de vinte centavos de real na passagem do transporte público em São Paulo, revelam que o período geopolítico atual na América Latina e as formas de produção do espaço urbano desencadeadas a partir daí, se dão a partir de um processo de crise e fragmentação permanente, algo que nem a ascensão dos governos de esquerda por todo o cone sul parece conseguir resolver.

Últimas considerações

Embora a palavra tenha surgido apenas no século XX, mais precisamente em 1905, no artigo: *As grandes potências*, do sueco Rudolf Kjellén (COSTA, 1992), bastante influenciado pelo pensamento geográfico alemão do final do século XIX, portanto, muito influenciado pelo *determinismo geográfico* e, por sua vez, bastante influente no pensamento geopolítico alemão do período entre guerras, as disputas por hegemonia, pela condução dos rumos políticos e econômicos internacionais, são infinitamente mais antigos que a denominação: geopolítica.

Nesta perspectiva, é importante colocar que os diferentes modelos geopolíticos mantiveram a América Latina numa posição frequentemente marginal (CAIRO, 2008), o período de colonização pariu a América, numa relação triangular com a África e a Europa, no qual o capitalismo nascente tinha seu coração nas Cidades-Estados do norte da Península Itálica: Veneza, Gênova, Milão e Florença, logo suplantada pela hegemonia mundial holandesa e pelo capitalismo territorial de Portugal e Espanha (ARRIGHI, 1996, BRAUDEL, 1987). Nisto que reconhecemos como o primeiro período da geopolítica latino-americana, embora a própria expressão América Latina tenha surgido apenas em 1860 dentro do repertório estratégico de Napoleão III para tornar esta região área de influência francesa, o papel dos territórios coloniais da América na divisão internacional do trabalho era de subalternos, o que

não mudou muito! Assim, os territórios aqui deveriam se acostumar a perde enquanto as metrópoles imperiais deveriam se habituar a ganhar (GALEGANO, 2013).

Esta condição original se modificou a cada mudança no ciclo sistêmico de acumulação do capital, isto é, a cada troca de hegemonia mundial e a cada evento capaz de abalar os alicerces da condição de subalternização das sociedades que aqui se constituíram, produzindo o que Milton Santos (2000) chamou de *período, influenciado pelo pensamento de Fernand Braudel*. Isso obviamente tornou algumas cidades portadoras de mudanças e reformas, um papel que estava além de apenas servir como esteira para o fluxo de riqueza que saiam das *plantations, haciendas* e/ou capitânicas em direção aos países metropolitanos (CHONCHOL, 1996; LEFEBVRE, 2001). Nesta questão, é fundamental a concepção de Harvey (2010) de que há uma conexão direta entre acumulação de capital, urbanização e o desenvolvimento das cidades.

Outros períodos sucederam a este período inicial, o avanço da globalização dos negócios e da governança hoje continua a promover mudanças no controle da acumulação mundial, a América Latina continua num papel subalterno na divisão internacional do trabalho, suas cidades continuam a ser esteira para um conjunto de recursos econômicos que fluem em direção aos centros do poder estatal e empresarial, e, ao mesmo tempo, demonstram ter ainda mais espaços para o florescimento de resistências aqui e ali (HARVEY, 2012). Mas, no entanto, esta última fase de globalização dos negócios e da governança,

associada a um momento de possível redefinição da hegemonia mundial, do qual os Estados Unidos figuram ainda hoje como o líder, e a chegada ao poder de vários partidos, grupos políticos e grupos de interesses com plataformas de justiça social, colocaram a América Latina numa nova condição geopolítica aberta (CAIRO, 2008; SORJ e FAUSTO, 2010).

Pela primeira vez em mais de cinco séculos de dominação e dependência (SANTOS, 2003), num cenário geopolítico de incertezas, com mudanças no “lar do capitalismo”, como escreveu Braudel (1987), mudanças correntes que anunciam a China como uma possível potência hegemônica mundial e alguns países como potências regionais, capazes de compartilhar o comando da camada superior do capitalismo e os rumos do sistema interestatal mundial (WALLESTEIN, 2001; ARRIGHI, 1996). Como demonstrou Harvey (2010) estas transformações, como nos períodos anteriores, tem suas conexões urbanas, a ponto de o governo chinês criar cidades, ou melhor, espaços urbanos inteiros esperando a chegada dos negócios, algo que Harvey denominou de capitalismo de carga.

Acontece que este cenário abriu uma brecha para projetos “mais ou menos” autônomos em relação aos períodos geopolíticos precedentes, nos quais cada país da região busca construir sua própria estratégia geopolítica, mais ou menos alinhada, mais ou menos independente, dos velhos e novos países centrais.

Estas transformações não se constroem no vazio, ela se realiza dentro dos territórios nos quais estão mergulhados as populações, os

recursos e os sistemas técnicos (SANTOS, M., 2000), territórios dentro os quais as cidades, local de encontro dos cidadãos (BOOCHIN, 1999), se constituem nos principais nós das redes de poder que se anunciam (CASTELL, 2003).

As principais cidades latino-americanas deste princípio de século XXI: São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Córdoba, Cidade do México, Caracas e tantas outras, tornaram-se os veículos destas redefinições. Cidades estas capazes de fazer conviver e se contrapor a “vida material” (BRAUDEL, 1987), a vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991), a imediatez dos sujeitos, dos grupos sociais, das famílias, das classes sociais mergulhadas no espaço, produzindo e reproduzindo suas vidas e compartilhando suas identidades (CASTELLS, 2003); com o espaço de fluxos globais, os grandes circuitos de poder dos negócios e da governança, da acumulação e do comando do capitalismo e do sistema de Estados, mais característicos desta ordem distante que costumamos chamar de globalização, e que se realiza de fato em frações destas cidades, perpassando os territórios nacionais, cuja maior parte passa a ter um comando delegado do território, em pleno processo de compartimentação e fragmentação (SANTOS, M., 2000).

Algo que também é possível de observar na projeção de Brasil, Argentina, Venezuela e México para a América Latina, revelado pelos discursos de integração regional a formação do MERCOSUL e da ALBA principalmente (SORJ e FAUSTO, 2010).

A geopolítica “possivelmente autônoma” da América Latina (CAIRO, 2008) pode ter exatamente na dinâmicas das cidades (HARVEY, 2012; HALL, 1995; AMENDOLA, 2000), na fragmentação do seu tecido sócio-político-territorial (SOUZA, 2000), na presença de fraternidades criminosas (GLENNY, 2008), narcoguerrilhas ou milícias paramilitares, na persistência de oligarquias agrárias e urbanas (CHONCHOL, 1996), na impossibilidade da realização do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) para a maior parte de seus habitantes e nos conflitos e antagonismos urbanos que daí decorrem (SOUZA, 2000), seu principal impedimento de plena realização, uma vez que qualquer projeto com ambição geopolítica para a América Latina, não pode prescindir de reformas sociais capazes de reverter desvantagens sociais internas, o colonialismo interno (BOAVENTURA, 2010), deixado como herança por cada período geopolítico de acumulação e governança nos países latino-americanos.

O que ficou claramente demonstrado nas recentes manifestações sociais nas cidades brasileiras, nos recentes enfrentamentos de classe nas cidades venezuelanas, pós-Chavez, nos conflitos violentes entre *cocaleros*, apoiados pelo governo boliviano, e seus opositores, pelas lutas indígenas por uma reforma urbana na própria Bolívia, bem como os conflitos diplomáticos entre Equador, Venezuela e Colômbia, e nas manifestações ordinárias nas cidades argentinas nestes últimos anos.

As cidades, como um buraco negro, tiveram a força centrípeta para atrair poder, negócios, capitais, infraestruturas e gentes, foram

capazes de gerar ou compor processos sistêmicos de acumulação de capital e sustentar processos geopolíticos de hegemonia. Por outro lado, cada período e as respectivas cidades anunciaram o fim de cada um dos períodos históricos na insurreição, rebelião e rebeldia de parte dos seus habitantes, numa catarse que, ainda que efêmera, redefiniu os rumos da produção do espaço urbano e das relações das cidades em toda América Latina.

Referências bibliográficas.

- ANDRÉ, André Luís. Visíveis Pela Violência: Identidade, Fraternidades do Crime e Espaço Metropolitano. Agbook, 2015.
- AMENDOLA, Giandomenico. La ciudad postmoderna. Madrid: Ed. Celeste, 2000.
- ARRIGHI, GIOVANNI. O longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BEY, Hakim. TAZ: Zona autônoma temporária. São Paulo: Baderna, 1999.
- BOOKCHIN, Murray. Municipalismo Libertário. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1987.
- CAIRO, Heriberto. A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. Cad. CRH vol.21 no.53 Salvador May/Aug. 2008.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrários em América Latina: De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Cidade do México: FCE, 1996.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica nos discursos sobre o território e o poder*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

FORRESTER, Viviane. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: UNESP, 2001.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GLENNY, Misha. *Mcmáfia: Crime sem fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Perspectiva: São Paulo, 1995.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Ciudades rebeldes: Del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Akal, 2012.

LACOSTE, YVES. *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. *A cidade do Capital*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Refundación del Estado en América Latina: Perspectiva desde una epistemología del Sur*. La Paz: Plural Editores, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003.

SORJ, Bernard e FAUSTO, Sérgio. *América Latina: Transformaciones geopolíticas y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

SOUZA, Marcelo L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio- espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

A Questão Urbana na Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina: Globalização, fragmentação e militarização

A relevância deste esboço de reflexão se inscreve na perspectiva de que os processos de urbanização das cidades latino-americanas invariavelmente responderam e respondem aos negócios e situações de governança de cada período geopolítico pelos quais passou a América Latina, desde a colonização até os dias atuais. Mas cada cidade, cada população, nas suas respectivas segmentações de classe, sociais, políticas, culturais, étnicas e raciais, experimentaram isso de forma singular no tempo, no espaço e no próprio corpo.

As dinâmicas de urbanização da tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina, ainda que sejam da perspectiva histórica dinâmicas recentes, não escapam à estes condicionamentos, sobretudo se considerarmos o atual período histórico – período da globalização (SANTOS, 2000). O que nos leva à premissa de que a integração mundial das economias traz no seu bojo regionalizações (HAESBAERT, 2010), fragmentações (SANTOS, 2000; SOUZA, 2000) e militarizações (MIR, 2004; SOARES, 2003, 2005; SOUZA, 2005) das quais estas cidades e seus habitantes, ainda que vivendo de forma segmentada em classes, grupos de interesses, comunidades e, no limite, de forma atomizada, também não podem escapar e que, todavia, são intensificadas pelos efeitos das fronteiras nacionais, como limites e zonas de contato

(COSTA, 2008). Embora as cidades de Foz do Iguaçu-Brasil, Puerto Iguazú-Argentina e Ciudad del Leste-Paraguai tenham juntas 700 mil habitantes aproximadamente, estas três cidades formam o epicentro de uma rede urbana de 2 milhões de habitantes, o que torna as contradições deste território ainda mais intensas.

No mundo contemporâneo a questão urbana atingiu múltiplas dimensões na perspectiva da produção e reprodução do espaço urbano e isto nos coloca o desafio de interpretar os fenômenos da urbanização simultaneamente como um processo com uma tendência mundializada, mas também como um processo que reafirma a singularidade dos lugares, sobretudo dos cotidianos dos lugares, ainda que verticalizados por processos distantes.

Nesta perspectiva, partindo da experiência urbana desta parte do mundo a que costumamos chamar América Latina, é necessário compreender a urbanização, suas condições e contradições, dentre das dinâmicas de cada período histórico, ou melhor, de cada período geopolítico pelos quais passaram os diversos territórios latino-americanos. São com estes dois olhares que queremos aqui apresentar um debate sobre a produção e reprodução do espaço urbano da Tríplice Fronteira - Brasil, Paraguai e Argentina -, na qual há uma relação transfronteiriça (CARNEIRO, 2013) entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Leste e Puerto Iguazú, onde residem de forma balcanizada, isto é, fragmentada da perspectiva do tecido socioespacial, aproximadamente 700 mil habitantes, e na qual há dinâmicas geográficas

que não podem ser desvinculadas dos processos de globalização – seja como novo período da história, seja como etapa ulterior do capitalismo (SANTOS e SILVEIRA, 1996; PORTO-GOLÇALVEZ, 2004); dos processos de regionalização – como arte-fato como discutiu HAESBAERT (2010) ou visto na perspectiva da questão local, como discutiu BENKO (1996) e THRIFT (1996) ; dos processos de militarização (SOUZA, 2006); e, dentro outros, dos processos de fragmentação (SANTOS e SILVEIRA, 1996; SOUZA, 2006).

Vale expor que esta é a Tríplice Fronteira demograficamente mais ocupada de toda América do Sul (CARNEIRO, 2013). Sua formação, considerando os processos de formação socioespacial de cada um dos países se inicia basicamente no final do século XIX e início do século XX, num período de formação dos Estados Nacionais e suas fronteiras em toda América Latina. Não obstante, num período em que geopoliticamente os territórios na região foram organizados em grande medida como complexos agroexportadores para atender demandas do mercado internacional (CHONCHOL, 1996).

Ao longo do século XX, no auge do nacional-desenvolvimentismo dos grandes países periféricos como Brasil e Argentina, e da bipolaridade na geopolítica internacional, fronteira demográfica, principalmente para brasileiros e paraguaios com a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, e fronteira agrícola com a expansão da rede sulista de migração, hoje principais operadores do agronegócio na parte oriental do Paraguai, com os *“brasiguaios” e principais*

operadores do agronegócio em boa parte do território brasileiro, produzindo o que HAESBAERT (2004) chamou de território em rede”.

Sendo assim, Ciudad del Leste, antes Presidente Strossner, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, surgem no esforço de ocupação das fronteiras dos três países, cada uma a seu tempo, mas dentro do mesmo período geopolítico, foram dinamizadas pela forte verticalização dos respectivos Estados Nacionais com a construção de Itaipu, Ponte da Amizade e Ponte da Fraternidade. O que gerou, principalmente no caso de Foz do Iguaçu, uma segregação urbana planejada pelo próprio Governo Federal para atender segmentos socioprofissionais envolvidos na construção e no início das operações da Usina. Daí surge os bairros Vila A, Vila B e Vila C, impulsionando ao mesmo tempo um processo de compartimentação fragmentada do espaço urbano, fragmentação tipicamente horizontal, em virtude da incapacidade dos habitantes da cidade de regularem os destinos da cidade, e uma fragmentação horizontal decorrente da divisão socioespacial entre os grupos estabelecidos e os grupos em franco processo de marginalização.

O processo de transfronteirização, como escreveu Carneiro Filho (2013, p.21)

... ocorre através de políticas adotadas por atores como a Itaipu Binacional [...] e também por meio de iniciativas não-governamentais, através de atores locais, empresas privadas, grandes grupos hoteleiros e ainda por organizações criminosas.

Com a incorporação de novos sistemas de engenharia: o Aeroporto Internacional das Cataratas e o Aeroporto de Puerto Iguazú, uma série de portos secos e a melhoria do sistema viário, esta Tríplice Fronteira sofreu um processo de transfronteirização (carneiro), e o espaço urbano das cidades passaram a ter frações conectadas aos fluxos dos negócios globalizados, com destaque para o agronegócio, comércio de mercadorias e serviços – legais e em conflito com a lei - e o turismo internacional.

Sendo assim, a Tríplice Fronteira passou a experimentar dinâmicas urbanas próprias da globalização dos negócios. Enquanto Ciudad del Leste ganhou a condição de terceira maior zona comercial do mundo, apenas atrás de Miami e Hong Kong, Foz do Iguaçu, em virtude de Itaipu e das Cataratas, recebe 1,5 milhões de turistas ao ano, sendo em média 25 % vindo de países do MERCOSUL e 25% vindos de fora do continente americano. As três cidades, nesta perspectiva, passam a organizar parte do seu espaço urbano para atender as demandas dos negócios internacionais, sendo oferecendo suporte técnico-financeiro ao agronegócio, consumo de luxo e lazer privado; sendo oferecendo serviços de turismo sofisticados; sendo oferecendo o mercado para produtos e serviços legais, e produtos e serviços em conflito com a lei, como a prostituição de luxo e o tráfico de armas e drogas.

Enquanto as inserções no espaço de fluxos regionais, considerando o MERCOSUL, e globais aumentaram de forma violentamente exponencial a fragmentação vertical da Tríplice Fronteira,

uma vez que agora, mais do que nunca, parte significativa dos habitantes das cidades não tem a mínima condição de definir os rumos do espaço urbano onde vivem, houve um forte processo de fragmentação horizontal, permeado por nuances de classe, raça, etnia, religião e nacionalidade. Aqui, como numa distopia do mundo global, é possível encontrar árabes, libaneses, chineses, italianos, coreanos, brasileiros, paraguaios, argentinos, mulçumanos, católicos, budistas, pentecostais, pretos, brancos, guaranis, todos convivendo de forma fragmentada, balcanizada e em constante conflito, mais ou menos fazendo valer o fluxo de capitais associados ao comércio de mercadorias, ao agronegócio e ao turismo, bem como à produção de energia.

Assim, temos um espaço urbano transfronteiriça com nuances colonial e pós-colonial, moderna e pós-moderna, capaz de oferecer bem-estar aos turistas, aos grupos estabelecidos, aos operadores do comércio e do agronegócio, aos servidores públicos ligados à Itaipu e ao controle das fronteiras, e mal-estar aos diferentes grupos sócio espaciais em processo de marginalização multicultural-étnica-racial-nacional.

É assim que esta Tríplice Fronteira mantém simultaneamente um dos centros de compras mais dinâmicos do mundo, uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, uma das maravilhas do mundo, um dos principais complexos turísticos de toda América do Sul, com ocupações urbanas, bem na rota das cataratas do Iguaçu; centenas de vazios urbanos utilizados como reserva de valor para processos de especulação imobiliária, bairros populares a duas horas de ônibus do centro da

cidade, crianças, quase sempre de origem guarani perambulando como pedintes, quase sempre tendo como interlocutor um turista. Essencialmente, numa perspectiva aproximada, este espaço urbano é organizado para atender os planos e interesses de ordens distantes, ordem da globalização dos negócios. Há um planejamento urbano para permitir a realização dos interesses do lobby do turismo, dos operadores e especuladores do mercado imobiliário, dos investidores de todo o tipo e dos setores ligados ao suporte técnico-financeiro do agronegócio. Por outro lado, há um planejamento urbano com a finalidade de blindar as formas e funções urbanas que resultam do planejamento anterior daqueles que vivem aqui processos de marginalização.

Nesta perspectiva, as cidades em questão experimentam um intenso processo de fragmentação vertical e vulnerabilidade territorial, pela incapacidade da maior parte da população local, ainda que segmentada, de influenciar os Estados Nacionais fronteiriços, nas suas diferentes escalas. Experimentam um processo de fragmentação horizontal decorrente da convivência e da solidariedade mecânica entre os grupos estabelecidos das respectivas cidades e os grupos em processo de marginalização, quase sempre corporificados na pessoa de mulheres, crianças, pretos e nativos guaranis que historicamente habitam a região.

Estas cidades reproduzem um urbanismo, dividido, desigual e contraditório, protetor dos negócios e grupos socioespaciais com alto

poder, predador e implacável com os pobres de todas as matizes culturais, expressando o que Boaventura de Sousa SANTOS (1998) chamou de “fascismo sociais”, dentre eles, o fascismo territorial.

As cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Leste me parecem globais e simultaneamente pós-coloniais!

A tríplice fronteira e a globalização

As cidades que forma a tríplice fronteira atualmente experimentam a organização espacial de algumas de suas frações para atender os fluxos da globalização, particularmente com os aeroportos de Foz do Iguaçu e Puerto Iguaçu, com as Cataratas da Argentina e do Brasil, com a usina hidrelétrica binacional de Itaipu e com o centro de compras de Ciudad del Leste, as melhores infraestruturas urbanas das três cidades formam uma malha territorial-urbana para ligar todos estes “fixos” ou “objetos” com alto grau de modernidade e sofisticação, seja na própria materialidade urbana, seja nos lugares que são visitados, seja nas mercadorias que são consumidas pelos turistas, consumidores e/ou operadores varejistas ou atacadistas do centro de compra em Ciudad del Este.

Mapa 1 – Globalização e Fragmentação na Tríplice Fronteira



Acontece que há toda uma produção, planejamento e organização urbana para que a tríplice fronteira possa atrair turistas-consumidores de todo o mundo. Por outro lado, a força de trabalho que move este circuito internacional de turismo-consumo é basicamente formada por brasileiros, paraguaios e argentinos pobres, não obstante, os controladores deste circuito internacional no território são geralmente árabes, chineses, libaneses, brasileiros e argentinos integrados e capazes de definir em certa medida a economia política deste território.

Há uma tríplice fronteira preparada e condicionada para todo tipo de negócio, verticalizada de longe, operada por brasileiros, árabes, chineses, libaneses e argentinos, sejam circuitos legais ou circuitos em conflito com a lei dos três países, como os circuitos econômicos das drogas ilícitas, das armas e do contrabando de mercadorias, cuja força de trabalho disposta, às vezes, a dar a própria vida para manter os fluxos fluindo, recebendo assim sua parte, geralmente em forma de salário ou pagamento precário em relações de trabalho não formalizadas pelos respectivos Estados Nacionais fronteiriços, são formadas por brasileiros, paraguaios e argentinos, quase sempre pobres, geralmente de ascendência negra ou guarani, ou remanescentes da fronteira agrícola que se estendeu pela região que não encontram mais emprego no campo.

Galeria de Imagens 1 – Os lugares da Globalização na Tríplice Fronteira



Galeria de Imagens na sequência: Hidrelétrica Binacional de Itaipu; Turista nas Cataratas do Iguazú; Aeroporto Internacional de Foz do Iguazú; Aeroporto Internacional de Puerto Iguazú; Boutique da Ferrari em Ciudad del Este; Vista aérea do Hotel Resort Mabu.

Os lugares da globalização da tríplice fronteira impõem uma problemática de difícil resolução e em consonância com o atual processo de mercantilização do espaço, do território, dos lugares. Os locais organizados para atender aos fluxos e negócios globalizados,

principalmente o turismo e as compras de mercadorias, se não são espaços privados, uma vez que Itaipu e o Parque do Iguaçu, onde se localizam as Cataratas são instituições estatais, são espaços consumidos uma vez que para ter acesso a eles é preciso dispor destes lugares como valor de troca, numa relação de consumidor-usuário. Esta relação impõe não somente a questão do consumo do lugar, mas também a questão do esvaziamento dos lugares como espaços públicos.

Nos lugares da globalização da tríplice fronteira geralmente incluem turistas-consumidores e os endinheirados locais, mas excluem a maior parte dos habitantes, a não ser que estejam dispostos a oferecer sua força de trabalho para fazer fluir turistas e consumidores.

A tríplice fronteira e a fragmentação

Aqui é preciso lançar duas questões sobre a fragmentação: primeiro, a fragmentação pode ser entendida como a incapacidade dos habitantes locais, os cidadãos entre eles, de definirem os rumos da economia política local. A fronteira, a tríplice fronteira e o processo de transfronteirização corrente em Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguaçu, impõe, pela própria natureza das fronteiras a verticalização dos governos nacionais em questão – Brasil, Paraguai e Argentina. Os governos nacionais tem grande influência na organização espacial deste território e do seu processo de urbanização.

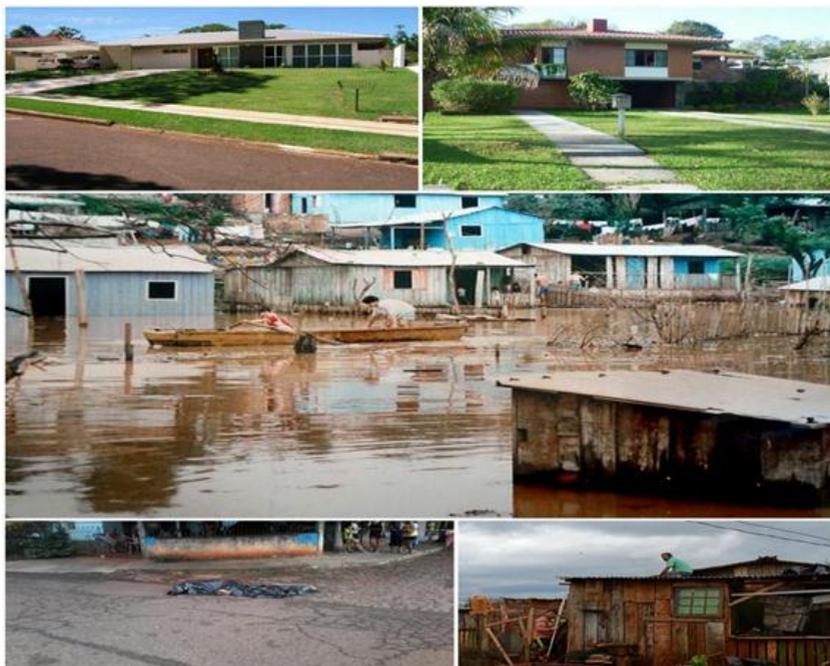
Com a globalização dos negócios, as empresas envolvidas nos circuitos econômicos do turismo e da circulação de mercadoria neste lugar, passaram a verticalizar seus planos e interesses corporativos e

empresariais tanto quanto os governos nacionais na região. Por outro lado, organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas, armas, pessoas e na prostituição de luxo, também demonstram capacidade de influir na economia política local.

Isto foi paulatinamente criando as condições de declínio ou de impossibilidade de controle ou autonomia de gestão deste território, cujos negros, guaranis e refugiados da fronteira agrícola, experimentam um franco processo de marginalização e subordinação que se evidencia no tipo de trabalho que realizam geralmente trabalho precário, e no tipo de moradia de que tem acesso, geralmente moradia precária, conformando periferias e hiperperiferias: favelas, chacaritas ou villas!

Do bairro planejado para abrigar trabalhadores pobres que atuaram na construção da usina de Itaipu, como a Vila C, a maior ocupação urbana da tríplice fronteira – o Bupas -, as favelas que beiram o Rio Paraná do lado brasileiro e as chacaritas que beiram o mesmo rio do lado paraguaio, impõe a este território um duplo processo de fragmentação: a fragmentação vertical da qual já falamos e a fragmentação horizontal entre os grupos estabelecidos aqui neste território: brasileiros, argentinos, árabes e chineses, que operam os fluxos de mercadorias e serviços, moradores de bairros homogêneos (por nacionalidade, religião ou renda) ou condomínios fechados de alta renda; e os grupos em processo de marginalização, quase sempre pobres de origem rural, negros ou guaranis, residentes nas áreas mais precárias da cidade.

Galeria de imagens 2 – A fragmentação horizontal



Na sequência de imagens: Casa no bairro Vila A, Casa no Bairro Fechado Vila B, alagamento no Bairro San Rafael em Ciudad del Este; Esquina no Bairro Vila C; Moradores reconstruindo as casas de madeira na ocupação Bubas, próximo à avenida que leva às Cataratas do Iguçu.

A tríplice fronteira e o processo de militarização territorial e urbana

Neste trabalho, não há espaço suficiente para debater a fundo o processo de militarização ao qual temos ficados submetidos desde a escala global à escala da vida cotidiana. Todavia, por militarização

estamos entendendo o processo de mediação das relações socioespaciais entre os diferentes habitantes da tríplice fronteira e os negócios estatais e privados que aqui ganham concretude, mediações que tangenciam mais ou menos o mercado privado de segurança, a midiáticação, sobretudo, televisiva da insegurança, a atuação das polícias, das forças armadas, das polícias privadas e dos sistemas de vigilância.

Galeria de Imagens 3 – Militarização na tríplice fronteira



Na sequência: Policial paraguaio fazendo abordagem; força de segurança nacional brasileira patrulhando as ruas que levam à Ponte da Amizade; exercito paraguaio patrulhando a fronteira; seguranças da Itaipu; Exercito brasileiro patrulhando as rodovias.

Para tornar frações da tríplice fronteira em lugar da globalização dos negócios, sem deixar de resolver suas contradições socioeconômicas, sem deixar de estender a todos os habitantes a sofisticação da inserção na globalização, sem deixar de resolver as contradições entre nacionalidades, classes, grupos étnicos raciais; os grupos estabelecidos aqui, as corporações, as organizações empresariais e criminosas, bem como os governos, nas suas diferentes escalas, fizeram a opção, mais ou menos programada, mais ou menos organizada, de blindar os territórios conectados à globalização, dos territórios da vida cotidiana dos grupos subalternos da tríplice fronteira.

Com o uso do discurso difuso da segurança: segurança da fronteira, segurança dos turistas, segurança dos locais de turismo, segurança dos locais de compra, segurança dos consumidores, segurança dos grupos de alto poder econômico e político; governos, empresas e organizações optaram por garantir os negócios pela força explícita das armas ou pela força simbólica dos sistemas de vigilância.

A sociabilidade entre ricos e pobres, nas suas segmentações de identidade e nacionalidade, etnicidade e racialidade, se realiza de forma mecânica, garantida pelas armas e pela vigilância. As práticas espaciais de ricos e pobres não escapam à mediação da militarização, operada pelas forças armadas dos três países: Brasil, Paraguai e Argentina, pelas polícias locais, pelas empresas de segurança e vigilância, garantindo assim as condições de fragmentação, nas quais uma pequena parcela de pessoas, empresas e organizações, tem as condições para se integrar aos

fluxos globais que se materializam aqui de forma menos restritiva, e nas quais uma grande parcela experimentam as perversidades das condições de vida territorial e urbana, vivenciando processos de subalternização e marginalização.

Últimas Considerações

Ao se debruçar sobre a questão urbana da tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina – temos duas questões epistemológicas importantes: é necessário entender os territórios, os lugares, as cidades, o espaço urbano e as práticas socioespaciais, dentro dos sucessivos períodos históricos, períodos de caráter geopolíticos; não obstante, é necessário compreender que as dinâmicas espaciais atualmente perpassam processos de globalização, regionalização, fragmentação e, dentre outros, processos de militarização.

Todavia, em cada lugar, em cada cidade, em cada território, estes processos adquirem particularidades decorrentes do encontro conflituoso da vida cotidiana e de suas respectivas práticas socioespaciais e das ordens vindas diretamente da globalização dos negócios e da alta política – aquela que vem diretamente da administração dos Estados Nacionais.

A tríplice fronteira em questão, para além de trazer particularidades, trazem singularidades que advém de sua condição de fronteira e de atual processo de transfronteirização. Os efeitos da fronteira são potencialidades e limites para o desenvolvimento territorial e urbano das cidades da tríplice fronteira. A questão nacional, a

nacionalidade e a questão racial formam um processo de fragmentação territorial e urbano que polariza as diferenças e desigualdades, reconstituindo o território por uma estranha sociabilidade permeada pelo exercício da força física e pela vigilância permanente.

Além disto, embora os três países fronteiriços tenham tido experiências coloniais, Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este são cidades de caráter pós-coloniais. Em parte por terem se estabelecido em pleno século XX, em parte porque ao se estabelecer não deixaram de dividir, segregar e fragmentar o espaço urbano, com nuances racial e étnico, fundido a experiência de fronteira agrícola, a experiência de transfronteirização e a experiência de aceleração de fluxos de mercadorias, serviços, turistas e gentes.

A tríplice fronteira pode ser a utopia dos territórios liberais e a distopia daqueles à margem da globalização, contidos pela militarização.

Bibliografia

AMENDOLA, G. La ciudad postmoderna: Magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Celeste 2010.

ANDRÉ, André Luís. Visíveis pela violência! A fragmentação subjetiva do espaço metropolitano. Presidente Prudente : [s.n], 2009 xiii, 313 f. _____ . Visíveis pela violência: Identidades, fraternidades do crime e espaço metropolitano. Agbook, 2015.

ARIOVALDO, Umbelino. O campo no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

- ATHAYDE, C. e MEIRELLES, R. Um país chamado favela. Rio de Janeiro: Editora Gente, 2014.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad editora, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. A Dinâmica do Capitalismo. Lisboa: Teorema, 1992.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003a. _____ .O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003b. _____. Fim de Milênio. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003c.
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Geografia Política. Porto Alegre: UFRG, 2005.
- CHONCHOL, Jacques. Sistemas agrários en America latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora. Ciudad del México: Fondo de Cultura economica, 1996.
- CLAVAL, PAUL. A Geografia Cultural. 3ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos Sobre a Rede Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Edusp, 2008.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jonh L. Os estabelecidos e os outsider: A sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- FERNANDES, B., WILCH, C. A. e GONÇALVES, E. Usos da terra. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Revista Antares, nº 3, jan-jun, 2010. p. 2-24.

_____. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Dos múltiplos territórios à ultiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

_____. Regional-Global - Dilemas da Região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. Rebel Cities: from right to the city to the urban revolution. Londo-New York: Verso, 2014.

_____. The enigma of capital: and Crises of capitalism. New York: Oxford University Press, 2010.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005

IANNI, Octávio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOOLHASS, Rem. Três textos sobre a cidade. São Paulo: GG Brasil, 2011.

LEFEBVRE, Henry. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2006. MEDINA, Felisa Rodriguez de; Sintesis de Historia del Paraguay y Alto Paraná. Editora Papyru's Impresiones: Assuncion, 2004.

- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo, Editora Boitempo, 2002.
- MIR, Luís. Guerra civil: Cidade e Trauma. Rio de Janeiro: Geração editorial, 2004.
- MOURA, R. Os riscos da cidade modelo. In *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas/Henri Acselrad (org)*. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PORTO-GONÇALVEZ, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. *Civilização brasileira*, 2006.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / com-piladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- RABOSI, Eduardo; Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, ANA C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SILVEIRA, M. L. Território usos e abusos. Campinas: Edições Territoriais, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os fascismos sociais. 1998.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e Geografia: A compartimentação do Espaço. *Caderno Prudentino de Geografia*. N.18, Jul de 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: _____. GREGORY, Derek; MARIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs). Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

A Geopolítica das Transformações Metropolitanas e o Processo de Refavelização

As questões levantadas nesta redação representam uma parte significativa das reflexões que tenho desenvolvido sobre as dinâmicas recentes da urbanização, tendo na Região Metropolitana de São Paulo, considerando a “cidade mãe” e o conjunto de “cidades da margem”, que junto com a cidade mãe compõem a maior região metropolitana da América Latina, o principal território de observação e vivência. A metrópole paulista comporta espaços da globalização, integrados à internacionalização dos negócios e das governanças e, no outro extremo, comporta espaços marginalmente integrados e que historicamente chamamos de periferias, cujas situações mais limites são representadas pelas favelas.

Nossa tarefa aqui, é mostrar que se a metrópole e suas cidades da margem se transformaram radicalmente para atender as racionalidades da globalização, as frações mais hegemônicas deste espaço urbano também se transformaram e nos últimos anos principalmente emergiram como parte visível das cidades, não somente pelos seus dramas, mas também pelo seu protagonismo cultural, econômico e político, o que chamaremos aqui de refavela!

É a partir daí que propomos uma reflexão, que se é teórica, não é desvinculada das transformações e condições experimentadas pelas

gentes destas partes da metrópole que costumamos chamar de periferias, cujas favelas é a principal configuração espacial mais impermanente!.

Uma primeira questão que é preciso colocar é que o processo de desenvolvimento da maior parte das sociedades atuais respondem a quatro elementos fundamentais que conformam um novo período histórico que será chamado aqui de globalização, a despeito das divergências em relação ao termo, que alguns preferem chamar de mundialização e outros preferem chamar apenas de internacionalização. Embora, seja preciso considerar que a rigor, não há globalização, mas espaços globais, capazes de fazer fluir os fluxos de capitais, mercadorias, imagens e informações (CASTELLS, 2003), a convergência dos momentos, a unicidade das técnicas, a cognoscibilidade do planeta e a mais-valia como um motor único da maior parte das sociedades, constituem os pilares deste período que se anuncia de forma fabulosa, perversa e cheia de possibilidades (SANTOS, 2000).

No entanto, esta primeira questão nos leva a uma outra: os espaços de fluxos globais não se realizam no vazio, no ar! Eles encontram nas cidades, seu território utilitário de realização, daí a expressão: “Cidade do Capital” de Henry Lefebvre (2001). Este encontro, na escala do espaço urbano, nas cidades, lugar em que os cidadãos se encontram, como escreveu Murray Bookchin (1999), faz com que os elementos das ordens distantes: os capitais, os governos e as corporações, encontrem o espaço dos lugares (CASTELLS, 2003); a vida material das pessoas (BRAUDEL, 1987); a vida cotidiana (LEFEBVRE,

2000); a escala da comunidade, das famílias e das próprias pessoas, está última, escala do prazer e da dor, como escreveu Neil Smith (2000).

Deste encontro, surgem, sobretudo nos países periféricos e nos países em eterno processo de desenvolvimento, como o Brasil e vários dos países latino-americanos, cidades e regiões metropolitanas fragmentadas em suas condições objetivas, isto é, seus sistemas de engenharia, seus bens públicos e coletivos, suas centralidades, sua riqueza e pobreza; bem como em suas condições subjetivas fazendo com que, os habitantes das cidades, mal se reconheçam como parte do mesmo espaço, pelo contrário, as cidades e os espaços urbanos que se organizam a partir deste encontro, se vêm como opositores, no limite, como inimigos e em eterno processo de conflito e contradição.

A fragmentação subjetiva das cidades e dos espaços metropolitanos resulta em uma oposição cada vez mais radical entre os habitantes destes lugares, o que implica num estranhamento entre os grupos sociais urbanos, ricos e pobres, moradores dos bairros sofisticados, periferias e favelas, capaz de retroalimentar a fragmentação objetiva do espaço metropolitano (ANDRÉ, 2009). Neste sentido, a cidade passa a ser escala fundamental de cooperação e conflito entre o que vem de longe e o que emana da vida cotidiana. O que dá um sentido real para afirmação de Manuel Castells (2003) de que o principal conflito do mundo contemporâneo ocorre entre o espaço de fluxos da globalização, que se constituem nas cidades, e o espaço dos lugares onde

as pessoas produzem suas identidades e reproduzem suas vidas, que também se constituem em grande medida nas cidades.

No caso da Região Metropolitana de São Paulo, obrigatoriamente isso ocorre em grande medida nas periferias e favelas. Esta constatação nos leva há duas outras questões: primeira, a dinâmica de desenvolvimento da globalização está intimamente vinculada ao processo de urbanização, como demonstrou David Harvey (2010). Quanto mais capital e poder político circulam pelo mundo, mais ele tende a tomar as cidades como seu destino.

Para Harvey, este é o principal enigma do capital, a relação inexorável entre capital, poder e cidade. Uma segunda e fundamental constatação, é que as periferias urbanas e as favelas particularmente, no caso, sobretudo das cidades latino-americanas, em eterno processo de desenvolvimento, com sucessivas etapas de modernização conservadora, não podem ser vistas como um subproduto da urbanização, pelo contrário, elas são exatamente o resultado do desenvolvimento geográfico heterogêneo, desigual e contraditório das cidades (HARVEY, 2012).

Neste sentido, se os bairros sofisticados ou os tornados sofisticados para atender as racionalidades da globalização dos negócios e da governança foram transformados, as periferias e favelas também se transformaram, não apenas objetivamente, mas subjetivamente. A ponto da metrópole fazer conviver como nunca riqueza e pobreza na mesma fração do espaço urbano. Como nunca a periferia irrompeu nas frações

dos bairros sofisticados e funcionais a manutenção dos poderes, por outro lado, a globalização e as estruturas de poder ou de racionalidades dos poderes econômicos e políticos ocuparam as periferias e as favelas, não somente em sua paisagem, mas também dentro do espaço familiar, a casa, e portanto, também, no espaço pessoal, no que Debourd (1955) e Hakin Bey (2001) chamaram de psicogeografia.

As favelas e, no limite, as ruas, são o derradeiro lugar de uma parte das pessoas para se manterem no espaço urbano e assim se integrarem, marginalmente, à cidade. O que na teoria ordinária e no senso comum é visto como subnormal, irregular, é a última alternativa de assentamento humano na cidade e no espaço urbano (HALL,1995); é até por isso, todas as mudanças se fazem sentir primeiro nesta parte do espaço urbano e da cidade resultado do desenvolvimento geográfico desigual e contraditório.

As reestruturações do espaço metropolitano, sua gestão, suas racionalidades vindas de longe e aquelas sentidas na própria imediatez, afloram primeiro na paisagem das periferias e das favelas, primeiro na vida das famílias e sujeitos que habitam esta derradeira fração da cidade e do espaço urbano. Assim, uma questão que é preciso ser considerada pelos projetos e programas de urbanização das favelas, é sua capacidade, para o bem e para o mal, de apontar as características, perversas e as possibilidades, de cada conjuntura e de cada período histórico.

O fato é que de algum modo as novas formas de acumulação e as novas práticas políticas de governo, sobretudo, aquelas que envolvem

transferências de renda direta, como prática de Estado, redefiniram inclusive a vida daqueles residentes em periferias, conjuntos habitacionais e favelas. No caso destes últimos, como demonstraram muito bem Renato Meirelles e Celso Athayde, em *Um País Chamado Favela* (2014), a renovação da centralidade do trabalho, perdida nos anos de reforma neoliberal do Estado Brasileiro, pelas políticas quase neodesenvolvimentista assumidas pelo governo brasileiro a partir da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores em 2002, e a intensificação da centralidade do consumo, a partir da generalização dos diferentes programas de transferência de renda a partir de então, alimentaram uma ativação econômica e política das periferias urbanas, já ativadas intensamente do ponto de vista cultural, sobretudo por diferentes expressões artísticas, das quais, o RAP, naquele momento era a principal expressão, no caso da Região Metropolitana de São Paulo (ROCHA, DOMENICH e CASSANO), aumentando a velocidade e a capacidade de ativismos sociais, consumo e visibilidade das periferias urbanas e em especial as favelas.

Como problematizaram Renato Meirelles e Celso Athayde (2014), se as favelas brasileiras fossem um Estado da Federação, seria o quinto mais rico de um país em franco processo de emergência internacional, sexta maior economia do mundo hoje: o Brasil. Sua população, 11 milhões de habitantes, seria maior que a população de Portugal, do tamanho da população da Grécia, três vezes maior que a população de nosso vizinho Uruguai. Seu poder e efervescência cultural

seria o mais importante do país e quiçá da América Latina, haja vista, o poder de comunicação e linguagem do RAP, do FUNK e do Samba. Seu poder de apresentar ativismos políticos é impressionante, a ponto de obrigar-nos todos nós, intelectuais, sobretudo aqueles que transitam na teoria crítica, a pensarmos mais em movimentos de “retaguarda”, como escreveu Boaventura de Sousa Santos (2010), do que de vanguarda. Exigindo de nós um pensamento alternativo de alternativas.

Por fim, é o que mais importante diante de um processo de acumulação global, no qual a centralidade do consumo tem tanta importância quanto a centralidade do trabalho, o poder de consumo dos 11 milhões de habitantes das favelas brasileiras chegaram a um montante de 63 bilhões de reais nos últimos anos, mais do que a capacidade de produzir riquezas de países como a Bolívia e o Paraguai.

É neste contexto que utilizaremos em alguns momentos a expressão *refavela* (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014), como processo de transformação forma de expressão do desenvolvimento geográfico do espaço urbano, como condição de protagonismo dos habitantes deste espaço, apesar da sua histórica condição de vitimização sempre repaginada pelos processos de modernização do Brasil, e pela própria necessidade teórica de enxergar a favela e seus habitantes como parte da cidade, que obviamente experimentam processos de marginalização, mas apesar disto desenvolvem estratégias contínuas de existência, de viver e não somente de sobreviver (a arte de viver), estratégias estas que perpassam elementos econômicos, políticos e culturais. Sem

glamorização, alguns perversos e que refletem a perversidade do nosso tempo, mas por outro lado, algumas estratégias muito inovadoras, precursivas e que põe em xeque a maneira como habitualmente é entendido e interpretados estes espaços e seus habitantes, e, neste sentido, todos os projetos e programas de urbanização. As favelas e seus habitantes não apenas fazem parte da cidade e do espaço urbano, mas querem, por necessidade, ter acesso aos sistemas de engenharia próprios da urbanização que tem acesso as demais partes da cidade: do endereço reconhecido, as ruas que permitem o fluxo, o transporte eficiente e que permite a plena mobilidade urbana, acesso à energia e a água que permite o conforto das famílias.

Não obstante, as favelas e seus habitantes, querem por necessidade, o tal sonhado direito à cidade da utopia lefebvrea: acesso ao trabalho decente, à boa educação formal, da básica à superior, querem direito ao lazer e a diversão, direito aos espaços públicos e privados de convivência, direito à justiça e a liberdade. É por isso que a urbanização das favelas não pode ser apenas o produto de uma solução técnica por parte de um grupo de especialistas, teóricos, políticos ou operadores do mercado imobiliário.

A urbanização das favelas tem que ser gerida como parte do protagonismo que ela coloca para toda a cidade hoje, sob pena de tornar inconsistente a própria natureza da cidade: do reino da liberdade de Lefebvre ao encontro dos cidadãos de Murray Bookchin (1999). Sob pena de acirrar a perversidade do processo de urbanização, a

fragmentação objetiva e subjetiva do espaço metropolitano. Sob pena de tornar a vida urbana em reino do medo, da violência, da insegurança e do desespero: a “guerra civil molecular” de que nos alertou Marcelo Lopes de Sousa (2000).

As transformações metropolitanas e seu conseqüente processo de redefinição objetiva e subjetiva das periferias e favelas foram tratados em *A vida bandida!* (ANDRÉ, 2003), *Violência marginal* (ANDRÉ e GOÉS, 2004) e por último em *Visíveis pela violência* (ANDRÉ, 2009). Em todos estes trabalhos é possível perceber como pano de fundo a questão da geopolítica metropolitana, as novas condições do espaço da metrópole paulista e seu processo de pulverização de riqueza e pobreza em toda a Região Metropolitana, fazendo como nunca o cruzamento de periferias, favelas e bairros sofisticados, sistemas de engenharia e sistemas técnicos novos, com sistemas de engenharia precários e obsoletos, homens lentos - acostumados a face perversa do espaço urbano - e homens rápidos - acostumados à civilidade que o espaço urbano pode proporcionar.

Além disso, uma questão que foi apontada em todos estes trabalhos, foi as mudanças de identidade que ocorriam nos rincões da metrópole provocadas em grande medida pela crise da centralidade do trabalho e a força da centralidade do consumo, num cenário de perversidades provocadas pelas políticas liberais, cujo maior impacto na região metropolitana foi o claro processo de desindustrialização. Estas mudanças de identidade, decorrentes de um novo ordenamento da

metrópole na esteira do processo de globalização, liberalização da economia brasileira e reforma neoliberal do aparelho de Estado, levado à cabo pelos governos pós-redemocratização, provocaram mudanças identitárias entre os grupos sociais, levando ao extremo os antagonismos urbanos. Fazendo com que a violência se transformasse num padrão de sociabilidade entre os habitantes da metrópole. Seja a violência do poder dos grupos dominantes representadas na militarização das formas urbanas, do processo de auto-apartamento da cidade, nos condomínios fechados, shoppings centers de luxo, privatização da segurança e produção cada vez maior de uma experiência urbana vigiada por sistemas de vigilância; seja a contraviolência dos grupos subalternos, das periferias e favelas, expressos sobretudo no tráfico de varejo e nos furtos e roubos, o que podemos denominar de baixo-crime (ANDRÉ, 2009), em contraposição ao alto-crime manifestado na corrupção do aparelho de Estado, no comando de atividades criminosas, como o tráfico atacadista de armas e drogas, e o contrabando de mercadorias, mais organicamente ligados aos grupos integrados e dominantes do espaço metropolitano, que embora seja tão responsável pelas inseguranças da experiência urbana, não recebe por parte da sociedade, do justiça, do Estado e da mídia o mesmo tratamento crítico do baixo-crime.

Desconfiamos que isso ocorre sobretudo porque este último está ligado as estratégias urbanas incriminadas que recorrem uma parte dos habitantes das periferias urbanas! O que está problematizado em Visíveis pela violência (2009), dentro uma série de questões, é que estas

mudanças globais tiveram repercussões na metrópole e em suas frações internas, inclusive as periferias, particularmente as favelas. Estas redefinições produziram em todo o espaço urbano novas identidades que fazem interagir o trabalho, o consumo, a religiosidade expressa na atuação das igrejas genericamente chamadas de evangélicas, e a própria violência, o que permitiu inclusive a formação de organizações criminosas ligadas aos setores populares pela origem de seus membros, dentre as quais o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho são as organizações que mais permeiam o imaginário recente da vida urbana brasileira.

Todas estas mudanças colocaram a periferia no centro e o centro na periferia, pulverizaram pelo espaço urbano hiper-centralidades e hiperperiferias, sobretudo as que se expressam em formas de favelas. Estas questões todas definiram a necessidade de inverter a percepção e a própria explicação das dinâmicas que ocorrem nas periferias urbanas e nas favelas. Daí o uso da expressão *refavela*, que diga-se de passagem não usei em nenhum daqueles trabalhos, embora tenha descrito e explicado estas dinâmicas. A utilizo agora por entender que ela expressa parte daquilo sobre o que me debrucei, tomando o termo emprestado, como eu escrevi anteriormente.

Estes trabalhos apontam que houve um processo de resignificação da periferia e das favelas pelos seus habitantes nas últimas duas décadas, estes lugares deixaram de ser vistos por eles apenas negativamente, devido principalmente pela dificuldade de escapar destes

lugares, pela permanência da vida urbana destas pessoas na parte mais precarizadas do espaço urbano. Não restou a uma parte importante dos habitantes da metrópole outra maneira de enxergar estes lugares, a não ser positivamente, em virtude de não caber a eles outro lugar senão as periferias e as favelas. Não podiam interpretar somente de forma negativa o único lugar que lhe permitia a manutenção da existência e a permanência na cidade.

É neste cenário que proponho entender a urbanização das favelas, num cenário de impermanências e novas dinâmicas que são apresentadas no espaço metropolitano e nos seus lugares que genericamente chamamos de favelas. *Metrópole em transição: Cidade do capital? Cidade Rebelde?* Lewis Mumford (1991), em *A cidade na história*, adverte-nos para o fato de que as práticas, ações e rituais são mais antigos do que as coisas e os objetos reconhecíveis como tipicamente citadinos. Segundo ele, é exatamente pelas práticas e rituais que se pode ter uma ideia mais aproximada do significado da cidade e da urbe. Todavia, optamos, ao menos nesta seção, por analisar a metrópole pelo seu sistema de objetos, mesmo reconhecendo os limites que este caminho possa ter.

Assim, a metrópole mudou radicalmente. Mas dizer isto é estar diante de uma evidência comum, que por si só não diz o que mudou! A crise e a mutação pela qual passa o sistema social, em todas as suas escalas, não deixou de produzir crises e mutações na constituição da cidade e da metrópole, que ao que parece, não cessaram de ser

produzidas, na medida em que o período global que vai se anunciando é um período de crises, como assinalou Milton Santos (2000), no qual política e economia podem se dar ao luxo de dispensar pessoas e lugares, comportando todas as contradições que isto provoca.

São Paulo é uma cidade mãe, ligada a uma série de cidades marginais, configurando um espaço metropolitano que, como nenhum outro, materializou, nas relações socioespaciais e em sua paisagem urbana, as características deste período em crise. A metrópole paulista é sem dúvida um veículo de transformações e redefinições globais, sem deixar de veicular as transformações e contradições autóctones, aquelas que acontecem no seu interior, em suas ruas, vielas, praças, becos, faróis, seus prédios, apartamentos, casas, sobrados, barracos, bares, bairros, favelas.

Os sujeitos experimentam crises variadas dos paradigmas que fundaram a modernidade, experimentam uma radicalização de seus princípios, cujas consequências dramáticas da globalização dos negócios e da governança, impõem um conjunto intenso de riscos para os sujeitos e para a coletividade (GIDDENS, 2002), fazendo com que alguns já possam viver a modernidade, suas narrativas e ideias, como etapa superada, que, não mais fundamenta os vínculos sociais, teleologias, ações e utopias, levando ao extremo a fragmentação do tecido sóciopolítico (SOUZA, 2000), ao urbanismo defensivo e militarizado, isto é, na qual os protagonistas e antagonistas urbanos se relacionam como inimigos e se armam para a experiência urbana, e, entre outras

coisas, a fragmentação do espaço urbano (AMENDOLA, 2000). A ideia de cidade ou a cidade concreta é o grande Veículo destas transformações (LEFEBVRE, 1991) que entre outras coisas, revela a liberação de novas formas de identificação, definição de si e do outro, que é algo que se faz mergulhando nas relações cotidianas e em suas intimidades (GIDDENS, 1993), difundindo um repertório de violências que retroalimenta o mal-estar social.

As cidades brasileiras oferecem, de forma singular, um caráter de perversidade às mudanças globais e locais, criando o habitat necessário para a construção de identidades urbanas que incorporam no seu modo de vida e no seu modo político, a violência e a ultraviolência, enquanto um dos seus artifícios de reprodução social, manutenção, ampliação de poder e posição socioespacial, configurando um espaço concreto segregado, fragmentado, entrincheirado e um pensar sobre o espaço – uma psicogeografia (BEY, 2001) - que torna o “outro” um inimigo, e o seu lugar de entorno uma zona hostil, área de assalto, alvo de uma versão difusa, civil e urbana da blitzkrieg (CARR, 2002; KEEGAN, 2006), numa sociedade de fascismos sociais (SANTOS, B.,1998). Giandomenico Amendola, em *La ciudad postmoderna* (2000), revela que para compreender com profundidade a cidade de hoje, que se convencionou chamar de cidade pós-moderna, é necessário recorrer às metáforas, como, de certa maneira, é comum entre aqueles que buscam tornar legível a complexidade, as formas, funções, ações, contradições, objetos e sujeitos da experiência urbana. Embora as metáforas possam

nos confundir, ainda assim pode ser esclarecedor utilizá-las criticamente. A cidade, como mostra o próprio Amendola, tem sido historicamente compreendida enquanto máquina, corpo humano, galáxia e, mais do que nunca, como hardware ou software.

Para nós, uma das metáforas apropriadas para entender a cidade e a metrópole, no atual patamar de conflito, divisão social, fragmentação, medo e violência, é a metáfora do “campo de batalhas”, “trincheira urbana”, lugar de uma “estranha guerra civil” (MIR, 2004), que talvez seja em alguma medida apropriada, sobretudo considerando a constituição socioespacial das grandes cidades e metrópoles brasileiras, construídas a partir de um ideal de modernidade, tardia e mais-do-que-imperfeitamente realizadas, porque fundamentadas sobre formas radicais de desigualdades étnicas, sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais. São Paulo do século XX, do período nacional-desenvolvimentista (BENJAMIM, 1998), se constituiu em um dos mais importantes centros industriais e administrativos do país. Nela, o capital produtivo se fez presente, nela se forjou uma produção fordista em acordo com a segunda revolução tecnológica; nela se concentrou uma burguesia industrial imponente e uma classe operária sólida; nela foram criados bairros industriais, bairros operários, vilas operárias – periferia de uma cidade industrial ainda próxima; nela se concentraram investimentos e imigrantes – mobilizados pelo trabalho e identificados com a positividade absoluta do trabalho; nela, dia-após-dia, se extorquiu a mais-valia e se explorou o corpo de homens, mulheres e crianças, que tinham

que viver da sujeição do corpo e da mente à indústria, principalmente. Nela, todas as relações sociais transpassavam de algum modo a ética do trabalho e a sobrevalorização do trabalhador. Nela, não havia nada mais central do que o trabalho, o trabalhador e a exploração do trabalho. Na metrópole paulista, se constituiu uma classe média influente na economia e na política institucional. Nela, se consolidou meios de comunicação de massa, produção em massa, consumo de massa - restritos as classes e grupos de alto e médio poder e hegemônicos na cidade. Nela, os meios de transportes convergiam da periferia ao centro, das portas das casas às portas das fábricas. Nela, cada chaminé erguida era um capital simbólico acumulado de uma metrópole que se industrializou e se urbanizou no mesmo passo; que se modernizou e, ao fazê-lo, territorializou sistemas de engenharia compatíveis com a lógica e a centralidade do trabalho, do capital industrial, do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços pela cidade (BARELLI, 2003).

Um processo siamês em que a industrialização condicionou a urbanização, a criação de formas urbanas, a definição de suas funções e a definição dos papéis que cada indivíduo, grupo ou classe cumpriram no espaço metropolitano. Assim, “um dos fenômenos urbanos notáveis do século XX foi a transformação da cidade de São Paulo, em ‘cidade mãe’, de uma série de ‘cidades da margem’, configurando um espaço metropolitano, centro de decisão de seu próprio destino, do destino das “cidades da margem” e de um conjunto variado de lugares descontínuos a ela, transformando-a em uma das maiores metrópoles mundiais”

(BARELLI, 2003, p.7). Como lugar das interfaces de escala, tempos e convivência, ainda que de forma conflituosa, a Região Metropolitana de São Paulo vive hoje a constituição de uma nova metrópole sobre ela mesma. A metrópole muda, transforma-se, renova-se e reajusta-se, reconfigura-se, sem sair do lugar, mas criando sobre ela mesma novos lugares: hiper-integrados ou hiper-periferias (TORRES, MARQUES, FERREIRA, e BITAR, 2003); redefinindo seus sistemas de engenharia, seus objetos, suas formas urbana, seus sujeitos, sua geografia, a leitura geográfica que se faz dela, sua psicogeografia. Sem sair do lugar, uma metrópole vai dando lugar à outra, herdando da primeira suas contradições, formas, funções, papéis e metabolismos.

Contudo, submetendo cada um a uma nova lógica, a um novo metabolismo, a um novo padrão de acumulação de capital e poder globalizado, excludente e em permanente estado de crise, que teima em recair sempre sobre os mais frágeis. Frente a um novo regime de acumulação, baseado na sobreposição do capital financeiro ao capital produtivo, no toyotismo sobre o padrão pós-fordista, na sobreposição do consumo em relação ao trabalho, na otimização do trabalho e da mais-valia relativa, na mídia – como fábrica de sonhos individualizados –, na produção heterogênea de mercadorias, no consumo individualizado e na ética do consumo mais do que na ética do trabalho, nos shoppings mais que nas fábricas, na violência mais que na política, a cidade e a metrópole redefinem configurações socioespaciais e, assim, novas formas urbanas, novas funções e papéis, novas identidades e processos

de vinculação social não necessariamente ligados aqueles que construíram a modernidade. Os sujeitos são transformados, tem suas intimidades modificadas e a modificam constantemente, buscando diminuir o malestar geral provocado pelas transformações no espaço urbano. Quando não se redefinem as funções e papéis das formas e dos sujeitos adaptados ao movimento anterior do sistema metropolitano, eles são descartados e lançados sob uma sombra que os torna absolutamente invisíveis, desprezáveis ou indiferentes. São dadas as condições para uma geopolítica do enfrentamento, da militarização, da fragmentação, da evocação do medo, das fortificações e, por consequência, segurança ilusória das câmeras, armas, grades, lanças, trancas e blindagens.

A metrópole tornou-se isso que é hoje, porque o capital produtivo explorava o território e as populações de forma muito mais extensiva do que parece explorar agora. Era preciso grandes frações da metrópole para instalar unidades produtivas e alocar a força de trabalho. Com a redefinição do padrão produtivo, além de exportar unidades produtivas, parte das unidades que permaneceram na cidade teve que incorporar, quando não totalmente, elementos do padrão pós-fordista, otimizando o uso do território e do trabalho vivo como meio de minimizar os custos e maximizar os ganhos. Aqueles cujos esforços não servem mais a ciranda viciosa da reprodução da riqueza, imagens e governança, resta pouco mais que a disposição de dar a própria vida.

Na sociedade para qual o esforço humano já não vale de nada, só resta estar disposto a dar a própria vida, vigiando e sendo vigiado,

matando ou morrendo, oprimindo ou resistindo em nome de uma ordem ou circuito econômico e político ou em nome da própria ânsia de viver.

As relações socioespaciais baseadas fundamentalmente no assalariamento foram diminuídas e cindidas, partindo o principal laço de filiação entre os grupos socioespaciais desiguais da metrópole. O que era desigualdade, neste primeiro momento, baseada em relações produtivas, transformou-se em desigualdade e indiferença, na medida em que a filiação, por meio das relações produtivas, foram intensamente diminuídas. Ou seja, parte substancial do território da metrópole, e das pessoas que a habitam, se tornaram desqualificadas e foram consideradas inúteis para as novas relações de produção e os novos usos que as empresas, corporações midiáticas e religiosas, além do Estado, tem feito do trabalho e do espaço metropolitano. Por um lado, há vários enclaves na metrópole, caracterizados por unidades produtivas que foram abandonadas.

Há bairros operários que sofrem um processo de esvaziamento, transformando em frações mortas do território, frações degradadas do espaço urbano, que potencializam a inviabilização da cidade como espaço do direito. Por outro lado, a centralidade do consumo e a financeirização da riqueza, submetendo o trabalho e o capital produtivo, dinamizando outras áreas da metrópole; em lugar de fábricas, estimula a construção de formas urbanas dedicadas a viabilizar diferentes tipos de consumo de bens, serviços e capital para desiguais tipos de

consumidores; os shoppings e as financeiras são os exemplos superiores. As frações mais dinâmicas da metrópole são produzidas em torno de espaços de decisão e consumo principalmente.

Como fica evidente no mapa de fluxos, mesmo os mais pobres circulam mais pelo espaço urbano como consumidores de espaços de lazer, circulam menos como usuários de serviços de saúde, educação, comerciais e financeiros. As centralidades da cidade estão sendo construídos em torno de espaços que possam ser consumidos, e nos quais os sujeitos possam manter a sensação de estarem protegidos e seguros. Causa impacto a diminuição da centralidade do trabalho e do uso dos bens coletivos porque indicam uma inflexão da importância do trabalho como gerador de pactos e da própria cidadania, na medida em que o uso de bens coletivos é menos importante do que o consumo de espaços de lazer, nos quais podem extravasar modos precursores e bizarros de viver a cidade. A metrópole paulista em poucos momentos e em pequenas frações se realizou como obra, no sentido atribuído por Lefebvre (1991; 2001), ela foi sempre muito mais valor de troca do que uma obra de arte.

Uma metrópole passível de ser consumida e cuja produção, num sentido além da produção de bens, é induzida pelo consumo de caráter econômico. As mudanças ocorridas no último quarto de século XX, na estrutura do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (BARELLI, 2003), seguem no sentido da precarização e desregulamentação do trabalho, dos déficits entre os postos de trabalho

em relação à demanda de trabalhadores, diminuição dos rendimentos, declínio do emprego industrial, do trabalho assalariado e do trabalho formalizado; a proliferação do assalariamento não-formal, do trabalho autônomo – auto-explorado - e do desemprego; aumento do tempo de busca por emprego, alto engajamento em formas de trabalho precário, aumento do emprego no comércio e principalmente no setor de serviços, levando ao extremo uma economia que Paul Singer e João Machado (2000, p.31) consideraram como economia de mercado de comprador, na qual “há mais oferta [de produtos] do que demanda, os vendedores se esforçam para agradar os clientes, inundam-nos de propaganda e tentam seduzi-los com sorteios, ofertas, descontos, etc.” Isso ajuda a entender o menor fluxo motivado pelo trabalho e o maior fluxo motivado pelo lazer.

Neste cenário de ampliação da economia informal, em meio a um circuito superior altamente sofisticado, a economia incriminada passou a fazer parte das estratégias de reversão da exclusão, assim como o engajamento na economia de bens religiosos, simbólicos e reais. “A relação imediata entre o trabalhador e o trabalho desapareceu, dando lugar a uma indiferença” (LEFEBVRE, 2001) ou a uma secundarização do trabalho na formação do habitus de grande parte disto que Ricardo Antunes (2001) chamou de classe-que-vive-do-trabalho. Assim, a metrópole “veicula as mudanças da produção (econômica, política, técnico-científica-informacional, religiosa etc.) oferecendo ao mesmo tempo o receptáculo e a condição, o lugar e o meio” (LEFEBVRE,

2001, p.86). A imagem das cidades que produzem a metrópole (LYNCH, 2000) se refaz diante dos olhos de seus cidadãos, a metrópole do uso extensivo do trabalho mostra sua face perversa, semeando medo, insegurança, pânico, terror e topofobias... (SOUZA, 2008) A precariedade da economia desvela a precariedade das inserções nas esferas política, comunicativa e intelectual de parte da população, de tal maneira que a respectiva formação social e espacial só pode se reproduzir com a intensificação de políticas antidialógicas, as violentas, sobretudo.

Por sua vez, parte da metrópole engendra mecanismos de políticas antidialógicas reativas, para, em última instância, persistir existindo as relações de cidade e, assim, reproduzir a (não) cidade. Corporações religiosas criam os seus monumentos, colonizam os espaços com formas suntuosas, gigantescas e com funções e papéis bem definidos. Onde havia fábricas, produção de bens reais, há agora fábricas que produzem bens religiosos. As indústrias da fé se colocam no espaço como se colocavam fábricas transferidas ou fechadas, produzindo bens, colocando-os para circular e trocar, induzindo comportamentos, gerando um mercado: produtores e consumidores, fazendo propaganda e marketing, gerando um fluxo de pessoas, valores, ações, discursos e identidades.

Algo semelhante começou a fazer o Estado na última década e meia, com os programas de transferência de renda. Como em qualquer estratégia de poder e demonstração urbana deste poder, elas criam suas

grandes sedes nos lugares de grande fluxo e visibilidade: grandes avenidas, grandes praças, próximo às estações de trens e metrô de grande circulação, em alguns casos transformando literalmente velhas fábricas de qualquer coisa em templos religiosos. Ocupam cada subcentro da metrópole com templos menores, sem deixar de recorrer a estratégia de manter o templo e o nome da corporação bem visíveis aos olhos das pessoas em fluxo.

Quanto à ultraviolência, sua presença urbana se faz pelo uso de “tropas auxiliares” (MACHIAVELLI, 2004) que os grupos em melhores posições utilizam para preservar, manter e reproduzir seus estilos de vida. Em cada lugar de movimento destes grupos, há uma tropa de seguranças privados prontas para iniciar um combate. Prédios e casas ganham câmeras, blindagens, grades, cercas eletrificadas, alarmes e cães-de-guarda. As áreas de lazer e comércio passam a se realizar em lugares fechados, interditados, os centros de administração corporativo e estatal ficam sitiados por tropas estatais e não-estatais. A militarização é quase uma paranoia, carros de passeio transformam-se em veículos com blindagem militar, os muros aumentam, as câmeras de segurança se multiplicam, as cercas ganham voltagens superiores, os seguranças particulares impõem sua presença - regulando as relações mais que as forças estatais, socializando a ultraviolência na medida em que vendem para quem quiser e puder, o emprego da força. A vida militar inspira a vida metropolitana, primeiro, pela atmosfera de enfrentamento criada, segundo, pelo ciclo vicioso que o “desmonopólio” da violência leva ao

espaço urbano. Se a força de segurança estatal em tese deve proteger o cidadão, a quem protegeriam os seguranças particulares, quem são seus inimigos? Serão eles portadores de um sentimento coletivo? O policial, em tese, tem que proteger um sujeito coletivo e público, cujo inimigo é aquele que transgride as normas de convivência pública.

O segurança privado não tem essa natureza, ele luta em favor e contra um interesse absolutamente privado, que pode mudar de acordo com as demandas de mercado. Neste contexto, não podemos negar que hoje, nas principais regiões metropolitanas do Brasil, umas mais, outras menos, as polícias, as milícias – geralmente formadas por policiais, ex-policiais e seguranças privados – e as organizações criminosas, que denominei em outro trabalho de organizações do baixo-crime (ANDRÉ, 2009), isto é, organizações criminosas formadas por sujeitos organicamente ligado aos grupos populares em virtude da sua origem social, como o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e os Amidos dos Amigos no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital em São Paulo, formam uma parte do aparato de ordenamento das periferias urbanas, sobretudo aquelas partes da cidade que no senso comum e no senso acadêmico tem sido chamadas de favelas. MetrÓpole em transição, periferia em transição, Refavela! Como parte da metrÓpole, as periferias também se modificaram, o que incluem as favelas.

Nas periferias o papel do consumidor passou a ter mais importância do que o trabalhador, seja quem for este consumidor, seja qual for sua fonte de poder de consumo. Essa centralidade do consumo

ajuda a entender o engajamento de parte dos habitantes das periferias em atividades incriminadas que assombraram a vida urbana e reafirmaram o estigma que nas periferias e nas favelas estavam as classes perigosas, ainda que a maioria da população aí residente estejam operários, operadores e operados de telemarketing, empregados e empregadas domésticas, diferentes profissionais do serviços públicos, motoristas, seguranças, prestadores de serviços, vendedores ambulantes, frentistas, estudantes e assim por diante.

É inegável que em alguma medida a própria violência, a do poder, a contraviolência e a tirania das organizações criminosas, das polícias e das milícias, além das organizações religiosas de cunho pentecostal tenham feita na ordenação das periferias metropolitanas. Porém, as últimas décadas demonstraram um processo de valorização interna das periferias e favelas, o que ficou bastante claro nas expressões culturais com origem nestes lugares.

Neste sentido, esta valorização e re-significação foi intensificada pela ocupação nas periferias de sistemas de engenharia modernos, pela sua participação nos circuitos por onde fluem capitais, o poder do Estado e os habitantes da cidade, associado as políticas de transferência de renda, isso provocou uma mudança na paisagem das periferias urbanas e das favelas, das quais algumas se transformaram em bairros por si mesma, pela própria força de seus habitantes. Um bom exemplo disto foi o que ocorreu com o bairro de Itaquerá e Guaianases na zona leste da cidade de São Paulo, destino de “favelados” de todos os lugares

da Região Metropolitana no final da década de 1970, por meio das políticas de remoção de favelas e de seus moradores para conjuntos habitacionais verticais construídos aos montes, num verdadeiro mar de prédios, a uma distância 20 km do coração da cidade e à 2 ou 3 horas de trânsito para os seus moradores dos locais de trabalho.

Os conjuntos Habitacionais: Padre Anchieta (COHAB I), José Bonifácio (COHAB II), Prestes Maia (COHAB III), Inácio Monteiro, Jardim Etelvina, Barro Branco e Cidade Tiradentes foram criados para manter distantes os pobres e ex-moradores de favelas, para torna-los invisíveis, seus corpos e seus locais de moradia. Essa urbanização para os pobres significou uma expansão urbana no sentido leste da Região Metropolitana, ascendeu a especulação imobiliárias, significou um grande processo de realocação de gente e, não obstante, provocou um processo de favelização no extremo leste da cidade para onde foram pessoas que não haviam conseguido se manter nas favelas de origem, nem tampouco conseguido um dos apartamentos dos conjuntos habitacionais, familiares dos contemplados pelos apartamentos que não tinham outro lugar pra ir e outros que viram neste processo de expansão urbana a oportunidade de ocupar um espaço nesta área de expansão. Porém, contraditoriamente, removidos das proximidades do centro, tinham que ser conectados à cidade pelos sistemas de engenharia, vias e transporte: a avenida radial leste foi criada para fazer uma conexão direta entre as COHABS e o centro; conjuntamente com as linhas de metrô.

A última estação da linha, Corinthians Itaquera, foi finalizada em 1988, diminuindo o tempo de trânsito em 30 a 40 minutos até à estação central: Estação Praça da Sé. Com relação às linhas de metrô, estava prevista a criação da Estação Dom Bosco, hoje na atual avenida Jacú Pêssego, a que voltaremos mais adiante, a Estação José Bonifácio, entre a COHAB II e o bairro de Guaianases, e a Estação Guaianases. Este projeto inicial foi substituído pela criação de uma linha de trem entre Guaianases e a Estação da Luz, também na área central de São Paulo, finalizada no começo dos anos 2000. A linha de trem trouxe consigo o prolongamento da avenida Radial Leste até o coração do bairro de Guaianases. Transversalmente ao bairro de Itaquera e Guaianases foi criada reformada a Avenida Jacú Pêssego, que além de ser um trecho do chamado Rodoanel viário que circunda a Região Metropolitana, significou uma ligação rápida entre o bairro de São Miguel e São Mateus, ambos os bairros do extremo leste da cidade de São Paulo. Além disso, esta avenida estabeleceu uma ligação rápida entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a Baixada Santista.

Esta implantação de sistemas de engenharia na periferia leste da cidade de São Paulo, além de propiciar um fluxo local de pessoas mais rápido, permitiu a alocação de capitais e instituições estatais capazes de fazer circular riqueza e poder numa área da cidade invisível. Não é a toa que a Construção do Estádio de abertura da Copa do Mundo no Brasil foi exatamente nesta parte da cidade, um bom lugar para alimentar circuitos de acumulação e poder. Esta implantação de infraestrutura

conectou a periferia ao centro, permitiu um fluxo mas rápido de uma parte à outra, provocou um maior espalhamento da riqueza pelo espaço urbano e contraditoriamente da pobreza. Riqueza e pobreza se tornaram mais fluidas no espaço da metrópole e ao mesmo tempo mais próximas na paisagem urbana.

O que criou uma espécie de urbanismo militarizado uma vez que os grupos mais elitizados e os negócios buscaram proteger seus locais urbanos através da privatização da segurança e dos sistemas de vigilância, já que agora estavam instalados no seio da periferia. Os sistemas de engenharia que geralmente produzem um efeito “presente de grego” para uma parte dos habitantes das periferias por iniciarem estes locais na dinâmica da especulação imobiliária e ao mesmo tempo permitir uma maior conexão com o espaço metropolitano, tornam a periferia cara para parte de seus habitantes: os aluguéis ficam mais caros, os serviços mais sofisticados e também mais caros e os custos de reprodução familiar ficam mais custosos.

Obviamente que isso beneficia uma parte dos moradores pôr os colocar na dinâmica da cidade. Por outro lado, prejudica outros, por elevarem o custo de vida e os obrigarem a migrar para outras periferias mais baratas, para favelas mais baratas ou para cidades da margem metropolitana, fora da cidade mãe. Voltando ao exemplo de Itaquera, triplicaram os preços das casas e apartamentos no bairro, dos terrenos e dos aluguéis. Multiplicarem-se os negócios, os serviços, as opções de trabalho, serviço e lazer. Multiplicaram os terrenos ocupados por

incorporadoras, construtoras, empresas e o Estado em seus diferentes níveis.

De todo o modo a periferia tornou-se atrativa para a acumulação de pequenos e grandes capitais, tornou-se fundamental para as disputas políticas dentro do aparelho de Estado, contraditoriamente, deu visibilidade para seus habitantes, dos quais muitos, são moradores de favelas e, não obstante, em meio a pulverização de espaços da globalização no espaço urbano, inclusive dentro das periferias, engendrou novos processos de favelização, para aqueles em que a periferia se tornou caro, para aqueles que estar no centro da cidade é mais vantajoso do que está na periferia do ponto vista do tempo de deslocamento e custo do transporte, e para aqueles que ainda chegam à Região Metropolitana buscando melhores condições de vida. O que em tempos de globalização significa inclusive a presença de estrangeiros, haja vista a presença cada vez maior de bolivianos, peruanos, haitianos, nigerianos e palestinos nas periferias e favelas da Região Metropolitana de São Paulo.

Neste contexto, a favela na periferia é cada vez mais impermanente, uma vez que passa a ser em alguma medida território temporário, seja porque a implantação de infraestrutura transformou o que era favela em bairro, seja porque a vivência ao longo do tempo numa favela territorializada foi melhorando a qualidade de suas habitações e vias pelo investimento que foi feito pelas próprias famílias, seja porque a favela sofreu um processo de remoção para dar lugar as grandes vias ou

as estruturas implantadas pelas organizações, incorporadoras imobiliárias ou pelo Estado, seja porque a reativação da centralidade do trabalho e as transferências de renda do modelo neodesenvolvimentista do governo brasileiro permitiram a uma parte das famílias uma emergência da condição de habitante da favela. Aqui, não quero dizer que a favela irá desaparecer, pelo contrário, o atual processo de urbanização tende a provocar processos constantes de reassentamentos da população urbana em favelas, talvez, não mais favelas monumentais como no passado, mas pequenas favelas que podem se territorializar e assim exigir uma política de urbanização no sentido de melhoramento das suas casas, vias, saneamento básico, acesso a água, a energia e ao transporte; uma política de remoção em caso da ocupação de uma área de risco ou manancial; ou de substituição em caso de substituir a favela por casas ou apartamentos, como se viu em São Paulo nos últimos anos.

O termo favela surge no final do século XIX no ambiente gerado pela Guerra de Canudos, quando ex-combatentes ocuparam um morro da zona portuária carioca para reivindicar o soldo em moradia prometido pelo Estado. Batizaram o local em homenagem a uma posição que haviam se assentado no interior do Estado da Bahia para combater os defensores de canudos, o local se chamava favela em decorrência de uma plana de mesmo nome que havia no local. A partir de então configurações urbanas semelhantes ao que produziram os ex-combatentes de canudos e seus familiares passaram a receber o nome de favela, não somente no Rio de Janeiro, mas em todo Brasil, não só no

Brasil, mas em diversas partes do mundo subdesenvolvido. A refavela revela uma mudança objetiva e subjetiva desta fração do espaço urbano, a favela é hoje lugar de uma parte dos emergentes da realidade brasileira, catalizando mudanças, tendências e novos significados. Seus habitantes, não são e não querem ser vistos apenas como vítimas, eles são sujeitos, protagonistas (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014).

Se pretendemos compreender o país que muda para melhor, a despeito das inúmeras pendências seculares no que tange à universalização de direitos, convém que olhemos para as favelas. Elas são fundamentais para que reconheçamos, na experiência pretérita, os erros na gestão do Estado e para que possamos, com ciência e generosidade, construir agora o Brasil do futuro (IDEM, p.54).

De todo modo, essa nova condição das periferias e das favelas exigem políticas de urbanização que não sejam preocupadas apenas com o fator urbano, isto é, com o aspecto visível da cidade: casas, avenida, prédios de todos os tipos e funções e praças, por exemplo. É preciso pensar a urbanização das favelas na perspectiva de que elas foram redefinidas objetivamente e subjetivamente como toda a periferia; é preciso pensar em facilitar o direito à cidade.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Direito à obra (à atividade participante) estão implicados no direito à cidade... (Assim): direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. (Direito que exige) direito à vida

urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos da vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais (LEFEBVRE, 1991, p. 135-143). O direito à cidade é, antes de tudo, um direito a uma fração de poder, de visibilidade pública, de autonomia, de estar vivo, de realizar parte de seus interesses e de experimentar o espaço metropolitano sem isolamento e aprisionamento.

O não direito à cidade faz com que a violência cumpra o papel da política e transforme o direito à cidade num privilégio ao mesmo tempo em que põe a reprodução dos sujeitos metropolitanos à mercê de ações e discursos violentos (ANDRÉ, 2009). Neste sentido, a urbanização das favelas tem que ser pensadas, no limite, ajustadas a cada sujeito e sua família, como um banco de capital econômico, político, cultural e simbólico, facilitando o acesso ao trabalho digno, à assistência médica, à educação formal, à mobilidade urbana e, ao mesmo tempo, facilitando ativismos sociais, o que exige uma democratização das políticas e das formas de pensar a urbanização destes espaços da cidade, que deve ser feita tendo como protagonistas os sujeitos para as quais estas políticas e programas se destinam, uma vez que vivemos um processo refavelização, no qual o habitante da favela é tão protagonista urbano como qualquer outro.

Não tenho dúvidas que algumas das questões colocadas aqui tem uma natureza um tanto polêmica. A primeira delas que quero colocar para reflexão é o entendimento das periferias e favelas como

parte do desenvolvimento geográfico desigual e contraditório do espaço urbano e metropolitano. Nas perspectivas dos poderes econômicos e políticos estas diferenças são fundamentais para a acumulação de capitais e a realização de poderes estatais. Sendo assim, a cidade e as áreas metropolitanas experimentam processos de urbanização gerados por operadores econômicos e políticos, muitos deles têm planos para urbanizar, ao seu modo, as periferias e favelas, cujo objetivo não é outro senão acumular capital e reproduzir poderes, produzindo processos de gentrificação das periferias e favelas (HARVEY, 2012).

Tendo isso como pressuposto é importante pensar que tipo de urbanização das periferias e favelas temos como conceito? Aquela pensada nos gabinetes do Estado, aquelas planejadas nos escritórios das construtoras e incorporadoras ou aquelas que emanam das aspirações de direito à cidade e aos benefícios da urbanização que permeiam as aspirações dos moradores das periferias e favelas?

É preciso colocar que atualmente todos os agentes do espaço urbano tem seus interesses na urbanização das periferias e favelas: do Estado às corporações. A urbanização das favelas assim é um processo em disputas, cabe saber quem queremos que prevaleça neste processo. Outro ponto que quero levantar é quais são seus mecanismos de planejamento e realização da urbanização das favelas queremos que seja ordinário? Esta questão se liga a questão anterior, uma vez que impossível ao meu ver um processo de urbanização destas frações da cidade que emanam da maneira tradicional pela qual o Estado costuma

lidar com a questão e, menos possível ainda, a maneira pela qual os agentes econômicos enxergam este processo. Aliás, o Estado costuma processar a urbanização das favelas na perspectiva da remoção, da contenção e da invisibilidade. Embora nos últimos anos, o Estado tem procurado interferir na organização espacial das favelas e periferias, por meio dos processos de urbanização das favelas principalmente, é de praxe que os objetivos destas intervenções seja garantir capital político.

Os agentes econômicos tendem a ver a urbanização das favelas na perspectiva da gentrificação, ou seja, no melhoramento do espaço, na remoção dos habitantes e na conseqüente mercantilização do solo e das formas urbanas vislumbrando a acumulação de capital. A urbanização das favelas deve, antes de tudo, ter como protagonistas os habitantes destes lugares e a partir dessa participação se relacionar com o Estado e os agentes econômicos em virtude do potencial destes de apropriação do espaço, e neste sentido, de tornar viável ou inviável o direito à cidade que deve ser o objetivo das políticas de urbanização. Por mais bem intencionada que seja o planejamento da urbanização de favelas elaborados nos gabinetes estatais, se ele não for construído no diálogo com a população urbana, sobretudo a população para qual se destina a política de urbanização, é muito provável que ela padeça de acatamento e efetividade.

E os agentes econômicos se não considerarem as funções sociais do espaço urbano e das políticas de urbanização de favelas, o que considero extremamente difícil, experimentaram cada vez com mais

intensidade, não a cidade do capital que sonham, mas a cidade rebelde que tanto temem! (HARVEY, 2012). A favela de hoje não é apenas resultado de vitimização ela é também resultado da construção de novos sujeitos, que ao contrário de se resignar com a invisibilidade, buscam a reversão disto pelo ativismo político, pela ação de consumo, por estratégias diversas que se acumulam e, em última instância, pela contraviolência.

A favela é cada vez mais refavela, essa é cada vez mais sua condição! (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014).

Referências Bibliográficas

AMENDOLA, Giandomenico. La ciudad postmoderna. Madrid: Ed. Celeste, 2000.

ANDRÉ, André Luís. Visíveis pela violência! A fragmentação subjetiva do espaço metropolitano. Presidente Prudente : [s.n], 2009 xiii, 313 f. _____ . Vida Bandida! Maginalização, Sistema de Trocas Simbólica e identidade”. Presidente Prudente: [s.n.], 2003, 124 f. _____ . e GOES, Eda. A violência marginal: A construção da identidade e o sentido da violência. Revista Formação. Presidente Prudente. v. 11, n 2, 2004.

BARELLI, Walter. És o avesso do avesso. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.7-20.

BENJAMIN, César (Org). A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BEY, Hakin. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad editora, 2001.

BOOKCHIN, Murray. Municipalismo Libertário. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

BRAUDEL, Fernand. Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1987.

CARR, Caleb. A assustadora história do terrorismo: uma história da guerra contra civis. São Paulo: Prestígio editorial, 2002.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

DEBORD, Guy. Introdução a uma crítica da Geografia Urbana. São Paulo, 1955.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GLENNY, Misha. McMáfia: Crime sem fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Perspectiva: São Paulo, 1995.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Ciudades rebeldes: Del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal, 2012.

KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. A cidade do Capital. 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. Escritos Políticos. A arte da guerra. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEIRELLES, Renato e ATHAYDE, Celso. Um país chamado favela. São Paulo: Editora Gente, 2014. MIR, Luís. Guerra Civil: Estado e trauma. São Paulo: Geração editorial, 2004.

MUNFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella e CASSEANO, Patrícia. HIP HOP: A periferia Grita. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Refundación del Estado en América Latina: Perspectiva desde una epistemología del Sur. La Paz: Plural Editores, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os fascismos sociais. 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A (org). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SOUZA, Marcelo L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paulo e BITTAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.97-128.

SEGUNDA PARTE
GLOBALIZAÇÃO, ESPAÇO URBANO E
VIOLÊNCIA

Violência e Identidades Coletivas no Mundo Global

A Geografia e os geógrafos, tradicionalmente, se dedicaram a em conhecer, entender, analisar, descrever e explicar as diferenças espaciais, entre países, regiões e cidades. Neste sentido, seu objeto principal e mais ordinário é o espaço e não um evento ou um fenômeno. Quando, por meio da Geografia, se busca compreender algo específico, como a violência, a perspectiva espacial da Geografia pode oferecer uma série de contribuições, sobretudo na perspectiva interescalar que os geógrafos têm elaborado como método de investigação nos últimos anos.

Além de projetar luz nas diferenças espaciais ou na maneira como um fenômeno social ou natural se distribui no espaço, a Geografia deve contribuir com o conhecimento sobre um determinado evento, na medida em que é próprio de seu método perceber como um fenômeno define uma configuração espacial e ocorre com expressões diversas em escalas distintas do espaço. Por outro lado, é um ponto forte da Geografia esclarecer como o evento ou fenômeno em questão pode ser definido por uma dada configuração espacial e ser condicionado de forma a apresentar expressões particulares, em escalas e configurações territoriais diferentes.

É exatamente nesta perspectiva que nos dedicamos a analisar a da violência enquanto objeto possível de ser compreendido pela Geografia. Em toda trajetória que percorremos, nossa intenção

primordial girou em torno de entender como a violência condiciona e compõe a estruturação de uma configuração espacial, um território e um lugar, e, ao mesmo tempo, como este mesmo espaço define manifestações singulares de formas de violência. É assim que, ao longo deste trabalho, esforçamo-nos para demonstrar aspectos de como a violência ganha formas particulares se considerarmos o espaço metropolitano de sua ocorrência e, contraditoriamente, como o espaço metropolitano se reproduz incorporando formas de violência – domesticadas e anômicas – como parte de seu modo de ser metrópole.

Neste sentido, chegamos ao entendimento de que a violência vista de forma ampla, cria a possibilidade de elaborar conceitos que podem favorecer a compreensão de diferentes tipologias de violência, em diferentes escalas. Um objeto com a magnitude e as complicações da violência exige uma abertura para referenciais e autores diversos, com abordagens distintas e formações variadas, ainda que estejam inscritos em registros teóricos que possam ser contraditórios, entendemos por bem não considerar suas formulações de forma absolutamente excludente.

Sendo assim, a violência é entendida neste trabalho como uma instituição social, como uma agressão física e psicológica (MORAIS, 1985; TAILLE, 2000), que fere o corpo, a psique e a consciência de pessoas, comunidades, grupos de interesses, classes sociais, segmentos, populações, etnias e nações. Não obstante, a violência é um instrumento que está aquém e além da política, ela pode ser parte de um projeto, ou

ainda, pode ser um elemento difuso em ações que não expressam projeto algum (SOARES, 2000; 2003; SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005), colocando-se para os sujeitos como um artifício para criar, manter e ampliar poder, conservar ou melhorar status, centralidades e localizações, impor ou realizar interesses, de uma forma instrumental, quase como uma técnica (SANTOS, 2006), ou como cimento cultural de um modo e estilo de viver (KEEGAN, 2006).

A violência é um instrumento para realização de circuitos econômicos e políticos, sejam eles legais ou não, sejam eles grandes ou pequenos, sejam significativos ou insignificantes. A violência é um instrumento de resolução de conflitos em diferentes escalas, desde atritos interpessoais até conflitos entre empresas, Estados, sociedades, guerrilhas, grupos terroristas, grupos de afinidades etc., capaz de incorporar-se ou ser incorporado às formas de reprodução dos sujeitos e dos lugares. Sendo um propulsor de visibilidade pública (SOARES, 2000, 2003; BATISTA,) de quem não tem poder e de hipervisibilidade de quem já o tem, além de um forte e extremo elemento de linguagem, comunicação e ludicidade (WIEVIORKA, 1997; PEREIRA; RONDELLI; HOLLHAMMER e HERSCHMANN, 2000).

Por outro lado, a partir de uma escala de intensidade, que pode ser um par dialético que interage conjuntamente com outros, a violência, em seu nível menos explícito dá-se a partir daquilo que Bourdieu (1996) chamou de violência simbólica, uma violência que não se realiza diretamente e nem sempre é sentida pela sua vítima, na medida em que

há um conjunto de relações, instituições, organizações e normas que a consagram e difundem sua legitimidade e aceitação, fazendo-a quase invisível. A outra ponta desta escala, ou a negação deste par dialético, ocorre com aquilo que chamamos de ultraviolência, que é uma violência explícita, uma brutalidade extremamente dolorida no corpo e na psique, que não encontra legitimidade fora do alcance da racionalidade de seu protagonista. A ultraviolência é extremamente brutal, bárbara e aponta fraturas no processo de civilização, como um raio atávico de barbárie.

Em outro par dialético a violência pode ser compreendida como violência do poder, organizada, normalizada e estrutural (SANTOS, 2000), muito característica das formas de reprodução social de atores com alto grau de poder, utilizada geralmente para a manutenção de uma organização favorável à constituição de poderes. Em contraposição, a violência do poder produz e reproduz a contraviolência, violência reativa, violência não normatizada e violência anômica, difusa entre sujeitos com déficit de poder ou em posições desvantajosas dentro de seus sistemas de relações socioespaciais, que fazem uso da contraviolência exatamente para criar um mínimo de poder para se enquadrar, fazer a crítica ou se tornar visível dentro de uma organização sócio-territorial que os joga para posições inferiores e espaços degradados.

Por fim, no que tange à conceituação da violência e como nos mostra Wiewiorka (1997), a violência não é a mesma de um período histórico a outro. Cada grande período também pode ser definido por

um repertório de violências que os sujeitos sociais são capazes de articular, as configurações de cada período levam à decadência ou à ascendência de determinadas formas de violência, submetendo-as, domesticando-as e fazendo surgir novas formas de sua expressão.

O período atual fez surgir aqui e ali expressões de violência que são instrumentais e fundadoras de identidades, fazendo decair violências políticas muito usuais na luta entre esquerda e direita pelo controle das instituições estatais durante todo o século XX.

Simultaneamente a isso, presenciamos o aumento de formas de violência contra o Estado para a manutenção de negócios privados e o aumento de formas de contraviolências decorrentes da exclusão social, não necessariamente ligadas às práticas tradicionais de luta de classes, por exemplo. Wieviorka (1997), ao falar do repertório de violências de cada período, nos leva ao encontro de Fernand Braudel, lembrado por Milton Santos (1996), que nos leva à considerar a violência e a escala de tempo, assim como, por dever de ofício, consideramos a violência e a escala geográfica. Braudel nos traz as noções de tempo longo e tempo curto, Milton Santos, colhendo nessa fonte, nos traz as noções de tempo lento e tempo rápido.

Baseado em ambos, formulamos a idéia de que há, na perspectiva de representações coletivas, no sentido de Durkheim (1995), violências de longa duração, violências de curta duração e violências instantâneas ou quase instantâneas.

A violência de longa duração é aquela própria da estruturação de

uma organização social ou uma totalidade, é a violência ou as violências que são domesticadas e monopolizadas, geralmente pelos sujeitos e grupos estabelecidos para manter um sentido para a organização social, um metabolismo, uma ordem, comandos e divisões estruturais: de gênero, de etnia, de religião, de classe, de nacionalidade... São geralmente aquelas violências que se instituem como normas, parte do repertório de violências monopolizadas pelo Estado, instrumentais aos grupos de interesses com maior capacidade de dirigir ou influenciar programas ou projetos políticos e formas de gerir o território, que também por isso acabam sendo violência do poder e violência simbólica, sofrendo poucas alterações dentro de um mesmo período histórico. Todavia, como violência ligada às formas de poder de sujeitos sociais hegemônicos e como parte das maneiras de reprodução social do sistema, a violência de longa duração geralmente estende-se no espaço de forma quase ilimitada, ela só muda ou é redefinida quando a história é redefinida e quando o espaço e os sujeitos redefinem seus atributos, papéis, funções e poderes, por meio de reformas ou mesmo revoluções.

A violência de curta duração é aquela que, dentro de um período, no sentido de Milton Santos (1996), garante que pessoas e grupos sociais ou grupos de interesse possam impor seu modo de comandar o período, o tempo e o espaço, o território e a sociedade, mas não necessariamente é capaz de transformar ou impor um leque de violências suficientes para redefinição total das coisas, dos objetos, dos sistemas, dos sujeitos, da sociedade, do território, do tempo e do espaço.

Assim, esta forma de violência ou esta duração da violência, difere da violência de longa duração na medida em que o confronto com interesses de outros grupos sociais pode dissolvê-la ou minimizá-la, deixando intacta a ordem e organização geral da sociedade e do território. Um exemplo recente na história brasileira de violência de curta duração foi característico do período em que os militares estiveram no poder, no comando do Estado, entre 1964 e 1985. Embora dentro deste período tenham ocorrido momentos de maior uso da violência por parte do Estado, o importante é que o exemplo nos ajuda a pensar como ela foi organizada e utilizada como expediente político de controle do Estado, do Território e da Sociedade, ao longo de 25 anos, o que na perspectiva dos sujeitos é um longo tempo, mas na perspectiva histórica é um piscar de olhos, daí ser ela de curta duração.

A violência de curta duração pode estar presente na tomada do Estado ou na sua colonização por grupos de interesses particulares, como no exemplo dos militares no Brasil, pode estar presente na forma como corporações colonizam o território, submetem sujeitos e impõem seus planos e interesses, pode estar presente na forma como pessoas, grupos, segmentos e classes, passam a se apropriar do espaço, do tempo e a se relacionar com os demais sujeitos sociais, a fim de manter seu status e extensão territorial.

A violência instantânea, diferentemente das escalas de duração da violência descritas acima, é aquela geralmente utilizada em circunstâncias restritas, cuja dor e o constrangimento provocado por ela

não se prolonga na sucessão do tempo, ao menos na representação coletiva, sobretudo no cotidiano. É uma violência que irrompe e desaparece com a mesma velocidade que surgiu, embora seu acúmulo possa fazer com que ela pareça ser de curta duração. Ela surge e desaparece como um flash ou um piscar de olhos.

Entretanto, situações de crise podem fazer com que a instantaneidade de formas de violência se sucedam no tempo e se espalhem pelo espaço. Na maior parte das vezes é nesses casos que se inscrevem as contraviolências, geralmente com espaço de ocorrência limitados e, pelo poder de seus protagonistas, insuficientes para impor uma nova ordem. É importante dizer que grupos estabelecidos também fazem uso de violências instantâneas, geralmente para manter ou “recolocar” os de “baixo” em posições sociais inferiores e localizações degradadas. Embora para qualquer sujeito agredido, mesmo uma agressão que dure frações de segundos, possam se perpetuar na consciência e na psique, por um longo tempo, a violência instantânea aqui é definida a partir de uma representação coletiva.

Todavia, isto não implica que ela não possa ser utilizada, como conceito ou noção a partir da perspectiva que deseja o pesquisador ou a partir da perspectiva de sujeitos diversos. Imagine um roubo de carro num farol, que leva o tempo da abordagem, retirada da vítima e arranque do agressor, imagine um assalto a banco que leva o tempo da invasão, tomada do dinheiro e fuga, é isso que estamos definindo como violência instantânea.

Em qualquer pesquisa sobre a violência é importante perceber como estes pares dialéticos se articulam, como eles se inscrevem no ethos dos sujeitos em confronto, quais são as representações dos sujeitos envolvidos, quais suas visões de mundo, quais são as representações de si e do outro que permitem que a agressão possa ser parte do habitus e do habitat, tornando-se, ao menos na racionalidade do agressor, algo coerente (BOURDIEU, 1996). É imprescindível dimensionar, ainda que de forma abstrata, qual é o tamanho da vítima ou do agressor. Uma pessoa, uma classe, um Estado, uma nação... Qual é o tamanho de seu poder? Qual sua capacidade de saltar escalas ou verticalizá-las? Qual sua capacidade de acelerar o tempo e mover-se no espaço? Qual é o conteúdo de sua identidade? Qual é sua auto representação e representação do outro? Qual seu uso e sua leitura do espaço?

É a partir daí que procuramos entender a fragmentação, decomposição e reconstituição urbana que a violência acirra, redefinindo o jeito dos sujeitos e grupos sociais reproduzir o espaço urbano em meio a uma atmosfera de quase impossibilidade da alteridade.

A ligação histórica entre violência e as sociedades humanas é íntima. Toda sociedade, independente do tempo ou do espaço, encerrou maior ou menor grau de violência em suas relações, como nos mostra Caleb Carr (2002), em *A assustadora história do terrorismo* e John Keegan (2006) em *Uma história da guerra*. Porém, a percepção desta ligação é crítica e difícil, porque ela evolui e sofre variações, o que condiciona a avaliação e o entendimento sobre o que é e o que não é

violência.

O ponto de observação socioespacial de qualquer fenômeno que emana violência faz com que nem sempre o que é entendido como violência seja uma interpretação comum, racionalizando e naturalizando a violência utilizada, simultaneamente, desumanizando a vítima. Por outro lado, o contrário também é possível, há formas de violência que são superdimensionadas, de tal modo que o seu protagonista é desumanizado e sua vítima hiper-humanizada. Não se deve deixar de dizer que a agressão é sempre doída na carne ou na psique, em qualquer tempo, em qualquer espaço, ainda que os sujeitos envolvidos não vejam suas ações como violentas e não vejam a si mesmos como agressores ou vítimas de tal ação.

Inúmeros povos, desde a Antiguidade, utilizavam atos violentos em seus rituais e cerimoniais religiosos. Introduzir a violência em um ritual sagrado sempre foi a forma mais comum de tentar domesticar os seus efeitos e reduzir sua manifestação no cotidiano.

Segundo René Girard (1990), a domesticação da violência através de rituais religiosos está na base dos processos civilizatórios da humanidade e na construção de identidades coletivas direcionadas para relações relativamente pacificadas. Esta, talvez tenha sido a primeira forma de regular e controlar a violência, que encontrou seu modelo máximo no Estado-Nação da Modernidade.

A criação de um portador legítimo das armas e o monopólio estatal da violência tem sido a forma mais ampla de domesticação,

regulação e aprisionamento da violência nos limites da legalidade. Embora a legitimidade nem sempre esteja em consonância com a legalidade, sofrendo alterações e adaptações de acordo com as características de cada sociedade, cada ordem e cada território. Não por acaso, a palavra “assassino” tem sua origem ligada a uma seita islâmica xiita medieval que fazia uso de haxixe em cerimônias e rituais religiosos, sobretudo aqueles que antecediam situações de combate: os hashshashin (CARR, 2002).

Em parte, a violência sempre foi uma forma básica de preservação, expansão e resolução de conflitos. É uma instituição humana, desde sempre, assim como a transgressão e as formas de penalidade (DURKHEIM, 1995). A violência antecede a política. A política, neste sentido, não pode ser exercitada em estado puro, sem carregar consigo expedientes de força mais ou menos explícitos. Quando a política, que pressupõe o diálogo, não resolve situações de diferentes naturezas, a política anti-dialógica da violência pode se sobressair, ainda que com a rapidez de um flash (CARR, 2002).

Sendo assim, a Modernidade não pode ser caracterizada somente pela tentativa de generalizar um contrato social capaz de pacificar os conflitos e elevá-los a uma tipologia política radicalmente dialógica, embora tenha sido na Modernidade que a política hegemonizou as relações e transformou parte da violência em forma de ação política marginal-ilegal, bem como incorporou parte dela ao seu

arcabouço institucional, organizando-a e dando sentido e objetividade à idéia de monopólio da violência e violência legal.

Foi na Modernidade que se buscou regular ao máximo a violência nos processos de disputa e cooperação, gerando identidades coletivas capazes de repudiar, ao menos de forma ideal, a violência explícita de seu habitus social. Se antes da Modernidade o poder fazia-se sobremaneira por meio da violência e só excepcionalmente pela política, na modernidade há uma inversão que coloca a política no centro dos conflitos, forjando aí as identidades, deixando a violência como subterfúgio. Assim, tornou-se possível uma domesticação estrutural da violência pelos Estados Nacionais, em muitos dos quais o mito fundador remete à violência paroxística: guerras ou grandes enfrentamentos violentos (GIRARD, 1990).

De alguma forma, quando a Humanidade começa a forjar grandes estruturas, a violência torna-se mecanismo subeficiente de regulação. Daí a necessidade da política, e de identidades nela baseadas, capazes de substituir a força física pela força simbólica e, entre outras coisas, o sagrado pelo legal. Não há como administrar grandes escalas sem formas de regular a violência e sem fazer uso de formas de violência organizada, simbólica e de longa duração. Assim, o desenvolvimento humano teria uma quase vocação teleológica para transcorrer por uma escala que vai da violência em estado puro – a ultraviolência - em direção à política, também em estado puro, transformada em violência simbólica.

Todavia, com a evolução no tempo e no espaço das formações sociais e seus respectivos territórios, por mais que uma sociedade se organize para erradicar de dentro de si formas antidialógicas como a violência, não há como estirpá-la, apenas sufocá-la por meio de vantagens comparativas, como sugere Luis Eduardo Soares (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005), que favoreçam vinculações geradoras de processos identificativos, fortalecendo representações coletivas, no sentido de Durkheim (1995) e fazendo convergir representações sociais, no sentido de Moscovici (apud JOVCHELOVITCH, 2000). Entretanto, assim que formas de violência são organizadas, legalizadas e normatizadas, uma série de violências se transformam em contraviolências.

A violência, sujeitos e identidades que dela se instrumentalizam diretamente, apresentam inúmeros revezes em relação à política e à identidades políticas. Quando parece reinar a harmonia política, emergem violências, ainda que simbólicas. Entretanto, quando parece reinar a violência, surgem formas de negociação política, como uma aparente negação da barbárie.

A tentativa de domesticar a violência é um artifício recorrente. A partir dele, os grupos homogêneos, em poder e estrutura deste poder, pequenos ou grandes, criam um mito fundador de si, gerando unidade, identidade, práticas e normas comuns. A violência simbolizada em rituais exige um campo de sublimação no qual os conflitos e desvios possam retomar a harmonia e a ordem.

Assim acontece com rituais religiosos que simbolizam formas de violência, assim acontece em relação aos grupos sociais metropolitanos de baixo poder que, em grande medida, usam a música, a fala e os gestos para sublimar, metaforizar e domesticar a violência vivenciada dia-após-dia. A violência domesticada, neste sentido, realiza-se como um protótipo de política, um embrião do que é o monopólio estatal da violência, domesticada, funcional e legalizada. No entanto, ela emerge de uma situação de desregulação da força, enquanto objeto fundador de identidades. Enquanto não há um processo interno com identidades capazes de regular e domesticar a violência, estruturas sociais e estatais externas a estas identidades criam formas de repúdio e marginalização. A violência não-domesticada ou anômica fortalece identidades de sujeitos em processo de marginalização e insere-se no habitus sócio-político-cultural destes sujeitos (GIRARD, 1990).

Como aponta John Keegan (2006), diversas identidades coletivas e civilizações nasceram de episódios violentos. Assim ocorreram com povos, nações e Estados, para os quais a legalização da violência simbólica pôde fomentar a unidade e a construção de identidades coletivas relativamente reguladas, inscritas num campo político de negação da violência explícita, no qual as identidades excluídas lutaram para se inscrever. Este é o caso da Modernidade. A domesticação da violência ensejou a possibilidade de construção de identidades coletivas, base da unidade de povos, nações e/ou Estados, territórios, grupos de interesses, classes e comunidades (GIRARD, 1990). Porém, um dos

maiores desafios dos dias atuais para diversas formações sociais é dominar a maior e mais resistente capacidade humana, a capacidade de ser violento (KEEGAN, 2006).

De um lado, a violência e a política são como tese e negação, são objetos que não podem prescindir um do outro. Sem algo para se diferenciar positivamente, a política não tem justificativa para prevalecer, por isto a idéia de Thomas Hobbes (2004) de que o contrato social mediado pela política é capaz de evitar a “guerra de todos contra todos”, impedindo a generalização da morte violenta. Por outro lado, contraditoriamente, a violência pode ser usada de forma institucional em nome da manutenção do contrato social, gerando as condições para o que Boaventura de Sousa Santos chamou de fascismo de contrato (1998). De alguma forma, violência e política funcionam como fatores que se sobrepõem um ao outro, dependendo da situação, da natureza dos conflitos, da forma dos pactos, do poder dos sujeitos conflitantes e de capacidade potencial de compartilhar objetivos.

A relação entre política e violência, por vezes, é percebida de forma isolada porque é difícil enxergar além dos flashes da totalidade e do entorno vivido. Assim, uma milícia religiosa, em um rincão qualquer, foi sempre entendida como um anacronismo da Modernidade ou do processo civilizatório desencadeado pelas revoluções burguesas. A consolidação da escala nacional e mesmo a impossibilidade de uma comunicação ubíqua e constante, coloca a sociedade diante de uma perspectiva linear do tempo e homogênea do espaço, de tal maneira que

aquilo que destoar do monopólio da violência é encarado como um contra-senso da história. Quando a escala nacional já não é o limite, quando a comunicação se torna generalizada e permanente, quando o rincão chega a nós pelo filtro da mídia e pela tela da tv, o anacrônico se torna a própria crônica; a linearidade perde espaço para uma percepção em que as formas de separação entre política e violência, bem como suas respectivas formas de interação, convivem em tempos e em espaços simultâneos, o arcaico ou o que poderia ser visto como arcaico (MELLO, 2002) refaz-se no tempo e no espaço presente e nos coloca diante de mais um revés social, liberando para as identidades coletivas, a violência dantes domésticas.

A política e a violência, então, interagem como uma unidade. As dificuldades atuais em monopolizar a violência a colocam novamente como mecanismo estrutural de ordenação, comando, enquadramento social e territorial. Hoje, não há política que não possa ser feita de modo violento; não há violências que não sejam políticas e há poucas sociedades que não comportam identidades coletivas fundadas, em parte, na violência

A globalização dos negócios, das imagens e das formas de fazer política, trouxeram consigo a necessidade de globalização da ultraviolência. A globalização dos negócios suscitou em toda parte a necessidade do uso da força de maneira potencializada. Por um lado, para garantir que os negócios pudessem transcorrer, independente das necessidades das populações e dos lugares; por outro lado, para garantir

que lugares e populações apartadas ou quase apartadas deste processo pudessem se fazer presentes em um ambiente que as condena à ausência, à degradação e à invisibilidade. Tanto para fazer valer a ordem global, quanto para não ser neutralizado física e psicologicamente por ela.

Caleb Carr (2002), um pesquisador da história das ações violentas, ao discutir a história da violência e do terrorismo, deixa evidente que as sociedades em crise de participação, como a sociedade globalizada de hoje, apelam para a ultraviolência para garantir sua reprodução. A violência coloca-se como pilar deste mundo novo gerado pela globalização dos negócios.

Da mesma forma que na Modernidade, as variadas formas de capital, os diferentes modelos de Estado, as distintas formas de produzir Técnica e Ciência. se fundiram em um sistema de acumulação desigual de riquezas e governança, buscando regular a violência; a crise globalizada coloca diante de nós uma série de violências anômicas, além do seu uso sistemático nas fissuras deixadas entre os negócios e a política diante de pessoas e lugares.

Nesse cenário, a violência serve imperfeitamente como força de reconstrução dos vínculos e pactos sociais desmontados pelas transformações do sistema. As reconstruções pactuais baseadas na violência criam, neste momento, novas formas de solidariedade, recompondo redes sociais e re-configurando territórios. Contudo, na medida em que estas redes são construídas ou reconstruídas, novas formas de cisão social são geradas em função da própria cisão provocada

pelo funcionamento dos negócios globais e pela construção e reconstrução de redes sociais fundadas na violência.

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares.

Ao nosso ver violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização. Paralelamente, evoluímos de situações em que a perversidade se manifestava de forma isolada para uma situação na qual se instala um sistema da perversidade. (SANTOS, M., 2000, p.55)

É inegável que a globalização despertou formas superiores de violência. O sistema de perversidades instalado não pode abrir mão da força. Ela é vital para a reordenação dos negócios, da política, da ordem e da adequação social. Com a globalização, a totalidade da superfície da terra foi compartimentada, sujeita à influência humana, sua política, seus negócios, suas imagens, seus símbolos, suas ficções, suas violências. A voracidade de Estados e empresas não se faz sem uma dose ou overdose

de violências.

Não há formas de violência que possam ser compreendidas sem as devidas conexões com as formas globais de organização. Mas essa correlação não é automática, ela passa por meandros que precisam ser desvendados, sem esquecer que formas enraizadas de violência, confinadas em frações específicas do espaço, “saltam escalas” (SMITH, 2000) e correm no mesmo espaço de fluxos globais de bens e imagens, servindo como modelo e gerando formas miméticas, como as discutidas por Luiz Eduardo Soares, Celso Athayde e MV Bill (2005), nas quais as imagens das organizações criminosas, milícias, grupos guerrilheiros, movimentos terroristas e órgãos de segurança, no grande fluxo de imagens da grande mídia, despertam o mimetismo de pessoas ou grupos em lugares distantes. As violências organizadas pelas potências globais: Estados, empresas, mídias e religiões, invadem os espaços dos lugares interagindo com suas formas genuínas de expressão, de modo que aquilo que é produzido horizontalmente passa a contar com pontos de coincidência e conexão com aquilo que é produzido de forma vertical. Assim, tanto aquilo que é globalizado, quanto aquilo que está localizado passam a se alimentar um do outro, sem deixar de ter um grau de autonomia que permite perceber a singularidade e a totalidade de cada evento.

É neste movimento que a violência tornou-se estrutural, sistêmica e universal, mais do que em qualquer outra etapa histórica. Existe, então, uma violência reservada às funções de poder e vitalidade

do espaço de fluxos globais e uma violência reservada à manutenção da vida no espaço dos lugares (CASTELLS, 2003). No espaço de fluxos, o comando se divide entre Estados, grandes empresas, mídias, organizações e grandes religiões; nos lugares não há necessariamente comando, quando há, ele é difuso, anômico e heterogêneo. Na maior parte das vezes, a violência funciona como “... um tipo de ação política [protopolítica] não necessariamente organizada ou programada, mas que alicerçaria novas práticas e discursos”; novos atores, personagens e identidades (PEREIRA, RONDELLI, SCHOLLHAMMER, HERSCHMANN, 2000, p.22), de caráter geralmente local, mas com a capacidade de “saltar escalas” e se apropriar daquilo que verticalmente é lançado. A compartimentação global do espaço e a conquista da escala global, por estruturas heterônomas como o Estado e as empresas, instrumentalizadas pela Técnica e pela Ciência, para reproduzir e ampliar um conjunto de variáveis - dentre elas o Capital -, coloca a organização sistemática da violência como instrumento e artifício global de comando das sociedades e dos territórios. Sendo assim, a violência se espalha de modo difuso-organizado, desde a escala global até a escala pessoal: “local físico primário da identidade pessoal, [...] lugar do corpo, que marca a fronteira entre o eu e o outro em sentido tanto físico quanto social [...] lugar da reprodução biológica, [...] lugar do prazer e da dor” (SMITH, 2000, p.145).

As relações sociais forjadas em cada lugar são combinações de um conjunto de relações sistêmicas: econômicas, políticas, religiosas. A

partir delas, se formam os sistemas políticos, os mercados, as mídias, as manifestações religiosas, a dinâmica temporal e espacial específicas de cada lugar. Não obstante, as condições de imbricação destes sistemas elaboram subsistemas sociais e culturais que não deixam de se alimentar daquilo que é gerado e difundido verticalmente. É possível verificar um processo de homogeneização e heterogeneização simultâneo.

As identidades geradas por este processo nutrem-se de formas globais e de formas localmente produzidas, num repúdio e ratificação da globalização. Há em construção processos culturais, isto é, maneiras de comunicação entre o indivíduo e o outro, entre ambos e o sistema globalizado, que perpassam a violência como fundamento.

Há formas de violência herdadas e re-aprendidas, elaboradas na vivência cotidiana dos lugares e influenciadas pela ação globalizada dos sujeitos estabelecidos. A violência foi sendo incorporada como fator cultural, a partir do qual se cria a capacidade de fazer uma interpretação de si e da realidade, gerando um habitus, um estilo de vida comum, capaz de diferenciar e dar unidade; sendo o laço que une e, no limite, segrega pessoas, grupos e classes (SANTOS, M., 1987; BOURDIEU, 1996).

Globalizadas, as práticas políticas dominantes ainda são representadas pelos Estados; as econômicas ganham forma na articulação das grandes empresas multinacionais e transnacionais, bem como na fluidez do capital financeiro; as práticas cognitivas estão submetidas ao conhecimento técnico-científico; as práticas

comunicativas estão representadas pelas empresas de comunicação: redes de telecomunicações, agências de notícias, jornais e revistas de circulação global e a rede mundial de computadores; as grandes religiões disputam espaço em todo o mundo; o tempo tem sofrido um processo de convergência; e o espaço está submetido ao controle distante, e que se quer onipresente, de uma rede ubíqua de poder.

Qualquer expressão de violência combina elementos políticos, econômicos, comunicativos, intelectivos, temporais e espaciais. Todavia, alguns destes elementos se auto-afirmam em relação aos outros na produção de tipologias específicas de violência, o que confunde extremamente a percepção a respeito das possíveis causas de fenômenos desta natureza.

A violência, como forma sistêmica, combina em si vetores de todas as formas estruturais, e todas as formas sistêmicas combinam em si vetores de violência. O que diferencia as tipologias de violência contemporâneas de suas manifestações passadas são os elementos globais que cada forma de violência comporta, combinadas a elementos particulares de cada formação social, de cada território, de cada lugar...

Assim, não podemos imaginar as guerras civis na África sem as armas europeias e estadunidenses, não podemos imaginar a pretensa guerra contra o terrorismo sem o interesse de grandes corporações, não podemos imaginar os conflitos nos grandes centros urbanos brasileiro sem os planos e interesses de empresas de vigilância, seguros e segurança, de pequenos comerciantes varejistas de drogas, de

exportadores e importadores de drogas vindas dos países vizinhos, da miserável Bolívia e da confusa Colômbia, das drogas sintéticas importadas dos Estados Unidos e da União Européia, das armas do que sobrou da ex-União Soviética e do Estado belicoso israelense. Não podemos explicar a militarização urbana das cidades brasileiras sem levantar nossas condições históricas de humilhação e segregação, sem o desejo delirante de poder absoluto das elites urbanas, sem o desespero e densidade de conflitos que acompanham os segmentos marginalizados, sem tocar nos sonhos hedonistas de consumo, afeto e poder que todos, ricos e pobres, estão submetidos.

Bibliografia

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

CARR, Caleb. A assustadora história do terrorismo: uma história da guerra contra civis. São Paulo: Prestígio editorial, 2002.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

DE MELLO, Frederico Pernambucano. Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil. 2ed. Recife: Girafa, 2004.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jonh L. Os estabelecidos e os outsider: A sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIRARD, RENÉ. A violência e o sagrado. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo: Cortez, 1991.

KRISIS. Manifesto Contra o Trabalho. São Paulo, 1999.

PEDRAZZINI, Yves. A violência das cidades. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 09-68.

PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.163-196.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. A natureza do espaço: Técnica, e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A (org). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência? In: Tempo Social, Vol. 9, nº1, maio de 1997, p.5-41.

Visíveis pela violência: Crise da Modernidade e Violência Urbano-Marginal

Este artigo é tem o objetivo de apontar alguns elementos que contribuíram para a emergência da violência como um mecanismo trágico de sociabilidade, decorrente de transformações na modernidade como a conhecemos, tanto nas grandes escalas, nas quais se definem sobretudo aspectos econômicos e políticos, quanto nas pequenas escalas, nas quais os sujeitos experimentam suas vidas. Nesta perspectiva, tratamos a violência urbana aqui não como um anacronismo, mas como um elemento de nosso tempo, algo que se expressa e se incorpora na experiência de vida das cidades e que no caso deste artigo tem a maior metrópole brasileira, São Paulo, como campo de observação e análise.

Na esteira da crise da político-econômica moderna (GIDDENS, 2002; SANTOS, B., 2006), cuja pedra basal se construiu sobre a tentativa sistemática dos Estados de monopolizar o uso e a legitimidade da violência, buscando minimizá-la, sobretudo nas práticas e condutas políticas e econômicas, a violência, e uma forma radicalmente superior a ela, a ultraviolência, tornaram-se, nos dias atuais, tanto formas protopolíticas quanto suprapolíticas, com manifestações além e aquém das formas políticas civis institucionalizadas pelos Estados e consagradas pelas sociedades, para tornar possíveis processos de reprodução social de

sujeitos com alto poder e sujeitos de baixo poder, seja nas grandes escalas, em que atuam agentes globais, comandando negócios e projetos políticos globalizados, seja em pequenas escalas, em que atuam agentes enraizados e presos aos espaços, com forças insuficientes para sequer comandar a reprodução cotidiana ou territórios.

No caso dos grupos metropolitanos com déficit crônico de poder, a violência é matriz de geração de um fio de poder e autonomia. Uma força protopolítica capaz de gerar um mínimo de força política em condições de interferir na vida pública e na ordem de relações socioespaciais. Por outro lado, quando surgem grupos e sujeitos com características protopolíticas ligadas, em parte, à violência e à ultraviolência, enquanto formas geradoras de um mínimo de poder, tão logo os grupos e sujeitos desde sempre alojados dentro do Estado e lhe servindo de infra-estrutura civil, buscam mesclar seus metabolismos de poder com as forças anômicas ou semi-anômicas surgidas. Quando estruturas de poder e sujeitos sociais com alto poder utilizam-se de instrumentos ultraviolentos para manter sua posição e reproduzir seu metabolismo social, logo os grupos subordinados e vitimados criam suas estratégias, violentas ou não, para continuar existindo, ainda que oprimidos.

Neste sentido, a sociedade global e a brasileira, particularmente, vêm desenvolvendo uma tendência protopolítica e suprapolítica baseada na violência e na ultraviolência. Parte importante da sociedade brasileira

busca na violência e na ultraviolência seus mecanismos de reprodução social, fundando aí parte significativa de suas identidades e estilos de vida. Assim, tanto uma quanto a outra, tornam-se bases dos discursos políticos dos sujeitos e grupos que disputam o poder dentro e fora do Estado.

Embora haja uma tendência a repudiar certas formas de violência, por conta da própria constituição da política institucional, ela não deixa de estar presente nas disputas e associações sociais pela geração, preservação e ampliação do poder. Para quem está fora dos benefícios gerados pela Modernidade e seus campos de negociação, há poucas alternativas à violência.

Este não é um evento novo na sociedade brasileira, identidades e culturas reativas fundadas na violência e na ultraviolência, geradoras de vínculos, símbolos, códigos de honra e modelos estéticos são recorrentes. A experiência do cangaço, no Nordeste brasileiro do final do século XIX até os quatro primeiros decênios do século XX, demonstra isto (DE MELLO, 2004).

Não menos importante é observar que as relações entre as transformações do sistema social globalizado e o aumento da violência e da ultraviolência urbana, tanto corporativas quanto reativas, nas metrópoles do país, em particular na metrópole paulista, são produtos das relações entre condições objetivas de fragmentação e marginalidade, da constituição de um novo modo de identificação entre os

marginalizados urbanos, alijados da política institucional e impedidos de criar mecanismos políticos normais, por isto, criadores de condutas superiores de violência, constituindo um mercado de trocas afetivas, simbólicas e materiais, que faz o consumo e o consumidor prevalecer sobre o trabalho e o trabalhador. Nele, pequenos circuitos econômicos incriminados disputam com o trabalho precário – super-explorado ou auto-explorado - e, em menor escala, com a assistência social, a hegemonia de sustentação, no qual as pessoas, grupos, segmentos e classes subalternas, sobretudo os jovens, se engajam na busca por reconhecimento e visibilidade pública, tendo seus comportamentos e escolhas condicionadas e direcionadas para alcançarem as melhores posições. A crise global da Modernidade gerou crises próprias de cada indivíduo, vividas de modo individual, experimentadas de modo customizado, por um lado, mas, por outro lado, as redefinições globais não deixam de produzir redefinições íntimas em cada sujeito e estas, por sua vez, não deixam de reafirmar o cenário estrutural de crises.

Um conjunto de redes de apoio social geradas pelo engajamento em atividades que demandam o uso sistemático da violência concorre com as redes de apoio, reciprocidades e afetividades geradas pelo trabalho, que foram restringidas e tornaram-se instáveis com as transformações globais em andamento, sobretudo nas cidades e metrópoles industriais, sobretudo para os marginalizados. Onde havia hegemonia da positividade do trabalho, das relações e processos culturais gerados por ele, emergiu uma subcultura violenta que colocou os sujeitos

envolvidos em atividades incriminadas na disputa pela hegemonia e liderança cultural das identidades, processos de identificação, elaboração de pensamentos e condutas das populações metropolitanas (ANTUNES, 2001; KRISIS, 1999; HAUG, 1997).

Por mais que as condutas violentas e ultraviolentas que se desenvolvem no espaço urbano possam parecer sem sentido, irracionais, ilógicas e sem razão, elas carregam em si razões e lógicas densas em conteúdos. Da perspectiva político-institucional, a violência e a ultraviolência, como identidades que se vinculam diretamente a elas não fazem sentido, mas na perspectiva de esgotamento do sujeito político moderno, a violência e sua forma superior, bem como identidades que comportam a instrumentalização da força física, são qualquer coisa menos anacrônicas, se é que há anacronismo na realidade das relações humanas.

... os agentes sociais não agem de maneira disparatada, [...] eles não são loucos, [...] eles não fazem coisas sem sentido. [...] há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, [...] razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, [...] em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de [...] um conjunto coerente de princípios. (BOURDIEU, 1996, p.138)

Compreender o sentido e a própria teleologia das ações que envolvem a violência e a ultraviolência são condições imprescindíveis para se entender as novas bases da vida da metrópole e as novas bases da

vida dos sujeitos com déficit de poder, sedimentados na metrópole (PEREIRA; RONDELLI; SCHOLLHAMMER e HERSCHMANN, 2000).

Para além da política, que não podem experimentar, a não ser como sujeitos invisíveis, as novas gerações de outsiders urbanos se instrumentalizam da violência e da ultraviolência como fundamentos pré e pós-político. Assim, ao se constituir e ao constituir novos processos de identificação, os marginais da metrópole têm reduzido a carga negativa de percepção do baixo-crime e da violência como fundamentos de reprodução e vinculação social, porque ambos sustentam uma posição ótima em um sistema de trocas afetivas, simbólicas e materiais, geradoras de redes de relações básicas capazes de diminuir os impactos perversos da globalização brasileira. Na há, como dito por Luiz Eduardo Soares (2003, p.92),

... práticas [...] (que sejam) o avesso do mundo da ordem, da sociabilidade, da cultura que reconhecemos. Há conteúdo no que nossas metáforas denominam ‘abismo’, ‘vazio’, ‘avesso’. Para mudar essas dinâmicas é preciso compreender sua complexidade, sua positividade sociológica, isto é, suas regras próprias de funcionamento, sua lógica específica, seus valores. O mundo que pensamos como avesso da ordem tem densidade e apresenta vantagens comparativas, na competição com o mundo da ordem, não só por conta das inegáveis carências e injustiças deste último, mas também em razão de suas qualidades intrínsecas –

qualidades que consideramos perversas e destrutivas. [...] Se não compreendermos essa ‘positividade’, não entenderemos o funcionamento do universo com o qual (aquilo que chamamos de ordem compete).

A violência e a ultraviolência urbana protagonizadas pelos de “baixo” não é simplesmente uma prática antiordem, antimodelos, antivalores etc., pelo contrário, seus mecanismos questionam e se integram à lógica do metabolismo político-econômico geral, respondendo e reagindo, tanto aos seus comandos quanto às suas ações e normas. A subordinação, exclusão, fragmentação e marginalização são fatores centrais na produção desta tipologia de violência reativa vivenciada pelos marginais. O estado de marginalização não explica completamente condutas políticas antidialógicas com estas características, ele é o estado base de constituição e formação de sujeitos que daí não podem escapar. Sem determinadas formas de apreensão da realidade, de sua própria experiência, da marginalidade, da vida, de si, do outro, das relações sociais e das configurações espaciais.

Poderia haver um aumento dos processos de fragmentação e marginalização, sem haver um correspondente aumento do baixo-crime e da violência. Não obstante, poderia haver um movimento de aumento da participação sem, contudo, diminuir o baixo-crime e a violência.

O modo como se faz e se produz a leitura da realidade e de suas divisões sociais é tão essencial como a própria divisão em si. Divisões

objetivas podem virar totalidades fictícias, tornadas reais pela subjetividade dos sujeitos divididos e vice-versa. Neste sentido, divisões e fragmentações objetivas ganham profundidade e intensidade quando na apreensão da realidade os sujeitos se vêem de forma separada. A estas formas de percepção e leitura da realidade nos aproximamos das representações sociais, que são, em última instância, as formas pelas quais os sujeitos interpretam a realidade que experimentam, as quais estão submetidos e atuam, são de certo as teses sobre a vida cotidiana necessariamente elaboradas pelos sujeitos para dar sentido e legibilidade as suas condições e ações (JOVCHELOVTCH, 2000).

Todavia, para a Geografia e os geógrafos, é importante estar atento para o fato de que as representações sociais são também representações espaciais, a leitura que as pessoas e os grupos fazem da realidade não exclui as configurações espaciais. A percepção dos sujeitos das condições e relações sociais, da sua própria posição e localização, das suas ações e reações, formam uma totalidade em que os sociólogos e psicólogos, por dever de ofício, privilegiaram as percepções sociais, dando origem a Psicologia Social. Dividiram assim as representações e negligenciaram a leitura do espaço que os sujeitos produzem e reproduzem.

Nesta pesquisa e na interpretação da violência que estamos expondo, as representações espaciais ganham uma dimensão importante, na medida em que a leitura espacial é tão condição da violência quanto a

leitura social elaborada pela sociedade. A estas representações chamamos de Psicogeografia. As representações espaciais ou a Psicogeografia dos sujeitos urbanos das grandes cidades brasileiras, particularmente a cidade de São Paulo, radicalizaram antagonismos entre as pessoas, segmentos, grupos e classes. Ao ser produzidas, elaboram uma interpretação que fragmenta psicologicamente um espaço materialmente dividido, colocando para seu produtor que o seu espaço é o lugar de reprodução da sua identidade e de mais ninguém, e que o lugar dos grupos interpretados como “outros” é um lugar hostil, e como “lugar do outro” pode ser agredido com legitimidade. Hakin Bey, TAZ: Zona Autônoma Temporária (2001), Guy Debord, Introdução a uma crítica da Geografia Urbana (1955) e Phil Baker, em seu ensaio intitulado: Cidade Secreta: Psicogeografia e Devastação em Londres (2004), ajudam a demonstrar como a vivência dos grupos sociais, sobretudo os de baixo poder, produziram uma geografia na qual há partes da cidade reconhecidas como parte de si e de seus semelhantes, e há partes da cidade que são reconhecidas como do “outro”, se configurando em territórios que se estranham mutuamente, numa extensão, reafirmação e condição da hostilidade entre os grupos sociais com poderes desiguais.

Sendo assim, embora a localização dos homicídios, roubos e furtos, que são questões mais prontamente ligadas ao que é considerado violência, fomentando preocupação, medo e insegurança, estejam em localizações diferentes na maioria das cidades, o medo de ser uma vítima torna-se difuso. er da cidade.

Todavia, as populações temem a morte violenta tanto quanto as populações residentes nas áreas de alta ocorrência da violência letal e temem a periferia das cidades e os seus moradores, enxergando-os por representações socioespaciais que superdimensionam a capacidade real, projetada, fictícia e ilusória de violência que experimentam e são capazes de cometer os pobres da cidade, exigindo, pela lógica das representações, formas de militarização dos relacionamentos urbanos.

Isto decorre da violência representada e formal difundida pelas diferentes formas de mídia, que além de expressar representações sociais, representações espaciais e leituras do que é e não é violento, quem é e quem não é violento, produz ela mesma representações. O que em parte é consequência da utilização do medo como mantenedor de hierarquias sociais e territoriais e como condição necessária para produção de consumidores de bens e serviços de segurança e vigilância, incorporando técnicas, habitus, estilos e sistemas de engenharia militar à vida civil, produzindo não somente uma cidade de muros, como observado por Teresa Caldera (2000), mas uma cidade de grades, cercas elétricas, blindagem de vidros, cabines de segurança, difusão de câmeras, homens e mulheres armados, numa privatização do monopólio legal da violência e das armas, impulsionando a condição básica do que seria a guerra hobbesiana de todos contra todos: o medo de todos em relação a todos. Formalmente, cidadão com medo do cidadão, a cidade contra a cidade!

Um dos entrevistados observou o seguinte:

“Não gosto de ir nos bairros ricos, não há pessoas nas ruas, há apenas carros e muros, quando há alguém é um segurança, louco para te dar um pipoco (tiro)...”

(F. , 22 anos)

Essa leitura dos bairros mais sofisticados suscita-nos para os grupos estabelecidos a idéia de que militarizar seus entornos é condição para manter-se longe da violência letal, afastando os possíveis violentos através da aparelhagem de segurança, e por outro lado, gera um sentimento de indiferença em relação as áreas de alta ocorrência da violência letal, entendidas no limite da interpretação como locais de barbárie e incivilização, aos quais a violência letal é inerente. O que é um equívoco! Não obstante, para aqueles que utilizam estes distritos como locais de passagem, como o entrevistado acima, estes bairros da elite geram uma hostilidade, sentimentos de insegurança, não para os de dentro, mas para parte dos de fora, como mostra a observação acima.

A ocorrência de roubos e furtos e a localização dos bairros reconhecidos como periferias, nos colocam uma outra questão, a violência letal e os roubos e furtos praticamente não coincidem na alta ocorrência, como já observamos. A violência letal tem maior ocorrência nas periferias da cidade de São Paulo, enquanto os roubos e furtos têm maior ocorrência numa extensão centro-sul.

É mais ou menos lógico aos moradores das periferias temer mais a violência letal do que os furtos e roubos, o que efetivamente não ocorre, pelos mesmos motivos que os grupos de alto poder temem a violência letal e os roubos e furtos simultaneamente. O importante nestes mapas é que os locais de alta ocorrência de furtos e roubos não coincidem com os distritos reconhecidos como periferias, o que tem implicações nas representações socioespaciais, mas principalmente revela características comuns daquilo que é entendido como periferia e, como mostram os mapas, não coincide com aquilo que é reconhecido como distrito sofisticado. A não coincidência nos coloca diante de representações que definem por critérios variados o que é e o que não é periferia e bairro sofisticado, e, por consequência, quem é e não é estabelecido e outsider (ELIAS e SCOTSON, 2000), fracionando além das questões objetivas os espaços da cidade e seus habitantes.

Sendo assim, compreender a identidade é fundamental, assim como compreender sua estrutura, metabolismo e racionalidade. Pois, a identidade é um meio pelo qual se cria poder e visibilidade, se reconhece a si e ao outro, se organiza as idéias e a ação, se reconhece e se estranham territórios.

Não é difícil concordar com o fato de que [...] toda identidade é construída. A principal questão, na verdade diz respeito a como, a partir de que, por quem e para quê isso acontece. A matéria-prima (da identidade é) fornecida pela história, geografia, biologia e instituições

produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelo aparato de poder e por revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 2003, p.23)

Castells, buscando entender o poder da identidade, classificou-as em: identidade legitimadora, introduzida na vida cotidiana por instituições com alto grau de poder para legitimar e racionalizar os processos de dominação social; identidade de resistência, gerada por atores sociais que acumulam um conjunto de desvantagens e déficit de poder diante de outros, construindo, por meio de processos identificativos, trincheiras de resistência e sobrevivência, como diz o próprio Castells, com princípios e fundamentos diversos e até antagônicos àqueles que fundamentam as instituições e normas estatais; e, por último, identidade de projeto, construída, em certo sentido, por uma teleologia histórica de transformação social, com base nos elementos culturais e poder que lhe é próximo e acessível.

Embora Castells proponha tal, toda identidade passa por mecanismos de legitimação, resistência e definição de projetos, ainda que não se consiga definir quais são. O importante na tentativa de entender uma identidade é não perder de vista seus fundamentos, capacidades e limites. Identidades legitimadoras podem ser produtos de formas de resistências, inclusive a projetos de dominação. Identidades com um projeto de reforma ou transformação social podem comportar um alto grau de legitimação de estruturas de poder. Identidades criadas para

resistir podem legitimar, desestabilizar e projetar uma nova sociedade - ao menos para si e em seu discurso.

Não há, a princípio, identidade boa ou ruim, há apenas homens e mulheres lutando, se neutralizando, se aniquilando e se ajudando mutuamente na realização ou tentativa de realizar seus interesses. As identidades não podem fugir do “jogo social” (BOURDIEU, 1996), no qual sua posição não depende só de si próprio, mas também do outro, para criar, manter, reproduzir e preservar poder e espaço.

É importante compreender que por mais altruísta que uma identidade possa parecer, isso não ameaça seu poder e seu conjunto de interesses, porque eles estarão sempre em primeiro lugar. Mas é necessário também verificar o ponto original no campo de poder em que os sujeitos constroem seus mecanismos de identificação, pois, na luta por poder, a igualdade é uma abstração. Como argumenta Paul Singer (2000, 2002), na vida social, uns herdam de antemão um conjunto de vantagens, que implicam em poder econômico, político, cultural, visibilidade pública e midiática. No outro extremo, outros herdam também de antemão, um conjunto de desvantagens, que implicam em déficit de poder econômico, exclusão política, mecanismos culturais rudimentares da perspectiva tecnocientífica, invisibilidade pública e midiática. Sobre isto um entrevistado argumentou o seguinte:

“Sempre dizem que para quem é pobre, para vencer na vida, a pessoa tem que se esforçar e fazer dez vezes melhor do que alguém que

já nasce bem de vida. Mas não dá para fazer dez vezes melhor com cem vezes menos oportunidades, por isso que não discrimino, cada um faz sua correria, eu trabalho, mas se tem alguém que tem disposição para ir lá nos boyzão (ricos) e pegar o que acha que deve pegar, cada um, cada um...”

(C. , 19 anos)

De acordo com o argumento deste rapaz, tirar de quem tem dinheiro, dos segmentos ricos e de seu lugar de entorno gira um repúdio relativamente diminuído, o que ajuda a explicar a concentração de ocorrências de furtos e roubos nas áreas mais centralizadas da cidade, já que além de ser o local de maior circulação de pessoas, é o local de maior circulação de pequenos bens. Se não significa a violação do patrimônio dos sujeitos estabelecidos, ao menos não é uma violação do patrimônio nas periferias. Uma indiferença com o respeito ao patrimônio dos grupos estabelecidos e um repúdio implícito a violação do pequeno patrimônio dos marginalizados e habitantes das periferias. Neste caso, são as representações ajudando a criar interpretações, condutas, identidades e territórios em confronto.

Quanto à identidade, Pierre Bourdieu (1996, 2000) fornece importantes elementos para que se compreenda que, mesmo aquele sujeito munido de sua identidade, discurso, conduta e estilo de vida, que numa disputa, se mostrando desinteressado, está de qualquer forma disputando poder. O discurso e a prática desinteressada conduz a uma

catalisação de poder em meio a um ambiente em que o discurso do desinteresse também tem valor, produz símbolos, linguagens, redes de relações e mobilização de pessoas, grupos, classes e outros atores.

Um conceito importante nesta investigação é o conceito de marginal. Embora haja uma série de conotações e significados para o termo, ele é empregado neste trabalho como condição do sujeito inserido de forma residual dentro do sistema de relações sociais produzidas pelo sistema: Capital-Trabalho-Estado-Território-Ciência. O marginal é quase um observador que, fora das relações que o sistema produz, fica quase proibido de viver, embora sobreviva e resista. É exatamente buscando realizar funções básicas de existência que ele, condenado à observação política, econômica, técnica, científica e midiática, repudia sua condição e cria suas próprias estratégias de vivência, diante das dificuldades de se instrumentalizar das estratégias geradas pelo Estado e pelos agentes de mercado. Isto não faz dele um herói ou um vilão, não faz dele nem bom nem ruim.

Frente ao esgotamento da política, não somente a realizada no interior da esfera estatal, mas aquela realizada na vivência diária, sujeitos marginais cada vez mais lançam mão, dentre outras coisas, da violência como estratégia de vivência, pré e pós-política, aplicando-a em todos os aspectos da vida e extraíndo dela os elementos necessários para refazer vínculos básicos que a marginalização globalizada, mas seletiva, cindiu.

A violência marginal, para seus principais protagonistas, é fonte

de valoração positiva, para suas vítimas ou opositores, é fonte de grande medo e insegurança, embora seja uma forma dos próprios sujeitos marginais diminuírem medos, inseguranças e incertezas aos quais estão submetidos. Não obstante, a violência do poder para os marginais é um tormento, fonte de medo, angústia, incerteza e dor, embora em muitos casos haja, por parte dos marginais, uma adesão que depende em grande medida da capacidade dos operadores desta violência produzirem redes de relacionamento e apoio social. Para aqueles que, de alguma maneira, são beneficiados pelo exercício de formas organizadas de violência, ela se torna fonte de segurança, de atenuação do medo, da angústia, da dor e das incertezas.

Os fragmentos de espaço que concentram populações com déficit de poder são a base de um processo de valoração de formas reativas de violência. Os espaços que concentram populações com alto grau de poder, pelo contrário, formam a base de formas de negação da violência manifestada pelos marginais, mas da valorização da organização da violência para fins de vigilância, controle e dominação. Neste sentido, não é por acaso que somente a violência marginal é tida como objeto de estigma, seja por parte do Estado, da mídia e dos agentes que comandam a economia do espaço urbano. Porém, contraditoriamente, não é por acaso que os marginais da urbe desconfiam das instituições do Estado, da mídia e dos agentes que comandam a economia do espaço metropolitano.

A marginalidade e a violência marginal se personificam na relação entre o indivíduo e sua comunidade. Os marginais constroem sua visibilidade e elaboram a violência como elemento de identidade e referência, a partir de um conjunto de auto-representações positivas entre a escala da comunidade e a escala pessoal. Os marginais em si não são marginais, são as relações e posições dentro do sistema que lhes conferem marginalidade.

Eles, ao serem feitos e se fazerem, conflitam com as forças que comandam o espaço urbano. Para Maria Alice Rezende de Carvalho (2000, p.48-9), os marginais e a violência marginal são: “resultado da privação de liberdade que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade”.

A tese defendida neste trabalho é que a violência, que definimos como marginal, é antes de tudo uma expressão de contraviolência. Sendo assim, são ações reativas, suscitadas pela exclusão seletiva global e por formas de violências organizadas em altas escalas; estabelecem assim subordinanças, equilíbrios, interações e intercriações, numa dialética serial, política e perversa. Como ação reativa, a violência marginal realiza-se predominantemente por fora das normas, seja do costume, seja da tradição, seja da lei, ou seja, de todas elas. Ambas podem se definir como costume e, até como tradição, de um micro-sistema socioespacial, e esbarrar no costume, na tradição ou na lei do sistema social do qual o micro-sistema faz parte.

Neste sentido, quando se identifica uma subcultura criminosa (violenta e religiosa) se reconhece não somente um grupo de pessoas mas uma articulação consistente em que entram em consideração atitudes, maneiras de ser e de agir, sentidos, racionalizações, símbolos, conhecimentos, capacidades etc. E que tais elementos representam uma integração dessa subcultura com a cultura da sociedade em sua totalidade. (SAUL, 1999, p.119)

A violência marginal é uma tipologia de política anti-dialógica, cujos principais protagonistas experimentam a vida, predominantemente, em condições de marginalidade, ou seja, de afastamento e/ou proibição do direito, das normas e dos instrumentais e espaços de realização da política, da Ciência, da Técnica e da economia. Além disso, os marginais, com base na condição objetiva de marginalidade, constroem suas identidades, referências, símbolos e representações em torno de autoconceitos de identificação, nos quais a marginalidade é elaborada como fator positivo de valor e estima, ancorado em identidades que representam a marginalidade (TAILLE, 2000).

Esse é um processo de significação da marginalidade que não diferencia o material e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, o marginal e a marginalidade, há uma indivisibilidade em torno destes elementos, configurando e elaborando um sistema de práticas e idéias a respeito da vida, que se desenvolvem na medida em que se experimenta e se reflete sobre o cotidiano, a fragmentação, o lugar, o

entorno e a própria vida.

Na marginalidade, a violência emerge como instrumento da reprodução cotidiana diante da hostilidade social. Como instrumento político e econômico, base da cognição e da comunicação, desencadeia um alto grau de virilidade. Embora a marginalidade concreta seja vivenciada de uma forma heterogênea, ela permite a formação de identidades a partir de uma certa dose de homogeneização das subjetividades: as mesmas práticas, a mesma estética, a mesma linguagem, os mesmos códigos, as mesmas regras.

O marginal define-se sobre e supra o espaço concreto; a identidade localizada vai ganhando força e “salta escalas”: o lugar da reprodução social – o bairro – é um dos dados simbólicos da identidade, o espaço marginal ou de localização deste sujeito se inicia na pessoa, no espaço pessoal – “locus cultural de significados” (SMITH, 2000, p. 145), onde inicia e termina a diferenciação, a identificação e a acumulação de poder ou déficit de poder.

Neste sentido, o espaço urbano, como espaço, não é, contudo, apenas substrato para realização da marginalidade e de suas ações reativas, ele deve ser entendido como dado concreto e simbólico imprescindível de formação dos sujeitos, de tal modo a fomentar a constituição destes, numa espécie de animação do espaço e de espacialização coisificada do sujeito, construindo um jeito de ser urbano-marginal. Não obstante, a identidade marginal pode ser construída em

torno de diferentes escalas de produção da identidade, podendo “saltar escalas” e “verticalizar escalas”. Uma identidade marginal pode ser formada a partir da idéia de nação, de região, de urbano, de comunidade e de família. Um exemplo: a construção da idéia de nação proletária (KONDER, 1991) forjada por organizações fascistas na Itália, no período entre guerras.

No caso particular desta pesquisa, a identidade é formada numa articulação entre a escala da metrópole, da comunidade e a escala pessoal. Então, a escala familiar sofre um processo de fratura, nessa medida, a ultraviolência compõe a identidade das novas gerações. Pais e filhos passam a ter condicionantes de identidade radicalmente antagônicos, sendo assim, o espaço pessoal entra em choque com o espaço familiar e se articula com o espaço da comunidade, não obstante, conflita e se articula como o espaço metropolitano, isso porque a identidade marginal é descontínua nesta escala. Os pais tendem a se identificar com o trabalho, os filhos tendem a se identificar com o consumo e, dentre outras coisas, com a violência, ainda que seja apenas como metáfora, e todos tendem a se identificar com o espaço metropolitano, ou melhor, com a metrópole experimentada e entendida como extensão de si.

Daí haver uma metrópole construída e ligada ao oprimido como parte de si que estranha as partes metropolitanas cujos usuários são os estabelecidos (PEDRAZZINI, 2006), o que em parte está exposto na

seqüência de mapas, sobretudo quando o que é reconhecido como distrito sofisticado e distrito periférico não coincide no espaço e nem nos habitantes. É factível, nesta perspectiva, referir-se à identidade marginal e, dentro dela, à identidade bandida, com relação aos urbano-marginais dos grandes centros, em especial de São Paulo. Isso porque o crime e a violência passam a instrumentalizar as práticas e reflexões de parte destes sujeitos, de tal modo a subordinar outras identidades em meio à sua comunidade ou catalisar todas as outras identidades para esta. É como se esta identidade representasse todo sujeito marginal, em toda fração precária da metrópole. A identidade bandida descola-se das práticas que a produzem e passa a ser apropriada por pessoas não necessariamente envolvidas com práticas de crime e violência.

O caso de T.C. (19 anos) é interessante. Um rapaz arisco, que conheci por intermédio de seu primo R. (18 anos). A aproximação foi facilitada quando em uma das conversas, falávamos de futebol e contei a eles que já tinha sido de uma torcida organizada do Corinthians, como ambos são corinthianos, o futebol serviu como meio de aproximação. Em uma de nossas conversas T.C. disse o seguinte: “Quero te fazer uma proposta, me paga mil reais e eu te dou cartões de crédito para você gastar três mil reais, vou até contigo no shopping”. Até então, eu não sabia se era uma proposta séria ou uma brincadeira, já que se tratava de um rapaz conhecido pelas suas brincadeiras e pela sua extroversão. Eu disse que não dava, que não tinha esse dinheiro e que não queria parar na cadeia. O rapaz respondeu o seguinte: “É minha cara, não dá pra

trampar (trabalhar) por salário mínimo, você é chapa (legal-irmão), mas tem que se ligar que é preciso fazer dinheiro”.

Numa outra conversa, que envolvia mais uma pessoa, T.C. contou: “puts hoje tem reunião na escola, eu repeti o ano passado e se repetir esse ano tô na roça (estou numa situação difícil)”. A outra pessoa, um senhor que chegou e nos cumprimentou, conversou e saiu, ao ouvir o que T.C. tinha dito, comentou: “O que você vai fazer da vida, seu pai não vai te sustentar e aí, o que você vai fazer?”. O rapaz respondeu: “Vou roubar”! Isso provocou um choque no interlocutor, quando ele foi embora, T.C. não se conteve e riu.

Eu, como já conhecia o rapaz, já não me chocava mais. Depois de várias conversas, descobri que ele queria terminar os estudos para poder trabalhar e que falar de crime e violência como alguém engajado em atividades ilícitas violentas era uma forma de chamar a atenção, de chocar as pessoas, de criar uma imagem agressiva que pudesse minimizar sua vitimização. A linguagem, os gestos agressivos e provocativos de T.C. é a forma que encontrou de domesticar a violência ao redor, utilizando-a como metáfora.

Num ambiente citadino com estas características, uma identidade bandida entre as populações marginalizadas alicerça uma espécie de política econômica bandida, na qual o crime é transformado em viés econômico, a violência em instrumento de resolução de conflitos, em um tipo extensivo de civilidade; reorganizando a

reprodução da vida cotidiana na metrópole.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4.ed. São Paulo: Boitempo 2001.

BAKER, Phil. Cidade secreta: psicogeografia e devastação em Londres. São Paulo, 2004.

BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

DEBORD, Guy. Introdução a uma crítica da Geografia Urbana. São Paulo, 1955.

DE MELLO, Frederico Pernambucano. Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil. 2ed. Recife: Girafa, 2004.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jonh L. Os estabelecidos e os outsider: A sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

HAUG, Wolfgang Fritz. A Crítica à Estética da Mercadoria. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

HERSCHMANN, Micael. As imagens das galeras funk na imprensa. .
In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M;
HERSCHMANN, M. (orgs) *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro:
Rocco, 2000. p.163-196.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: A
construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ:
Editora Vozes, 2000.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. São Paulo: Cortez, 1991.

KRISIS. *Manifesto Contra o Trabalho*. São Paulo, 1999.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Editora Vozes,
2006. p. 09-68.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Uma Democracia de Baixa intensidade*.
Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2006.

SAUL, Renato P. *Comentários sobre violência, cultura, economia e
política na sociedade contemporânea*. In: VELHO, Gilberto e ALVITO,
Marcos (Orgs). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ -
FEU, 1996. p.118-122.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículos dos
sem-teto e produção de escala geográfica*. In: ARANTES, A. A (org). *O
espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

TAILLE, Yves de La. *Violência: Falta de limites ou valor? Uma análise
psicológica*. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. F. e SPOSITO, M. P.
(orgs). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez – Ação Educativa, 2000,
p.110-134.

Fraternidades no Crime: Estranhos Civis

Na periferia da periferia do mundo pós-moderno, violência e ultraviolência não produziram apenas identidades, mas também fraternidades criminosas, dentre elas, algumas compostas apenas de sujeitos de baixo-poder, de marginais, residentes em bolsões de pobreza. Estas fraternidades são algo novo entre os marginalizados metropolitanos e algo novo para as relações socioespaciais que reproduzem o espaço metropolitano. Elas – as fraternidades - são produtoras de bens simbólicos, seguridade, normas e mimetismo social.

O que elas trazem de novo? Sua capacidade de interferir na imagem das cidades que compõem as metrópoles e conseqüentemente a reprodução das cidades e do espaço urbano, não apenas o metropolitano. A crise do sistema social globalizado e suas interações nacionais e cidadinas criaram um movimento de ascensão de formações fundadas na socialização da violência.

Uma reação não-automática as formas de integração social e territorial, criadora de formas políticas embasadas no uso da força, polarizando, constringendo e desafiando a política civil que serve de infra-estrutura aos contratos sociais dos Estados, Territórios e Sociedades.

Essas organizações formadas por sujeitos urbanos marginalizados, ascendentes no Brasil dos últimos anos, carregam

consigo as mesmas condicionantes, contra-finalidades (SANTOS, 1987; 1988; 1996; 2000) das estratégias de modernização conservadora recente, originárias do período militar, da redemocratização e da globalização da Sociedade e do Estado brasileiro (BENJAMIM, 1998).

A Modernidade seletiva brasileira criou as condições para emersão de organizações violentas, expansivas, ilegalmente normativas, com vocação territorial, no sentido colocado por Hakin Bey (2001), despótica e autoritária, agregando e mobilizando gente, recursos, mercadorias legais e ilegais, dinheiro e poder (BARCELLOS, 2003). Elas nascem e verticalizam a anomia em que se encontram os marginalizados da virada do sistema. Um novo tipo de civismo, que não se faz somente pela política e nem a política faz parte do seu metabolismo central, na perspectiva dialógica da política, surge como algo novo ou reavivado, no interior das relações sociais, principalmente àqueles desenvolvidas nas metrópoles nacionais, organizações fundadas na política antidialógica da violência.

A clandestinidade faz parte da vida bandida, neste sentido, recorrer à política anti-dialógica é parte da existência clandestina. Viver pela ultraviolência é romper com os limites impostos para a identidade, que tem uma capacidade particular de redefinir geografias, na medida em que a distinção social se inicia no corpo e “salta escalas”, saltando também do território, produzindo um novo tipo de geografia, diferente daquela geopolítica do Estado.

A geografia destes civis é descontínua no espaço real, na medida em que ela se refere aos espaços de concentração de populações urbanas deficitárias em poder, espaços estes que nem sempre estão contíguos nas cidades e na metrópole. Onde estão reconhecidos os distritos de periferia, é possível observar uma distribuição descontínua, reforçada e separada por espaços que concentram recursos sociais e populações com poder superiores. Há então uma continuidade ou ligação psicológica entre os espaços de concentração de pobreza urbana específica aos grupos sociais pobres que criaram um reconhecimento coletivo independente da distância e descontinuidade do espaço real. Conforme já foi discutido anteriormente, a ultraviolência positivou o bandido, na medida em que permitiu a ele criar vantagens relativas diante de sujeitos que desempenham e assumem outros papéis, como o de trabalhador, como nos mostra Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde, num trabalho de pesquisa e reflexão sobre a violência e a baixa-criminalidade chamado Cabeça de Porco (2005) que, no interior dos grupos marginais das metrópoles nacionais, quer dizer: “sem saída”. Essa positivação criou fraternidades, como os chamados genericamente de “facções criminosas”.

“O lado certo da vida errada!” Assim definia Marcinho VP – ex-chefe do comércio varejista de drogas do Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, sua ligação ao Comando Vermelho. Assassinado dentro do complexo penitenciário de Bangu, pelos ex-aliados do Comando Vermelho, seu corpo foi achado dentro de um latão de lixo, com os

livros que ele gostava de ler (BARCELLOS, 2004). Com essa afirmação, ele expressava uma representação ideológica em que as organizações de natureza criminosa alicerçam suas estruturas a partir das áreas de escassez de recursos das metrópoles nacionais.

Como mostram Carlos Amorim, em *CV e PCC: a irmandade do crime* (2004), e Luís Mir, em *Guerra Civil: Estado e trauma* (2004), nos últimos decênios estas organizações mexeram com o imaginário das grandes metrópoles brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Às vezes, usados como bodes expiatórios, às vezes, com o poder superestimado para valorizar projetos políticos autoritários e segregacionistas, valorizar o mercado de segurança privada – desde milícias particulares até a militarização de veículos de passeio e espaços de vigilância, bem como valorizar certos produtos do mercado imobiliário – representado pelos centros fechados de compras, como os shoppings, e pelos condomínios e loteamentos fechados. Estas fraternidades criminosas permitiram introduzir na geopolítica urbana, de forma significativa, o fator do medo e associá-lo a algo mais ou menos tangível, mais ou menos difuso (GLASSNER, 2003; BATISTA, 2003). Para as forças que buscam a hegemonia urbana, as fraternidades vêm bem a calhar, ensejando as condições para que as forças dominantes utilizem a lógica e a cultura do medo para manter sua hegemonia, posições de poder e segregação espacial.

Isto não quer dizer que estas fraternidades sejam insignificantes

como novos sujeitos da geopolítica metropolitana. No entanto, por mais força que eles tenham, o Estado continua a ser incomparavelmente mais forte, no que se refere à capacidade militar, econômica e humana. O poder que estas fraternidades têm de cultivar o medo é maior do que seu poder territorial, militar e econômico (MIR, 2004).

Em parte dos casos, o Estado e seu alter-ego, a grande mídia, ajudam a amplificar ações deste tipo de organização, gerando um inusitado mimetismo social e caricatural entre as populações urbanas, na medida em que a mídia reproduz imagens de fatos e ações isoladas ou de pouca repercussão socioespacial. A mídia, ao reproduzir um discurso contra estas organizações, ajuda a disseminar o pânico, o terror, o medo da morte violenta, o desejo de segregação, exclusão e auto-exclusão, disciplinamento e ordem violenta (BUCCI e KEHL, 2004).

“Quando o PCC (Primeiro Comando da Capital) atacou, eu morava no interior, lembro que deu no rádio e na TV [...], mandaram fechar tudo porque o PCC estava atacando, não houve nem um ataque na minha cidade, mas lembro que as ruas ficaram vazias, estava todo mundo com medo.”

(A. , 31anos)

O surgimento destas organizações criminosas ajudou a desbancar o inimigo externo e o inimigo político do Estado do seu papel central na constituição de estruturas de controle social autoritárias. O

inimigo exterior da nação e o inimigo político esquerdista saíram de foco para dar lugar ao criminoso comum. Os grupos estabelecidos, com melhores posições sociais e territoriais, puderam manter aparelhos instrumentalizados com a ultraviolência, a militarização das forças de segurança pública, a tortura, a arbitrariedade, a corrupção e o terrorismo de Estado, para destiná-los ao controle social e disciplinamento urbano das populações pobres (MIR, 2004).

De lá para cá, surgiram nas duas metrópoles brasileiras, entre as populações mais pobres: o Comando Vermelho, o Terceiro Comando, os Amigos dos Amigos, o Primeiro Comando da Capital, a Seita Satânica, o Comitê da Liberdade e o Partido Revolucionário da Criminalidade Brasileira (AMORIN, 2004). São muito parecidos com os grupos que deram origem ao termo Máfia, pobres arrendatários e lavradores de terra do sul da Itália que pretendiam dividir as terras dos senhores feudais com ameaças de depredação das plantações e do rebanho. Para evitar a depredação, os donos de terras tinham que fazer pactos e acordos para garantir a proteção de seu patrimônio (GLENNY, 2008).

Máfia é a sigla para: Morte alla Francia, Itália anela ou morte à França, Itália avante! A frase e o termo surgiram quando o Reino de Nápoles, na atual Itália, foi ocupado pela força militar da casa de Bourbon, grupo político familiar francês. Em tempos de globalização, inclusive das atividades ilícitas, o mimetismo mafioso pelo mundo, justifica o termo cunhado por Misha Glenny (2008), mcmáfia, referindo-

se a expansão de fraternidades criminosas que emergiram das ruínas da guerra fria e da ascensão da internacionalização dos negócios, da governança e das imagens.

Estas organizações são como irmandades de associação financeira, militar e logística. Não funcionam, como propagado pelo Estado e pela mídia, como empresas do crime. Cada micro-empresa de tráfico de drogas varejista, quadrilha de assaltantes, ou mesmo um indivíduo solitário, mantém sua atividade de forma independente, recorrendo a solidariedade da fraternidade sempre que necessário, seja para organizar um assalto, enfrentar uma organização rival, planejar uma rebelião penitenciária ou fazer ou refazer um negócio destruído pela ação das forças de segurança pública ou pelo confronto com organizações rivais (BARCELLOS, 2003).

“Meu irmão entrou para o PCC depois de uns dois anos de cadeia [...]. Ele é baixinho, tem um corpo pequeno e apanhava muito quando foi preso [...]. Apanhou muito dos policiais quando foi preso roubando carros ali no Parque do Carmo [...] Apanhou porque eles queriam dinheiro [...] Depois foi transferido pro interior, primeiro Marília, depois uma outra cidade [...], eu nunca fui visitar, sempre quem ia era minha mãe, mas o dinheiro foi ficando curto [...]. Tivemos uma notícia que zuaram com ele lá, depois disso ele entrou pro partido. [...] Tinha um tempo que minha mãe mandava um dinheiro pra ele pagar a mensalidade e os baratinhos dele lá. Parece que depois que deu aquela

trata com os polícia a mensalidade aumentou de preço.”

(C.S. , 31anos)

Conforme Caco Barcellos (2003), a organização destas fraternidades é relativa. Os confrontos constantes demonstram a dificuldade que eles têm de manter seus pactos, códigos e interesses. Pertencer a mesma organização não implica necessariamente numa pacificação interna de conflitos. Parte dos episódios de confronto entre quadrilhas varejistas é protagonizada por quadrilhas pertencentes a mesma bandeira. Estas fraternidades nasceram, de alguma forma, para evitar a guerra de todos contra todos (HOBBS, 2004), entre os presos do sistema carcerário e entre os bandidos em liberdade, bem como para aumentar seu potencial de resistência a gestão e controle prisional e policial, nos principais centros urbanos do país. O lema: “paz, justiça e liberdade”, que poderia ser de qualquer organização ou movimento civil esquerdista, é o lema adotado pelo Comando Vermelho e depois também pelo Primeiro Comando da Capital, numa espécie federativa de solidariedade.

O Comando Vermelho e o Terceiro Comando, duas das principais organizações criminosas do Rio de Janeiro, centralizam 40% do tráfico de drogas varejista no Estado Fluminense. A organização Amigos dos Amigos foi fundado por ex-militares das tropas especiais do

exército e dos fuzileiros navais. A ADA, como é chamada, é uma espécie de força militar do Terceiro Comando (AMORIN, 2004).

Em 18 de fevereiro de 2001, ocorreu a maior rebelião de presos do país, quando mais de 30 mil presidiários paralisaram o sistema penitenciário de São Paulo. Foram 29 levantes simultâneos nos presídios do Estado, 16 mortes, todas ligados à Seita Satânica ou ao Comitê da Liberdade, e mais de 100 feridos. A rebelião foi divulgada como um verdadeiro espetáculo, como shownalismo (ARBEX JR, 2003) que revelou para todo país a existência do “Partido do Crime”, autodenominação do Primeiro Comando da Capital.

A ligação entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital revela uma tentativa de controlar o fornecimento varejista do tráfico de drogas, numa escala suprametropolitana, e unificar o CV e o PCC sob uma bandeira maior chamada de “Federação” (AMORIN, 2004), que possa fazer uma interlocução com os cartéis exportadores de drogas da Bolívia, Colômbia e Paraguai, para comprar mais barato e vender com preço mais elevado ao varejo. O mesmo acontece com o tráfico de armas, a “Federação” atuaria como interlocutora com os traficantes internacionais de armas. Estas fraternidades criaram leis, tribunais, forças militarizadas, previdência, assistência social, códigos de honra e estatutos (AMORIN, 2004; BARCELLOS, 2003). Sua atuação nas metrópoles e no interior do sistema penitenciário ajudou a desorganizar e organizar as prisões e as cidades pelo medo e pela

ultraviolência.

O urbanismo militarizado experimentado pelas metrópoles brasileiras se fortaleceu, em grande parte, com a atuação real destas organizações e o uso político e econômico que o Estado e os grupos estabelecidos fazem da atuação delas.

Retomar, ainda que de forma breve, a história e a trajetória de surgimento do Comando Vermelho é relevante para esta pesquisa. Primeiro, porque o Comando Vermelho é a primeira e uma das mais expressivas organizações criminosas que emergiu entre os pobres urbanos no país. Segundo, porque o CV serviu de referência para outras organizações. Terceiro, porque hoje, não é possível pensar a segurança pública e o espaço metropolitano sem considerar a atuação política, econômica e territorial destas organizações engajadas na atuação em circuitos econômicos incriminados. Sendo assim, é mister dizer que, as discussões referentes ao CV e ao PCC, desenvolvida nessa pesquisa, baseia-se no livro-reportagem de Carlos Amorim (2004), a respeito da ligação entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, principalmente.

Segundo Amorim (2004), contraditoriamente, foi o próprio Estado quem criou as condições para que fraternidades do crime pudessem surgir e se organizar. Este é o caso do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital. O CV, a primeira organização de natureza criminosa, composta por marginalizados urbanos, a influir no

cenário das metrópoles nacionais. Nasceu no presídio da Ilha Grande, em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, numa convivência forçada entre presos comuns e presos políticos, determinada não pelos presos, mas pelo Estado, ainda no período dos governos militares.

O presídio “Candido Mendes” se localizava no meio do que restou de floresta tropical, no litoral do Rio de Janeiro. Ele foi criado ainda na Primeira República, onde funcionava um posto de fiscalização sanitária para os navios que faziam comércio com países da África e da Europa. O “Cândido Mendes” foi construído inicialmente para que presos idosos e presos já em final de condenação, pudessem cumprir o restante de suas penas. Entretanto, nos anos 1960, o presídio foi transformado em prisão de segurança máxima, reunindo velhos condenados com presos de longa ficha criminal.

O “Cândido Mendes” abrigou presos políticos, tanto no período da ditadura civil de Vargas quanto no período da ditadura militar. O presídio foi apelidado pelos presos de “Caldeirão do Diabo”, referência ao presídio da Guiana Francesa, Ilha do Diabo, fechado em 1946, quando Henru Charriere – o Papillon – denunciou as condições subumanas dos presos, após conseguir fugir do presídio e retornar à França. A história de Henru – Papillon – virou livro, fechou o presídio, e se transformou em filme em Hollywood.

Os primeiros presos políticos a serem levados para Ilha Grande e se juntarem aos presos comuns chegaram no ano de 1917, após uma

série de manifestações anarco-sindicalistas, vindos principalmente de Recife, São Paulo e do próprio Rio de Janeiro. Uma segunda geração de presos políticos foi mandada para a Ilha Grande, ainda no Estado Novo, após várias manifestações organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1935. Uma última geração de presos políticos foi levada à Ilha Grande em 1969, pela política de segurança nacional dos militares.

Naquele ano havia várias denúncias de que os presos políticos planejavam assaltos a bancos de dentro do presídio da rua Frei Caneca, na parte central da capital fluminense. Após a fuga de alguns dos presos políticos do presídio no centro do Rio, o Estado decidiu pela transferência destes presos para o presídio “Cândido Mendes”.

O presídio era dividido em galerias. Os presos políticos foram alojados na “galeria B”, com presos comuns, como estratégia do Estado de despolitizar as prisões. Visando politizá-las novamente, os presos exigiram que a galeria fosse dividida, assim um muro de ferro dividiu a “galeria B” em duas: de um lado, presos políticos e de outro, presos comuns. A “galeria B” era também chamada de “fundão”, por lá passaram - entre 1969 e 1975 - 66 presos condenados por atividades revolucionárias.

Para o “fundão” foram mandados os militantes de esquerda enquadrados na lei de segurança nacional que previa condenação por assalto a instituições financeiras. A Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), a Vanguarda Popular

Revolucionária (VPR), e, entre outros, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), todos tinham seus representantes no “fundão” da Ilha Grande.

Os militantes de esquerda, engajados na luta armada contra o regime militar, desenvolveram ao longo do tempo técnicas de guerrilha urbana e rural: fabricação de armas e bombas artesanais, manuais de atendimento médico, táticas de assalto e seqüestro, técnicas de comunicação entre presos e pessoas fora da prisão, formas de viver clandestinamente e, acima de tudo, organização.

Durante a convivência entre presos políticos e presos comuns no presídio da Ilha Grande, circularam livros como: *Revolução na Revolução* de Régis Debray, *Pequeno Manual de Guerrilha Urbana* de Carlos Marighella, *Guerra de Guerrilha* de Che Guevara, *O Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels*, *A História da Riqueza do Homem* de Leo Hubberman, entre muitos outros, como *Conceitos elementares de Filosofia* de Hannecker. Muitos destes livros chegaram como contrabando ao presídio, alguns deles eram cópias mimeografadas e apostiladas. Havia um coletivo de leituras, um escolhido lia os textos e fazia um relatório para discussão dos grupos de leitura (AMORIN, 2004).

A coexistência penitenciária talvez tenha sido um dos poucos momentos de contato real e orgânico que os militantes de esquerda mantiveram com as populações pobres. Quando as vanguardas caíram na

prisão, elas se depararam, como em poucas vezes, com parte do povo que elas queriam liderar rumo à revolução brasileira. Pobres analfabetos e semi-analfabetos aprenderam a ler, a disputar poder, a reivindicar e a desenvolver mecanismos complexos de comunicação e articulação.

“De certo modo, o que os bandidos comuns fazem hoje é uma paródia das técnicas de guerrilha urbana” (AMORIM, 2004, p.88), assim como uma caricatura das técnicas de contra-guerrilha usadas pelo Estado sob o comando dos militares (CARR, 2002).

Houve de fato, um certo, compartilhamento da experiência da luta armada, experimentada pelos militantes de esquerda, com os presos comuns. Mas este aprendizado também está relacionado às técnicas de controle social e militarização do Estado. As fraternidades criminosas de hoje não são herdeiros da guerrilha urbana e rural do período militar, como querem fazer crer as forças conservadoras e como tenta sugerir o próprio Carlos Amorim (2004), se assim os considerarmos temos que dizer que o Estado é tão responsável pela existência destas organizações quanto os militantes de esquerda.

Havia uma divisão política entre os presos, pela hegemonia dentro do presídio. Cada grupo era chamado de “Falange”, referência aos militantes que apoiavam a luta fascista na guerra civil espanhola (1936-1939) e que serviram de base para ditadura franquista pós-guerra

civil. Na “galeria C” estavam os presos da “Falange Zona Sul” e da “Falange da Coréia”.

Na “galeria A” estavam a “Falange Independente”, associados à “Falange Zona Norte”, também chamada de “Falange Jacaré”, que detinha a hegemonia do presídio. No “fundão”, isto é, na “galeria B”, se organizam os presos da “Falange Lei de Segurança Nacional” (LSN), o embrião do que viria a ser o Comando Vermelho. No “fundão”, em 1975, haviam 120 presos condenados, 90 eram presos comuns, divididos em celas que abrigavam de 12 a 24 presos (AMORIN, 2004).

Em 1975, a “Falange LSN” recebeu representantes oficiais para fazer uma série de reivindicações. Este grupo anfitrião formou o núcleo original do CV. A partir daí, os presos da “galeria B” puderam circular em todo o presídio, criaram uma rede de solidariedade, diminuindo o mal-estar dentro do presídio. Organizaram uma cantina, uma farmácia, um clube cultural e recreativo, um time de futebol, de nome “chora na cruz”, um jornal de nome “Colonial”, uma biblioteca e, por fim, um fundo financeiro. Os serviços, ou eram pagos com dinheiro, ou eram pagos com favores. Criando redes de apoio e solidariedade, momentos de lazer e aprendizado dentro do presídio da Ilha Grande, a “Falange LSN” passou a se chamar Comando Vermelho, porque falange é termo fascista identificado à opressão, repressão, ordem violenta... Ironicamente, falange não é um termo apropriado para um pseudo-militante político revolucionário de influência comunista.

O CV introduziu no presídio um pacto de não-violência entre os presos e iniciou um processo de reivindicações para a melhoria da vida carcerária (ver quadro com as regras do CV abaixo). Ele passou a se diferenciar das outras “falanges”, na medida em que começou a falar em nome de uma “comunidade carcerária”. A partir de então, em torno do CV, começou a gravitar um número cada vez maior de presos, redefinindo o poder entre as falanges do presídio.

Em 1979, o CV começou a planejar uma fuga que malogrou, por conta de um informante que pertencia a “Falange Zona Norte”, na “galeria C”. Um preso da “galeria B” rompeu o pacto de não-agressão, roubou um companheiro de cela e entregou o dinheiro aos líderes da “Falange Zona Norte”. Este preso foi assassinado a facadas em 14 de setembro de 1979, o que gerou uma corrida pela fabricação de armas artesanais para um confronto eminente. O CV deu um ultimato de dois dias para que as outras “falanges” se rendessem e se submetessem as novas forças e regras do presídio.

Vencido o ultimato, os membros do CV cercaram os líderes da “Falange Zona Norte” na “galeria C”. Houve um massacre de presos que ficou conhecido dentro e fora do sistema penitenciário como “Noite de São Bartolomeu”, embora a chacina tenha sido feita pela manhã.

Após este episódio, o CV estabeleceu seu poder entre os presos. Os burocratas do Estado passaram então a transferir os membros do grupo para outros presídios para tentar desarticular sua organização. Ao

contrário do que pretendiam, a transferência de presos espalhou o movimento, suas idéias, seus códigos e regras para os 14 mil presos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, no ano de 1979 (AMORIM, 2004).

Os presos da “galeria C”, pertencentes às “Falanges da Coréia e Zona Norte”, criaram então o comando rival, o Terceiro Comando. Anos mais tarde, traficantes de varejo independentes e dissidentes do CV, fundaram a Amigos dos Amigos (ADA).

De volta aos morros, favelas e periferias do Rio de Janeiro, os presos ligados ao CV inscreveram em cada lugar, nos muros, nos becos e vielas, o lema “Paz, justiça e liberdade”.

O mito de São Bartolomeu vem do primeiro século da era cristã. Diz a lenda que Bartolomeu foi preso, torturado, esfolado vivo e crucificado de cabeça para baixo pelos militares romanos. (AMORIN, 2004)

O CV tinha algo que as organizações de esquerda não tinham, uma ligação orgânica e uma identificação com os mais pobres. Isso permitiu seu avanço em territórios urbanos marginalizados.

O primeiro preso a fugir e a atuar em nome do CV foi Jorge Jordão de Araújo, conhecido como “Caô”. Em liberdade, ele montou uma quadrilha de assaltantes e um fundo de apoio financeiro, jurídico e

político para os membros do comando (AMORIM, 2004).

Em abril de 1981, o CV ganhou o espaço público, se apresentou aos órgãos de segurança, a mídia e a sociedade, num tiroteio ocorrido na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, num conjunto habitacional, conhecido como Conjunto dos Bancários. A batalha durou a noite toda, (nela) “Zé do Bigode” (José Jorge Saldanha) – membro fundador do comando – mostrou toda sua audácia, disciplina e planejamento, mas pela manhã acabou morto pela polícia. Esse episódio teve grande repercussão, inaugurando um novo momento da geopolítica urbana do Rio de Janeiro e do Brasil.

O CV evoluiu de uma fraternidade de assaltantes para uma fraternidade de traficantes varejistas. No princípio, organizavam assaltos e fugas, num segundo momento, após uma reformulação, passaram a atuar no tráfico varejista, que relativamente aumentava a capacidade de financiamento. Esta mudança de eixo coincidiu com o aumento do consumo de cocaína na década de 1980 e provocou uma militarização exacerbada entre as quadrilhas varejistas, com o propósito de proteger o negócio e o território contra as ações inimigas – da polícia e das quadrilhas rivais – e, não obstante, como forma de fixar estabelecimentos de vendas e proteger a circulação de consumidores.

A cada fração de território conquistado, o CV instalava um cruzeiro no alto do morro, colonizando o espaço com seus símbolos, com suas redes de apoio, com seus negócios e armas, tornando-se a

primeira organização criminosa exclusivamente de pobres no país.

A política de Estado, a economia clandestina e a representação na mídia fizeram o CV saltar escalas, do presídio da Ilha Grande para todo o sistema penitenciário; do sistema penitenciário às favelas e morros, destes, a toda metrópole fluminense; da metrópole à uma atuação inter-regional; da escala nacional à relação com cartéis e máfias internacionais.

O salto de escalas do CV não é algo linear, mas evolui no último quarto do século XX e no início deste século. Esta expansão escalar não é necessariamente da organização como um todo, mas de alguns agentes que atuam sob sua bandeira. Assim, há quadrilhas que mal conseguem atuação fora das áreas da favela sob seu domínio, como há outras que mantêm um potencial escalar maior, interregional, nacional e internacional. (AMORIN, 2004; BARCELLOS, 2003)

Esta diferença de potencial escalar permite que algumas quadrilhas mantenham uma relação econômica proto-solidária, semelhante ao que Castells (2003) chamou de sociedade em rede. As quadrilhas mais organizadas, ou quadrilhas associadas pela bandeira do CV, somam suas forças para comprar no atacado, num fluxo de tráfico de drogas e armas de importação e exportação, onde o Brasil é, ao mesmo tempo, um ponto de traslado e um ponto de consumo, e partem para a distribuição varejista, na qual quadrilhas menores, com poder escalar restrito, fazem a venda de forma consignada (SOUZA,

2000).

Como movimento penitenciário, o CV tinha poucas condições de generalizar sua atuação. A política penitenciária dos militares, ao tentar desarticular o movimento, o espalhou pelo sistema prisional, como movimento de presos pobres, ligados organicamente a favelas, morros e periferias, levaram, em liberdade, o movimento para suas comunidades de origem, estendendo a idéia de não-violência e apoio social entre os presos à idéia de não-violência e apoio social intra-comunitária.

Assim, os membros do CV, espalhados pelos morros e favelas cariocas, foram organizando pactos locais que diminuíram, a princípio, o mal-estar de várias comunidades, na medida em que propunham pactos de pacificação e, conseqüentemente, construía formas de justiça não institucionais. Daí ser chamado, por alguns de seus membros, de “lado certo da vida errada”. (BARCELLOS, 2003)

Ao longo da década de 1980, o CV mudou sua forma de auto-financiamento, isto é, mudou sua forma de gerar capital. Como era formado inicialmente por quadrilhas de assaltantes, sua capacidade de financiamento era relativamente mais instável e mais arriscada, se comparada ao tráfico varejista de drogas. Isto porque os assaltos demandam um planejamento muito antecipado e não há garantia total de retorno do investimento, exigindo a cada operação um confronto direto com seguranças do Estado ou com seguranças particulares.

Na medida em que o consumo de drogas aumentou nos centros urbanos do país, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, as quadrilhas do CV se transferiram para o negócio das drogas. A geografia urbana carioca é um fator favorável a territorialização de pontos de venda de drogas. Ao contrário de várias outras metrópoles, a segregação urbana carioca não segue necessariamente um padrão geométrico e circular, favelas e moradias de classe média convivem por toda a metrópole, o que favoreceu a territorialização dos pontos de venda de drogas e a criação de micro-territórios controlados por quadrilhas. As morfologias dos terrenos e as formas de construções das ruas, vielas e casas dificultam o acesso do inimigo, seja a polícia, seja uma quadrilha rival, seja uma milícia (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005).

O tráfico varejista sempre se caracterizou por ser uma forma de venda ambulante, nômade, como diz Luiz Eduardo Soares (2005), ou formiga, como caracterizado por Marcelo Lopes de Souza (2000). A maior parte dos traficantes varejistas são pessoas cujo ponto de venda é o próprio corpo e sua estratégia de venda é circular pelos espaços públicos e privados para buscar o consumidor. No caso carioca a proximidade do varejista, morador de favela, e do usuário, que mora nas residências de classe média, permitiu que o ponto de venda pudesse se territorializar e o comerciante pudesse reverter a lógica de venda, ao invés dele circular pelo espaço público ou privado atrás do usuário, com a “boca-de-fumo” ou “biqueira” territorializada e próxima, o usuário-consumidor é quem circula pelo espaço atrás da mercadoria.

A territorialização dos pontos de venda exigiu do CV e das outras organizações cariocas a instalação de micro-poderes, em alguns casos micro-ditaduras, em outros micro-estados de bem-estar. Na lógica da territorialização, como qualquer Estado, é necessário proteger, pela militarização e violência, o território contra a investida de um inimigo externo e em favor da circulação do usuário-consumidor. Daí o tráfico varejista de caráter ambulante, nômade, que praticamente se instrumentalizava pouco da violência passou a exigí-la como parte da lógica de territorialização do circuito varejista, no qual a necessidade de armamento passa a ser imprescindível para a manutenção dos negócios (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005).

Assim, por causa deste processo, houve um aumento da tensão territorial, das disputas violentas por pontos de vendas e um acirramento exponencial dos combates entre quadrilhas rivais, quadrilhas e as forças de segurança, instalando no Rio de Janeiro e nos lugares que sofreram o mesmo processo de territorialização, um ambiente belicoso, um mal-estar característico das zonas de guerra (MIR, 2004).

A territorialização do ponto de venda criou a condição ou a necessidade de se relacionar no circuito superior de relações econômicas clandestinas. Primeiro, o CV e seus similares buscaram no atacado, numa escala nacional e internacional, numa relação de exportação e importação, armas e drogas. Alcançado o atacado, em altas escalas, as quadrilhas mais capitalizadas puderam atuar consignando a venda das

drogas para quadrilhas e vendedores ambulantes menos capitalizados e de outras regiões do país, aumentando a área de influência real de organizações com as mesmas características do CV, espalhando suas estratégias de venda, de proteção dos negócios, de negociação com os inimigos, de símbolos, redes de apoio, linguagem e poder, ainda que este poder seja incapaz de abalar decisivamente as estruturas do Estado.

O CV passou a atuar num circuito internacional, comprando drogas dos cartéis colombianos atacadistas de Cali e Medellín e comprando armas de máfias européias, como a União Corsa e a Máfia italiana, que juntas, centralizam parte do mercado de drogas e armas dos países centrais. Entretanto, o CV mantém bases e relações com organizações criminosas de todos os continentes, que utilizam o território dos países periféricos como ponte geográfica para seus negócios (AMORIN, 2004).

As primeiras notícias de atuação do CV em São Paulo datam do ano de 1993, diziam as mídias e os órgãos de segurança que havia uma célula do CV atuando num conjunto habitacional do extremo leste da cidade de São Paulo, chamado de Cidade Tiradentes. As notícias desta atuação provocaram um certo pânico, o medo de repetir os combates cariocas, fez o Estado se mobilizar, fortalecendo e preparando suas forças de segurança para combater este inimigo supostamente recém-chegado à capital paulista (AMORIM, 2004).

Cidade Tiradentes é parte de um complexo de conjuntos

habitacionais criados na zona leste da cidade de São Paulo, desde o final da década de 1970. O conjunto da Cidade Tiradentes foi um dos últimos a ser criado, a quase 40 Km do centro da cidade, a aproximadamente 12 km da estação de metrô mais próxima (Estação Corinthians Itaquera), a 20 Km dos bairros de classe média do lado leste da cidade, com poucas linhas de ônibus, poucos serviços públicos, algumas ruas ainda sem iluminação e asfalto.

No início da década de 1990, o conjunto habitacional ainda estava sendo ocupado. Foram para lá refugiados de enchentes, moradores de favelas e sem-teto de toda a cidade. Durante este período de ocupação, muitas pessoas que não estavam inscritas nos programas para ocupar os imóveis migraram para Cidade Tiradentes e iniciaram um processo de ocupação ilegal dos apartamentos ainda não sorteados e ocupados regularmente entre os inscritos no programa de habitação.

Os órgãos do governo optaram por uma ação de desocupação violenta. Daí a notícia de que havia uma célula do CV no conjunto ter criado, estrategicamente, as condições necessárias para que a opinião pública pudesse legitimar o confronto das forças policiais com os moradores irregulares, em nome de eliminar a célula criminosa que havia ali se instalado.

Na Cidade Tiradentes, ninguém havia visto tal célula, a não ser por aquilo que era noticiado nos telejornais e nos programas de jornalismo policial. A notícia do CV na Cidade Tiradentes funcionou

para os moradores, como uma lenda urbana, todo mundo falava que existia, mas ninguém havia visto.

Por conta do próprio déficit de poder da população do bairro, assim que ele foi construído e ocupado, se produziu pequenas formas de banditismo: tráfico ambulante, assalto à trabalhadores, furtos de coisas domésticas, cobrança de pedágio dos moradores, roubos e furtos de ônibus coletivo. Em função disso, nos primeiros anos da década de 1990, as empresas de ônibus que atuavam no bairro não mantinham cobradores de passagem e nem catraca registrando o número de passageiros para evitar assaltos e, neste sentido, morte de funcionários. Quando o transporte de ônibus ainda era um serviço do poder municipal, a prefeitura arcava diretamente com os custos, após a privatização do transporte público, na gestão de Paulo Maluf (1992-1996), a prefeitura firmou um acordo com as empresas e financiou as passagens por algum tempo, até criar as condições para que elas fossem cobradas normalmente, como em toda a cidade.

Por conta das notícias da mídia, muitos delitos no bairro acabaram sendo feitos por pessoas sem qualquer conexão com o CV, mas que, para impor medo, diziam fazer em nome dele. De furto de roupas nos varais, até assaltos a bares e padarias foram feitos e atribuídos à organização criminosa.

A mídia e o Governo do Estado criaram e espalharam uma lenda que semeou o pânico, o medo e o terror em nome do interesse

público, da ordem, do disciplinamento urbano e, em favor de estratégias políticas, mercadológicas, imobiliárias e midiáticas de poder.

Atualmente, as instâncias estatais e a grande mídia paulista não precisam recorrer ao comando carioca para suas estratégias de controle da ordem pública, seja ela legítima, verdadeira, ou não. O PCC é um novo elemento na realidade urbana paulista. Todavia, é um tipo de organização mais fluída no espaço metropolitano do que o CV, e mais do que o próprio CV, tem criado uma série de situações de conflito com os órgãos de segurança, sendo recorrentes os ataques a prédios públicos ligados ao sistema de justiça, segurança e penitenciário, bem como os ataques a policiais.

Desse modo, o PCC gerou as condições para discursos e mensagens midiáticas aterrorizantes e interessadas em maior exercício da força por parte do Estado e maior consumo de sistemas e recursos de segurança de mercado; não obstante, criou as condições para que, em caso de crise, o Estado se utilize da atuação do PCC como fator de maior militarização dos órgãos de segurança pública e maior militarização do espaço metropolitano.

Bibliografia

BARCELLOS, Caco. *O Abusado: O dono do morro Santa Marta*. Rio de Janeiro – São Paulo, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois*

tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENJAMIN, César (Org). A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BEY, Hakin. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad editora, 2001.

BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. Videologias. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARR, Caleb. A assustadora história do terrorismo: uma história da guerra contra civis. São Paulo: Prestígio editorial, 2002.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

GLASSNER, Barry. A cultura do medo. São Paulo: Francis, 2003.

GLENNY, Misha. McMáfia: Crime sem fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MIR, Luís. Guerra Civil: Estado e trauma. São Paulo: Geração editorial, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. A natureza do espaço: Técnica, e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SOARES, Luís Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.23-46.

_____. Novas políticas de segurança pública. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.75-96.

_____; ATHAYDE, Celso e BILL, MV. Cabeça de Porco. São Paulo: Objetiva, 2005.

SODRÉ, Muniz. Samba: o dono do corpo. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

SOUZA, Marcelo L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio- espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

